

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LIRIAN MELCHIOR

**REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES LABORAIS:
MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES.**

A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão

Presidente Prudente (SP)
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LIRIAN MELCHIOR

**REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES LABORAIS: MÚLTIPLAS
TERRITORIALIDADES.**

A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (SP), para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Eliseu Savério Sposito

Presidente Prudente (SP)
2008

LIRIAN MELCHIOR

REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES LABORAIS: MÚLTIPLAS
TERRITORIALIDADES.

A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA

Presidente Prudente (SP)
2008

Para William e Malu,
meus amores, minha vida.

REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES LABORAIS: MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES.

A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão

Resumo

A mobilidade do trabalho, imposta pelas relações capitalistas de produção, reforçam o sentimento de pertencimento do lugar de origem, (re)criando relações identitárias nos mais variados lugares para onde se dirigem os migrantes. O processo de formação de núcleos (territórios) com características específicas de um grupo social, seja ele de origem étnica ou regional, possibilitados pelas redes sociais, conflituam com as tendências homogeneizadoras da globalização, evidenciando espaços culturais híbridos. Estudamos este fenômeno através da migração de japoneses para o Brasil – Ourinhos (SP) - e de seus descendentes para o Japão, buscando compreender as diferentes conformações territoriais e arranjos espaciais, materializados no meio urbano e concluímos que as redes sociais encontram-se subordinadas aos interesses dos agentes econômicos hegemônicos e são elementos fundamentais para a realização dos processos migratórios

Palavras-chave: Migrações; redes sociais; territorialidades, imigração japonesa; *dekasseguis*.

SOCIAL NETS AND LABOR MIGRATIONS: MULTIPLE TERRITORIALITY.

The Nipo-Brazilian net formation in Ourinhos (SP) and in Japan

Abstract

The labor mobility, imposed by production capitalistic relations, reinforces the feeling of belonging to the place of origin, (re)creating identity relations in the most varied places where the migrants go to. The process of area (territory) formation with specific characteristics of a social group from ethnic or regional origins, enabled by the social nets, faces the homogenizing tendencies of globalization, highlighting hybrid cultural spaces. This phenomenon was studied based on the Japanese migration to Brazil – Ourinhos (SP) – and on their descendants to Japan, aiming to understand the different territorial conformities and spatial arrangements, materialized in the urban area, and it was concluded that the social nets find themselves subordinate to the interests of hegemonic economic agents and they are essential elements to the accomplishment of migratory processes.

Keywords: Migrations; social nets; territorialities; Japanese immigration, *dekasseguis*.

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	18
Notas sobre a metodologia.....	22
1. A mobilidade do trabalho na formação de novas territorialidades. Iniciando a reflexão.....	28
1.1. Acerca da mobilidade do trabalho.....	28
1.2. O território e a rede: concepções e análises.....	32
2. A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos. Territórios e territorialidades.....	47
2.1. A Imigração para o Brasil – Contextos.....	47
2.1.1. A conjuntura mundial. Aspectos econômicos e políticos que influíram nos fluxos migratórios do início do Século XX – Japão-Brasil.....	54
2.2. A chegada e a permanência dos imigrantes japoneses em Ourinhos.....	60
2.3. A importância dos núcleos coloniais japoneses.....	68
2.3.1. – A Associação Cultural e Esportiva de Ourinhos (AECO).....	74
2.4. A formação das Cooperativas Agrícolas Japonesas.....	83
2.4.1. A Cooperativa Agrícola de Ourinhos.....	88
2.5. A rede nipo-brasileira que possibilitou a chegada e a permanência dos imigrantes japoneses em Ourinhos.....	94
2.6. Os diferentes usos do território pela colônia nipo-brasileira em Ourinhos.....	98
3. Os <i>dekasseguis</i> brasileiros. Economia, trabalho, território e territorialidades.....	115
3.1. Economia internacional.....	116
3.2. A Economia japonesa.....	120
3.3. Ascensão e crise.....	133
3.4. Dinâmicas econômicas e o trabalho na economia contemporânea.....	137
3.5. A Emigração para o Japão – Contextos.....	152
3.6. Perspectivas sócio-econômicas dos migrantes <i>nikkeis</i>	157
3.7. A importância das redes sociais no cotidiano dos <i>dekasseguis</i> . A decisão de migrar e a permanência no Japão.....	164
3.8. A presença nipo-brasileira no Japão.....	170

3.8.1. A formação de novas territorialidades no Japão.....	176
3.9. O retorno ao Brasil.....	188
Considerações finais.....	191
Bibliografia.....	197
Anexos	

LISTA DE TABELAS

	Pág.
1. Ourinhos. Estabelecimentos de propriedade nipo-brasileiros por ramos- 2008.....	113
2. Ourinhos. Estabelecimentos de propriedade nipo-brasileiros por bairros – 2008.....	113
3. Produção industrial japonesa, 1875 e 1915.....	125
4. Japão. Empregos ocupados pelos <i>dekasseguis</i> de Ourinhos entrevistados.....	142
5. Japão. Empregos ocupados pelos <i>dekasseguis</i> de Ourinhos entrevistados - Empresas não vinculadas aos <i>Keiretsus</i>	143
6. Japão. Empregos ocupados pelos <i>dekasseguis</i> de Ourinhos entrevistados - Empresas principais dos <i>keiretsus</i>	145
7. Japão. Empregos ocupados pelos <i>dekasseguis</i> de Ourinhos entrevistados - Empresas secundárias e terciárias dos <i>keiretsus</i>	145
8. <i>Dekasseguis</i> entrevistados em Ourinhos. Objetivos de investimentos anterior à migração. 2007.....	159
9. <i>Dekasseguis</i> de Ourinhos. Idade dos entrevistados. 2007.....	160
10. <i>Dekasseguis</i> de Ourinhos. Escolaridade dos entrevistados. 2007.....	160
11. <i>Dekasseguis</i> de Ourinhos. Atividades ocupacionais dos entrevistados. 2007.....	161
12. Número de brasileiros no Japão. 1985-2006.....	176

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
1. Entrada de imigrantes japoneses no Brasil (1908 – 1986).....	53
2. Flutuação do Iene frente ao dólar - 2003 a 2008.....	136

LISTA DE QUADROS

	Pág.
1. Associações nipo-brasileiras em funcionamento no trecho São Paulo-Ourinhos – 2007.....	96
2. Ourinhos. Número de famílias que fazem parte dos <i>kais</i> . 2006.....	102
3. Ourinhos. Origem e destino dos imigrantes japoneses.....	104
4. Taxa média de crescimento anual do produto nacional bruto.....	130
5. Principais aquisições Majoritárias Japonesas nos Estados Unidos.....	131
6. Saldo comercial dos Estados Unidos e do Japão (1977-1994) – em bilhões de dólares.....	132
7. <i>Dekasseguis</i> entrevistados em Ourinhos. Agências de viagem, financiamento e obtenção das informações anteriores à migração.....	165
8. Províncias japonesas com mais brasileiros.....	181

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
1. Esquema de um <i>Keiretsu</i> japonês.....	129
2. Esquema de agenciamento do trabalho para empresas Japonesas.....	166
3. Bar Brasileiro no Japão.....	180
4. Folder de supermercado.....	180

LISTA DE MAPAS

	Pág.
1. Estrada de Ferro Sorocabana. Trecho São Paulo-Ourinhos. Municípios com associações japonesas.....	64
2. Ourinhos. Localização dos Bairros Rurais. Antigos <i>Kaikans</i>	71
3. Ourinhos. Localização dos setores e dos chefes da comunidade nipo-brasileira – 2006.....	103
4. Japão. Províncias de origem dos migrantes entrevistados em Ourinhos.....	105
5. Ourinhos. Localização dos estabelecimentos de propriedade de nipo-brasileiros – 2008.....	112
6. Japão. Províncias de destino dos migrantes <i>dekasseguis</i> entrevistados em Ourinhos – 2007.....	144

LISTA DE FOTOS

	Pág.
1. Comemoração pelo campeonato de baseball, década de 1940. Ourinhos (SP).....	63
2. Chegada do primeiro trem à cidade de Ourinhos em 1908.....	63
3. Sede da Associação Cultural do Bairro da Sobra – Década de 1940. Ourinhos (SP).....	75
4. Escola de Língua Japonesa - Bairro da Sobra – Década de 1940. Ourinhos (SP).....	76
5. Antigo campo de Baseball – Década de 1940. Ourinhos (SP).....	77
6. Sede Social da AECO. Ourinhos (SP).....	78
7. Templo Budista de Ourinhos. Ourinhos (SP)	78
8. Igreja Seicho-no-iê do Brasil em Ourinhos (SP).....	79
9. Festa Junina na AECO. Ourinhos (SP).....	82
10. Festa do Yakissoba – AECO. Ourinhos (SP).....	82
11. Cooperativa Agrícola de Ourinhos (SP).....	92
12. Antigo armazém da Cooperativa Agrícola de Ourinhos (SP).....	93
13. Bairro da Sobra – Propriedade da Família Oda – Década de 1930. Ourinhos (SP).....	98
14. Bairro da Sobra – Granja da Família Oda – Década de 1950. Ourinhos (SP).....	99
15. Pastelaria pertencente à família japonesa entrevistada. Ourinhos (SP).....	109
16. Clube da campo da AECO. Ourinhos (SP).....	109
17. Placa em Comemoração aos 70 anos de Imigração Japonesa para o Brasil. AECO. Ourinhos (SP).....	110
18. Praça das cerejeiras em Ourinhos (SP).....	110
19. Loja de carros.....	178
20. Oficina mecânica.....	178
21. Moda Made in Brazil.....	179
22. Pizzaria Big Bel.....	179
23. Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental.....	179
24. Escola de educação formal com currículo brasileiro.....	179

GLOSSÁRIO

- Brasil-bokê** Literalmente aqueles que caducaram, ou o próprio fato de caducar, mas não por senilidade, mas por viver no Brasil. Os “japões-novos” costumavam assim chamar – de forma pejorativa – os velhos imigrantes, radicados há muito tempo no Brasil (HANDA, 1987, p. 817)
- Dekassegui** A palavra *dekassegui* significa originalmente “sair de casa para trabalhar fora”, que se aplicavam aos japoneses que saíam de regiões atrasadas ao norte e sul do Japão em busca de melhores condições de emprego nas regiões mais industrializadas do país. Assimilada ao nosso vocabulário, identifica os descendentes de japoneses residentes no Brasil que se dirigem ao Japão em busca de melhores oportunidades. (KAWAMURA, 1999; OLIVEIRA, 1999)
- Gateball** Esporte simples, que utiliza o taco e a bola e é praticado tanto em quadras de terra batida, como no gramado. As regras parecem simples, mas por ser um jogo de equipe, são bastante rigorosas. Em princípio, basta acertar a bola com um taco e passá-la por três traves, cada uma com 22 centímetros de largura. Cada jogador ganha um ponto pela passagem da bola na trave e dois quando acerta no pino central. Por ser um jogo leve, com um desgaste físico moderado, gateball é indicado para pessoas de qualquer idade e sexo (www.culturajaponesa.com.br, obtido em 13 de maio de 2008)
- Issei** Imigrantes japoneses residentes no Brasil
- Kai (s)** Representam uma forma de organização da comunidade japonesa. Trata-se de uma divisão do município em seções, cada uma com um representante que possui o papel de informar os membros de sua seção sobre os acontecimentos relativos à colônia japonesa.
- Keiretsu** Grupo de companhias agrupadas em torno de uma empresa principal. Sua organização é muito complexa, com uma interdependência financeira entre as mesmas e mecanismos bastante flexíveis que possibilitam respostas rápidas e soluções precisas aos problemas enfrentados, tanto em atividades de planejamento, concepção, gerência, execução, distribuição e comércio.
- Kaikans** Sedes de associações japonesas, localizadas na zona rural e em geral construídas por seus próprios membros. (Pesquisa de campo, 2007, www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?, obtido em 13 de maio de 2008)
- Kumi** Semelhante aos Muras sendo organizações urbanas.
- Mura** Estrutura de organização rural que implica em uma divisão das áreas de agrupamentos da colônia japonesa, para proporcionar um método eficiente de comunicação e também de confraternização entre seus membros. (COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, MELCHIOR, 2003)

Nikkei	Denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior (http://pt.wikipedia.org/wiki/Nikkei , obtido em 13 de maio de 2008)
Nissei	Palavra japonesa que referencia o filho de imigrante japonês
Ofurô	Banhos de imersão que surgiram quando os japoneses iam banhar-se em águas quentes dentro de cavernas, em busca da cura de várias doenças, inclusive dores causadas pela friagem. O banho de ofurô é feito em uma tina de madeira, confeccionada artesanalmente com encaixes das madeiras sem a utilização de pregos; que conserva a água quente por mais tempo, acrescida de óleos essenciais, flores e ervas, transmitindo naturalmente uma sensação de conforto (http://www.zym.com.br/ofuro1.html , Obtido em 13 de maio de 2008)
Sansei	Palavra japonesa que referencia o neto de imigrante japonês
Sashimi	Iguaria da culinária japonesa primariamente consistindo de peixes e frutos do mar frescos, em fatias finas e servidos com apenas com molho de soja e wasabi. Sashimi é quase sempre o primeiro prato em uma refeição formal japonesa. Muitas pessoas acreditam que o sashimi, tradicionalmente considerado o melhor prato da culinária japonesa, deveria ser saboreado antes de outros pratos, para que o paladar não seja afetado (http://pt.wikipedia.org/wiki/Sashimi , obtido em 13 de maio de 2008)
Taiko	A palavra taiko significa simplesmente "grande tambor" em Japonês. Fora do Japão, a palavra é usada frequentemente para referir-se a alguns dos vários tambores japoneses (http://pt.wikipedia.org/wiki/Taiko , obtido em 13 de maio de 2008)
Temakeria	Restaurantes de culinária japonesa, especializados na fabricação de Temakis. Temaki é o nome que se dá à comida japonesa em forma de cone que é enrolada na mão pelo sushiman
Undokai	É uma gincana esportiva familiar, que reúne os descendentes de japoneses em jogos e brincadeiras. Participam desde crianças até idosos. No Japão o evento é realizado sempre no dia 20 de abril e marca a data de nascimento do imperador Hirohito. A tradicional festa foi trazida para o Brasil pelos primeiros imigrantes e permanece sendo um dos mais importantes eventos da comunidade nikkey. (http://rmtonline.globo.com/noticias.asp? , obtido em 13 de maio de 2008)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um processo que não teria alcançado êxito, se não fosse a importante participação de várias pessoas que caminharam ao meu lado, que foram parceiros, companheiros e amigos. Os meus sinceros agradecimentos:

- Ao William, por estar sempre presente. Por confiar em mim e me fazer acreditar que este trabalho poderia ser finalizado - mesmo com todas as pedras que apareceram no caminho. Por sua dedicação na leitura do trabalho e nas conversas, sempre angustiantes, para que ele fosse concluído;
- À Malu, por ser linda, fofa, companheira;
- Aos meus pais, por sempre incentivarem os meus estudos;
- Aos meus irmãos, amigos para sempre;
- À minha sobrinha, (linda!), pelo ajuda nos momentos finais da tese.
- Ao Eliseu por sua infinita paciência, compreensão, conselhos e pela sua atenta revisão das versões finais da tese;
- À Alice, por ser uma grande amiga. Pelas orientações e ajudas na obtenção de dados para tese. Agradeço pelas contribuições no Exame de Qualificação;
- Ao Arthur pelas fundamentais contribuições durante o Exame de Qualificação;
- À Carminha, pelo carinho, pela amizade, pelo exemplo a ser seguido;
- À Ângela, grande amiga, pelas conversas e cervejas;
- À Gracielli, Grilo, Adriana e Élcio, verdadeiros amigos;
- A todas as pessoas entrevistadas, por confiarem a mim, parte de suas histórias de vida. Agradeço em especial, ao Sr. Natal Nishikawa e ao Prefeito Municipal de Ourinhos – Toshio Misato, por me abrirem as portas da colônia japonesa em Ourinhos;
- Agradeço também ao Pedro Oda, pelo empréstimo de fotos e várias indicações de contatos para a tese;
- Ao pessoal da Seção de Pós-graduação da UNESP, Márcia, Erinat e Ivonete, por todos os documentos de última hora, prazos etc;

- À coordenação do Programa de Pós-Graduação da Unesp, pela imensa atenção no atendimento de todas as minhas solicitações, nominalmente, ao João Lima, ao Raul e ao Cezar;
- À UNESP, pela concessão de afastamento parcial para dedicação às atividades de pesquisa do curso de doutorado;
- À Fundunesp, pelo auxílio concedido na primeira etapa da pesquisa;
- E a todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma maneira à conclusão deste trabalho.

APRESENTAÇÃO

As discussões apresentadas nesta tese podem ser consideradas como desdobramentos da nossa dissertação de mestrado, intitulada “Migrantes japoneses: um ciclo migratório. O caso de Londrina-PR”, defendida junto à Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, no ano de 2003. Nela, percebemos a importância das redes sociais para a compreensão da conformação territorial a partir do fenômeno migratório.

Tal fato contribuiu para a elaboração da nova problemática e, conseqüentemente, do novo objeto de pesquisa, cujas questões constituem alvo de reflexão ao longo deste trabalho.

Nesta tese, entre outros objetivos, visamos, também, o aprofundamento de alguns conceitos e temas da Geografia, como a discussão do território, das redes sociais, da mobilidade do trabalho - tendo como recorte analítico e territorial as migrações dos japoneses e de seus descendentes para Ourinhos e a partir de Ourinhos, no caso dos *dekasseguis*.

A redação da tese se apresenta de maneira a buscar um diálogo constante entre o universo teórico e o empírico, numa tentativa de não fragmentar a construção das idéias, possibilitando a aproximação e vislumbre da totalidade da pesquisa, ainda que enquanto princípio norteador, pois temos a consciência de que nem sempre isso é possível.

Assim, analisamos as migrações internacionais a partir da concepção da mobilidade do trabalho, ou seja, acreditamos que estas ocorrem impulsionadas pelo mercado e que estão inseridas em um contexto político, econômico e social que propicia a mobilidade espacial de trabalhadores. As migrações assumem um caráter temporário, uma vez que o migrante se desloca por um período determinado almejando melhores rendimentos que lhes possibilite melhores condições de vida ao retornar ao país ou local de origem.

A pesquisa aborda os imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil no início do século XX para trabalharem nas lavouras de café, como trabalhadores temporários, num constante anseio ao regresso à terra natal - Japão. Porém, estes, em sua grande maioria, em virtude das complexidades conjunturais, permaneceram no Brasil, sendo pejorativamente chamados de “*Brasil-bokê*”¹.

Desta maneira, refletimos sobre as relações que se desenvolveram com a chegada destes imigrantes ao país, implicando na formação de redes sociais que facilitaram suas

¹ Literalmente aqueles que caducaram, ou o próprio fato de caducar, mas não por senilidade, mas por viver no Brasil. Os “japões-novos” costumavam assim chamar – de forma pejorativa – os velhos imigrantes, radicados há muito tempo no Brasil (HANDA, 1987, p. 817).

estadias no país de destino e na construção de seus territórios. A partir das relações estabelecidas através destas redes, muitos núcleos de colonizações foram se estabelecendo e originando alguns municípios, principalmente nos estados de São Paulo e do Paraná.

Compreendemos, portanto, que no processo de fixação, ou seja, quando os migrantes deixam seu caráter provisório para assumirem núcleos definitivos de permanência, novas territorialidades são configuradas, ensejando parte do estudo que nos propusemos a realizar.

Nessa perspectiva, porém, num outro momento histórico, analisamos a migração de brasileiros, descendentes de japoneses, que passaram a se deslocar ao Japão na qualidade de trabalhadores temporários para realizarem trabalhos de baixa qualificação profissional - *dekasseguis*². Para estes, também há que se refletir acerca da importância das redes sociais e das configurações de novas territorialidades para sua contratação, formalização do emprego e estabelecimento naquele país.

Percebemos que, passados dez anos da primeira migração dos *nikkeis*³ o fluxo, ainda que menor, continua a existir com significativos desdobramentos econômicos e sociais, tendo sido formados núcleos de brasileiros no Japão. Mesmo que eles desenvolvam a já tradicional migração “iô-iô”, há os que constroem suas vidas em idas e vindas e do recente fato dos brasileiros que fixam raízes no Japão e abandonam o interesse de retornar ao Brasil.

Assim, nesta pesquisa temos como objetivos:

- Caracterizar a dinâmica migratória que envolve os países Brasil e Japão no contexto das políticas migratórias nacionais e internacionais;
- Analisar o movimento migratório internacional em dois momentos históricos distintos, início do Século XX – crise e reestruturação da economia japonesa e final do Século XX – face às novas configurações econômicas vivenciadas na atualidade;
- Investigar as histórias de vida e as respectivas territorialidades dos imigrantes japoneses no início e final do século XX e início do Século XXI;
- Refletir sobre a trajetória de vida dos imigrantes japoneses e de seus descendentes em Ourinhos; a relação entre o território e a rede social, e sua participação nas dinâmicas

² A palavra *dekassegui* significa originalmente “sair de casa para trabalhar fora”, que se aplicavam aos japoneses que saíam de regiões atrasadas ao norte e sul do Japão em busca de melhores condições de emprego nas regiões mais industrializadas do país. Assimilada ao nosso vocabulário, identifica os descendentes de japoneses residentes no Brasil que se dirigem ao Japão em busca de melhores oportunidades. (KAWAMURA, 1999; OLIVEIRA, 1999)

³ Denominação em língua japonesa para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão ou para japoneses que vivem regularmente no exterior. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Nikkei>, obtido em 13 de maio de 2008)

políticas, sociais, econômicas e culturais;

– Discutir o processo de criação de uma nova espacialidade e territorialidade dos *dekasseguis* no Japão, bem como, as modificações na sociedade japonesa com a entrada dos imigrantes brasileiros em tal país e as influências na produção do espaço de Ourinhos, analisando investimentos e relações econômicas e sociais.

Portanto, entendemos que as migrações ocorrem numa relação dialética entre fenômenos de ordem social e econômica, configurando movimentos criados e dinamizados pela dinâmica capitalista, mas que, por sua vez, também a dinamizam e ampliam o grau de complexidade das contradições e redefinem espaços e territórios.

Assim, as migrações podem ser materializadas nos diversos territórios construídos. Para tanto, buscamos compreender a importância das redes sociais para a adaptação do migrante no país de destino e o que a permanência deste, ainda que em período reduzido, representa para (trans)formação daquele país. Tomaremos como recorte analítico e territorial a comunidade japonesa e seus descendentes de Ourinhos (SP), o que pode ser extrapolado para a compreensão das migrações internacionais e suas relações espaciais e territoriais.

NOTAS SOBRE A METODOLOGIA

Tratamos de uma pesquisa que necessita de resgate histórico para análise de uma espacialidade já não mais existente. As possibilidades de coleta de dados encontram-se bastante dispersas e tivemos de criar alguns mecanismos para que esta pudesse ser realizada.

A discussão sobre redes sociais é algo que se apresenta de maneira bastante discreta na Geografia, sendo que tivemos de buscar um embasamento teórico em outras disciplinas das ciências sociais.

Os textos e dados referentes à história de criação do Município de Ourinhos são muito raros e bastante sucintos. Realizamos pesquisas no Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos, Prefeitura Municipal de Ourinhos, Biblioteca Municipal “Tristão de Athaíde”, mas o material encontrado foi incipiente. Tal fato levou-nos a recorrer a fontes mais gerais sobre a história da região, como a importância do café e da estrada de ferro, além de pesquisa de dados extraídos de domínios da internet e de fontes orais.

Deparamo-nos, ainda, com a falta de material sobre a história da colônia japonesa em Ourinhos, pois diferentemente da pesquisa realizada no mestrado, onde trabalhamos no Município de Londrina, não havia nenhum material publicado sobre o contexto histórico destes migrantes e sua chegada ao município.

Realizamos pesquisas no Museu Municipal, em jornais relativos à época de chegada das famílias de imigrantes japoneses em Ourinhos, informações junto à AECO (Associação Esportiva e Cultural de Ourinhos), continuando com a escassez de fontes documentais.

Assim, consideramos viável e exequível a realização de entrevistas com pessoas que podem ser consideradas pioneiras no município. Ressaltamos que, para esta pesquisa não optamos por entrevistar apenas pessoas que fossem de significativa expressão social (representativas) em Ourinhos, mas, através de indicações dos próprios entrevistados, conversamos com pessoas que contribuíram, em diferentes períodos, com a formação do município.

Ou seja, imigrantes japoneses ou descendentes que pudessem ter informações e relatos sobre a espacialidade construída no início do Século XX e que resultou em elemento constitutivo da produção do espaço urbano e rural de Ourinhos na atualidade, bem como, reflexos e correlações em outras escalas de análise.

O desenvolvimento da metodologia de utilização das fontes orais recai sobre o conflito incessante e indissociável entre a objetividade e a subjetividade. Procuramos analisar as fontes orais com o princípio de desempenhar a menor influência possível, porém, temos a

consciência de que a própria elaboração dos roteiros das entrevistas e questionários, o tipo de abordagem e os dados solicitados, confluem para um direcionamento propositado em torno de nosso objeto de investigação. Nas entrevistas tomamos as precauções de deixar os entrevistados livres para organizarem seus pensamentos, com a menor influência possível da entrevistadora.

Assim, as fontes orais estão interpretadas, segundo nosso olhar, com a busca de uma geograficidade no fenômeno em questão.

Segundo Freitas (2006, p. 18), *História Oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana.*

O mínimo que podemos dizer é que a História Oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia do jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta.

(Allan Nevis apud FREITAS, 2006, p. 18)

Para a autora, o documento gravado está sujeito a diversas leituras, sendo que na reconstrução do passado a partir da memória de indivíduos comparece um sistema de símbolos e convenções socialmente utilizados. A própria tonalidade da voz é um elemento que influi decisivamente na construção do entendimento dos processos e do fenômeno em pauta.

Em nosso caso, entrevistamos muitas pessoas com idades avançadas, o que constitui uma das poucas fontes de informação do processo imigratório dos japoneses em Ourinhos, já que a historiografia oficial não cunhou nenhum outro tipo de registro mais significativo. Assim, trata-se de uma análise a partir da memória. A memória é algo extremamente subjetivo e que se perde no decorrer do tempo, inclusive sofrendo variações de acordo com a vivência dos fatos.

Segundo Bosi (1979), a memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já *trabalharam*. É uma narrativa de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais propulsores da vida presente de seu grupo social, têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade.

Como não há tempo socialmente disponível para lidar com a memória no cotidiano,

os mais jovens que estão imersos no campo de lutas e conflitos sociais não tem uma boa relação com a memória. Porém, os mais velhos, por já se encontrarem com tempo e maturidade para refletirem sobre a memória, ainda que intuitivamente, constituem potenciais fontes de pesquisa, sobretudo em nosso caso em que são os únicos detentores do conhecimento dos fatos. Para Bosi (1979) *A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia*. Ou seja, em grande parte a memória se constrói a partir do trabalho, fato que confirmamos em nossas entrevistas.

Para Freitas (2006) a memória é um produto da operação mental, um mecanismo complexo que inclui lembranças e esquecimentos e uma seletividade. Não iremos nos pautar na “memória pura” em nossa tese, iremos sim, analisar os fatos a partir de uma compreensão que leve em consideração as relações sociais e memória coletiva.

Para Santos (2003, p. 71)

[...] nem a memória é um atributo meramente individual, nem ela é capaz de recuperar um passado original e finito; é necessário associar os fenômenos relacionados à memória a estruturas e práticas sociais intersubjetivas e ocorridas no presente.

Sobre a memória coletiva, afirma:

Por memória coletiva podemos compreender uma gama razoável de definições, desde representações coletivas, no sentido durkheimiano do termo, até situações traumáticas, em que a relação da memória com o passado é considerada a partir apenas de seu lado ético e moral e não epistemológico.

(SANTOS, 2003, p. 185)

Assim, o conflito entre objetividade e a subjetividade estão presentes nessa metodologia de análise, assim como em qualquer outra, pois os discursos escritos ou falados são conduzidos por uma carga de parcialidade inerente ao indivíduo.

Tratamos, portanto, de uma realidade que não mais existe, de um passado constituído por espacialidade e temporalidade. A reconstrução destas informações foi bastante significativa para o trabalho, como o caso da organização da cidade em *kaikans*, fato que permitia uma análise dos diferentes grupos sociais presentes à época e suas maneiras de ação. Ressalte-se que consideramos que as entrevistas com os imigrantes japoneses – os mais velhos - foram mais elucidativas e com melhores e complexos exemplos e contextos do que as entrevistas com os mais jovens – *dekasseguis*.

Temos, ainda, como estratégia para compreensão das redes sociais formadas a partir

do fluxo migratório da colônia japonesa, a pesquisa junto ao Memorial do Imigrante, em São Paulo. Através de algumas informações obtidas pelas famílias residentes no município de Ourinhos, pudemos levantar informações sobre fluxos migratórios, contextos históricos, destinos dos imigrantes, e assim, identificar trajetórias migratórias, dos migrantes japoneses, que comprovem a hipótese da rede social desta colônia, contribuindo com a formação do município.

Realizamos, também, uma pesquisa, na internet, para verificar os diferentes núcleos de origem japonesa que se formaram ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana até sua chegada a Ourinhos e, através desta, verificamos que todas as cidades caracterizadas enquanto núcleos regionais à época, possuíam associações japonesas, fato este que será discutido no decorrer do trabalho.

Ainda tivemos como iniciativa o envio de questionários para os brasileiros residentes no Japão que foram indicados por parentes e amigos de Ourinhos e também pelas agências de turismo. Porém, o retorno das mensagens enviadas não se mostrou satisfatório e não gerou possibilidade de análise e tratamento estatístico, mas possibilitou a compreensão de alguns relatos que foram importantes para o estudo da realidade e as das espacialidades dos *dekasseguis* no Japão. Esta estratégia metodológica teve como objetivo, verificar a possibilidade de uma nova territorialidade em formação naquele país. Assim, nos utilizamos da literatura pertinente sobre o tema e de informações adquiridas na internet.

Fizemos, ainda, análise junto às agências de turismo que realizam este deslocamento dos *dekasseguis*, que somadas aos questionários, nos possibilitou a compreensão da configuração da rede na consolidação desta territorialidade exercida pelos brasileiros no Japão. Realizamos, também, a aplicação de questionários aos *nikkeis* que já retornaram ao Brasil (Ourinhos), verificando as condições sócio-econômicas que obtiveram após o tempo de permanência no Japão, onde tivemos argumentos para discutir a temporalidade e a espacialidade da migração.

Ainda trazemos como estratégia de análise a elaboração de representações cartográficas que permitiram a compreensão de diferentes elementos geográficos inerentes ao fenômeno estudado.

1. A MOBILIDADE DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES. INICIANDO A REFLEXÃO.

1.1. Acerca da mobilidade do trabalho

Procuramos analisar as migrações internacionais a partir da concepção da mobilidade do trabalho. Estas migrações assumem um caráter temporário, uma vez que o migrante se desloca por um período determinado almejando melhores rendimentos que lhes possibilite melhores condições de vida ao retornarem ao país de origem.

Com o desmembramento das relações feudais de produção, as relações pessoais de dominação tendem a desaparecer e darem lugar as relações de dominação do capital. Assim, a mobilidade dos indivíduos assume uma significação conjuntural, refletindo e impulsionando lógicas da reprodução capitalista. Dessa maneira, suas vontades, desejos, preferências etc. são suprimidas em prol da reprodução do capital.

A partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, os homens passaram a se deslocar espacialmente de maneira generalizada, sempre atendendo aos anseios do capital, que se utiliza de vários meios de atração e coação. Passando pela ilusória percepção de uma vida melhor, através da venda de signos da modernidade, que o migrante aceita pelo fetiche que causam para sua realização pessoal, até mesmo, as formas de opressão desveladas pelo uso de força.

Desta maneira, encontramos na força de trabalho, a mercadoria que revela a possibilidade de reduzir o custo da produção – constituindo uma mercadoria que tem a virtude de transformar dinheiro em capital.

Assim, a mobilidade do trabalho representa a propriedade que todo homem possui enquanto trabalhador - ou mercadoria - de vender sua força de trabalho e se deslocar de acordo com as regras ditadas pelo capital. O trabalho é, portanto, o uso ou emprego da força de trabalho, onde ocorre a troca de uma mercadoria - força de trabalho - por outras mercadorias ou pelo equivalente geral - dinheiro. Assim, perde a aparência de uma relação social para tomar a forma de uma relação de coisas, já que a força de trabalho coloca-se nas coisas, tornando-se coisas entre outras coisas, mercadoria entre mercadoria.

Encontramos na reflexão de Gaudemar (1977) explicações às questões em pauta, conforme segue:

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser “sensível” a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário.

(GAUDEMAR, 1977, p. 194)

Sob o chamado imperativo do capital para mobilidade da força de trabalho, o trabalhador passa a modificar suas relações sociais, passa a perder seu vínculo territorial e inicia um constante processo de adaptação que dificilmente se encerra.

Com isto, passa por uma incessante busca por fixação, mas está sob a dominação do capital e, sem possuir esta consciência, vai buscar sua realização pessoal na migração, acreditando agir sob suas decisões individuais, assim percorre diferentes fluxos migratórios, buscando melhores condições de vida, porém sempre seguindo a demanda do capital.

No entanto, sabemos que nenhum movimento se dá involuntariamente ou impulsionado por uma necessidade individual, mas sim, ocorrem inseridos num contexto mais amplo e estão relacionados, sobretudo, às questões econômicas, políticas e culturais que envolvem os países ou áreas de emigração/imigração.

As pessoas se deslocam à medida que existe uma oferta de emprego que, supostamente, proporciona rendimentos superiores aos que ela possui, mesmo que para isto tenham que se sujeitar a qualquer tipo de trabalho. Tal fato é apresentado por Sales (1995a, p.89), que afirma: *a renda é a variável determinante e a mobilidade do trabalhador se dá em função da variabilidade da renda*. Gaudemar (1977) afirma, ainda, que a mercadoria proveniente do trabalhador (a força de trabalho), deve ser livre sob dois pontos de vista:

Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade.

Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre.

(GAUDEMAR, 1977, p.190)

Portanto, ao trabalhador não sobram muitas alternativas, a não ser, sujeitar-se às regras ditadas pelo capital, e colocar-se a disposição para a mobilidade em busca de melhores oportunidades, não importando muito o emprego, mas sim, os ganhos que podem ser obtidos com ele.

A continuidade da reflexão de Gaudemar (1977) sobre a liberdade vai ao encontro de nossas preocupações, segue:

Como esta “liberdade” do trabalhador não existiria sem a mobilidade do trabalho, somos então levados a concluir que o conceito de mobilidade do trabalho participa na determinação específica da economia capitalista no seio das determinações gerais de toda economia mercantil.

(GAUDEMAR, 1977, p. 195)

Compreendemos, portanto, que as migrações refletem a situação econômica de uma dada região, com suas variações espaciais e temporais, levando as pessoas para outras regiões que possibilitem o alcance de melhores condições, determinando áreas de “atração ou de expulsão” de trabalhadores.

Desta maneira, procuramos entender os fluxos migratórios, que se caracterizam como migrações temporárias por motivo de trabalho e por remunerações que possibilitem uma vida mais digna quando retornarem ao seu país de origem.

Refletimos sobre este fenômeno dentro de um contexto político, econômico e social que propicia e estimula a mobilidade espacial de trabalhadores, como o conceito desenvolvido por Gaudemar (1977) e discutido por Vainer (1996), a respeito da mobilidade e da imobilidade forçada da força de trabalho, enquanto formas de garantir a maximização da (re)produção do capital, evidenciando que os deslocamentos populacionais não ocorrem por meio de iniciativas individuais, mas sempre, por uma conjuntura de fatos e acontecimentos que representam a necessidade da reprodução capitalista.

Martine (1994, p.13) considerando a migração como um fenômeno dinâmico que se molda de diferentes formas em cada região, nos seus diversos setores econômicos e sociais, ressalta que:

[...] por processo de migração entende-se os deslocamentos físicos de pessoas e grupos, suas dimensões e direções preferenciais, sua composição, suas características econômicas, sociais e demográficas e as circunstâncias em que se efetuam estes movimentos.

Assim, verificamos que as migrações resultam de uma realidade econômica, que acaba por incentivar estes movimentos de pessoas que buscam melhores oportunidades em outras regiões.

Sayad (2000) analisando a busca por trabalho, afirma que:

[...] a busca do trabalho – no sentido conhecido em nossa economia, no sentido entendido pela teoria econômica, que é a teoria moderna (isto é, busca, grosso modo, do trabalho assalariado, já que a população concernente, população de proletários, no sentido primeiro do termo, ele é o único meio do qual ela dispõe para se suprir de dinheiro). Tem se ampliado na medida mesma da expansão da economia da qual ela é o vetor da economia capitalista, a única, aliás, existente, de vocação mundial, impondo-se em todos os lugares por si mesma, e pelo simples fato de se propor.

(SAYAD, 2000, p. 8)

Assim, acreditamos que a busca por melhores empregos e por melhores oportunidades de obtenção de maiores rendimentos, foi o que impulsionou a imigração dos japoneses para o Brasil no início do século XX. Com o passar dos anos e sem a possibilidade do retorno, começaram a amearhar formas de permanecer no Brasil, buscando uma maior identidade com este país. Da mesma forma, salvo o tempo decorrido das duas migrações, compreendemos o movimento dos *dekasseguis*, descendentes destes imigrantes, que hoje se destinam ao Japão também em busca de melhores oportunidades de trabalho. Temos, portanto, dois momentos distintos historicamente, com duas construções espaciais e territoriais, as quais apresentaremos nos capítulos seguintes.

1.2. O território e a rede: concepções e análises

A análise sobre o território pode variar de acordo com concepção teórica de cada pesquisador, bem como, de sua aproximação sujeito-objeto, como podemos perceber em RAFFESTIN (1993), HAESBAERT (1997, 2004), SAQUET (2003, 2007), SANTOS (2000, 2004), SPOSITO (2004), SOUZA (1995, 2001), porém, nos ateremos à concepção da construção do território a partir da materialização proporcionada por um determinado grupo social, proporcionando uma maior identidade entre estes. Para Haesbaert (2004), existem quatro vertentes básicas de noções de território:

- Política ou jurídico-política: onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- Econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital- trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo.

-naturalista: que se utiliza do território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em relação ao seu ambiente físico.

(HAESBAERT, 2004, p. 40)

Partimos da compreensão de que o território possui características construídas pela sociedade ao longo de sua história e que estas sempre estão vinculadas às configurações de poder travadas entre os povos. Com isso, podemos vislumbrar em cada parte do planeta, vestígios, ruínas, monumentos e edificações que simbolizam uma época, uma cultura.

O território envolve ao mesmo tempo a dimensão espacial-material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço ou o imaginário que não apenas move como integra, ou é parte indissociável destas relações (HAESBAERT, 2004).

Segundo Dematteis (2007):

[...] a materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade. O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais.

(DEMATTEIS, 2007, p. 8 apud SAQUET, 2007).

SAQUET (2007) complementa afirmando que:

O processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou controle político, a apropriação simbólico-identitária e afetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de reprodução da dominação social, em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. A apropriação, o controle político e as relações simbólicas são processos ligados ao capital.

(SAQUET, 2007, p. 130)

Assim, compreendemos o território enquanto base de realização de uma sociedade, que expressa os diferentes conflitos e jogos de poder, a relação de hegemônico e hegemonzado de um determinado grupo social. As diferentes formas de organização social se expressam materializadas no território, gerando uma maior identidade e possibilitando uma maior integração entre estes. Assim,

O território é entendido como lugar de relações sociais, de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza,

apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para habitar, viver e produzir. A identidade é compreendida para além do sentido de pertencimento a um lugar: “A identidade (...) deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimento, construtores do território e de novas lógicas identitárias aos lugares”.

(SAQUET, 2007, p. 118)

Numa perspectiva cultural e ao mesmo tempo integradora do conceito de território, tomamos como elemento de análise a relação que cada grupo social desenvolve com seu espaço vivido, identificando diferentes formas materializadas na paisagem que irão reconstituir diferentes arranjos socioespaciais.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

(SANTOS et al., 2000, p. 12)

Entendemos, assim, que o território é um elemento construído por um grupo social e sua diferente relação com o espaço que vivencia, atribuindo, portanto, a este, características que lhes proporcionam algum tipo de pertencimento, familiaridade, identidade.

Nesta concepção, compreendemos que os diferentes movimentos migratórios são responsáveis pela construção e (re)construção de territórios, em que ocorrem buscas por uma maior identidade com os lugares de destino no processo migratório, o que vem a “facilitar” sua adaptação e onde suas raízes podem ser vislumbradas através de vestígios deixados na paisagem.

Ao partir, o migrante carrega consigo parte de seu território, ou seja, a bagagem existencial que lhe foi conferida ao longo de sua vida, seus hábitos, seus costumes, sua cultura. À medida que o caráter provisório da migração começa a ser dissipado, este, ao longo da estadia no país de destino tenta recriar parte daquilo que deixou em sua terra natal.

Assim, quando certo número de migrantes se une em busca de uma mesma identidade, podemos observar a construção de territorialidades que se sobrepõem a outros territórios já historicamente definidos. Quanto a isto, Haesbaert (2004) opõe-se àqueles que defendem o fim dos territórios em função da grande mobilidade que o período atual assegura às pessoas e afirma que:

[...] a migração em sentido estrito, onde a mobilidade é mais um meio do que um fim, uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade (em sentido amplo), certamente não poderá ser vista simplesmente como um processo de desterritorialização.

(HAESBAERT, 2004, p. 245)

Esta afirmação pode ser compreendida pelo princípio da identidade, ou seja, podemos refletir que no mundo globalizado, onde há a fluidez de informações e movimentos, os processos de (re)territorialização se tornam amplamente significativos.

As migrações não ocorrem sem deixar marcas, tanto nos países de atração como nos de expulsão dos migrantes. A identidade em seu sentido reterritorializador não constitui simplesmente um transplante da identidade de origem, mas um híbrido, onde a principal interferência pode ser aquela da leitura que o outro faz do indivíduo migrante.

Assim como a ausência, a presença também tem seus próprios efeitos. Não se habita impunemente um outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades do contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas, e, outras vezes, estando plenamente consciente dos seus efeitos.

(SAYAD, 2000, p. 14)

Desta maneira, amparados por Haesbaert (2004), entendemos que a idéia de desterritorialização e de (re)territorialização são dimensões do próprio território, pois este incorpora a idéia de movimento e coloca

Em xeque a idéia pré-concebida de que a mobilidade é sinônimo de desterritorialização, da mesma forma que estabilidade ou pouca mobilidade significaria, obrigatoriamente, territorialização. [...] Assim como a desterritorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos, a desterritorialização também pode ocorrer através da imobilização, pelo simples fato de que os limites do nosso território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, estar sob o controle ou comando de outros.

(HAESBAERT, 2004, p. 236)

Neste processo, a população de trabalhadores se vê sujeita às demandas do capital, que destrói sua territorialidade e a reconstrói reterritorializando sob novos enfoques e novas

lógicas, aguardando as novas demandas que venham surgir, identificando, portanto, um território no movimento.

Desta maneira, o processo de desterritorialização conduz a uma nova territorialização, (re)criando territórios com características que satisfaçam suas necessidades - às vezes saudosistas - de sua terra natal, mas com uma adaptação ao território de origem, criando espaços híbridos - mistura de culturas e peculiaridades.

Segundo Sayad (2000), o retorno está implícito ao ato de emigrar. O migrante carrega, intrínseca a ele, a idéia da volta, de tal modo que no país de imigração o que motiva o trabalho é a volta. No entanto, o migrante, ao partir, já não é mais o mesmo, assim, como o espaço por ele deixado também se modifica. Porém, para ele, distante de sua terra natal, é necessário lembrar do seu espaço tal qual ele deixou, um espaço carregado de sentimento e de afetividade. Sendo assim, enaltece tanto seu país - sua cidade - que estes se tornam lugares idealizados, de 'terras sacralizadas'.

Mas devido as modificações de caráter espaço-temporal, as (re)construções objetivadas na paisagem, possuem características que remontam a uma determinada época, segundo o sentimento e a lembrança do migrante. Fato este que pode ser observado nas diferentes construções que compõem as cidades brasileiras - arquiteturas, monumentos, jardins, que constituem um determinado período histórico, que não mais identificam as paisagens dos países de onde saíram os migrantes que ajudaram a colonizar o Brasil. Mas fazem parte de uma lembrança coletiva dos inúmeros migrantes que para cá se destinaram, e envoltos ao apego com o seu lugar de origem, tentaram construir partes daquilo que, para eles, tinha um significado maior.

Assim, podemos identificar, nas mais diferentes paisagens urbanas, construções que recriam e relembram culturas:

Em cada época, o processo social imprime materialidade ao tempo, produzindo formas/paisagens. As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas. Por conseguinte, as mudanças morfológicas na paisagem não são inócuas e não podem ser analisadas em apartado à práticas sociais. A produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades.

(LUCHIARI, 2001, p. 14)

Assim, as diferentes articulações sociais construídas na dimensão espaço temporal são identificadas na atualidade, no cotidiano, sendo um destes vestígios, aqueles deixados pelos migrantes nos mais diferenciados momentos de sua trajetória.

Este processo de materialização na paisagem de algo que relembra uma dada característica cultural, em áreas de onde estas não se configuram como originárias, entendemos como uma tentativa de (re)territorialização do migrante ao seu lugar de destino, possibilitando que este usufrua de um mínimo de identidade em um território tão adverso ao seu ideário conhecido.

Entendemos que a dinâmica migratória se trata de um processo social pelo qual passam os migrantes inerentes à mobilidade forçada da força de trabalho: ou seja, os migrantes se deslocam em busca de um acúmulo de dinheiro que o sistema econômico de seu país não lhes possibilita e que, o país de destino, supostamente, lhes propicia-lhes em relativo curto período de tempo de trabalho.

Assim, muitas vezes, o migrante deixa sua vida pessoal e profissional para realizar trabalhos que exigem baixa qualificação e considerados cansativos em outros países. No entanto, a possibilidade de ganhos financeiros, em um curto período de tempo, é tentadora aos olhos do migrante, que se desfaz de algumas prioridades para garantir um futuro melhor a si e a sua família. Assim, a migração temporária é, contraditoriamente, um modo de desatar os laços da família, uma vez que o migrante precisa se afastar de sua família e, ao mesmo tempo, um modo de atar o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva do trabalhador que se desloca de forma a contentar as transformações capitalistas ocorridas no mercado de trabalho (MARTINS, 1986).

Apontamos, assim, a constante busca por uma identidade inerente ao migrante, o que se reflete na construção de territórios identitários ou étnicos em diferentes partes do mundo. Segundo Sayad (2000), esses migrantes desenvolvem uma relação nostálgica com sua terra natal, e, por mais demorada que seja esta sua migração e por mais que não ocorra um retorno, o sentimento da volta, a nostalgia da terra natal estará sempre atrelada ao migrante.

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranqüila nostalgia ou saudade da terra.

(SAYAD, 2000, p.11)

Através destas considerações, refletimos que o processo de reterritorialização se apresenta em virtude deste sentimento de afeto que o migrante carrega consigo ao se deslocar e, através de seu reconhecimento (ou não) no outro, delimita seu território evidenciando traços particulares de sua cultura original. Segundo Martins (1986), o trabalhador, migrante temporário, passa por uma socialização específica.

No lugar de origem, suas relações são baseadas na produção direta dos meios de vida, o convívio familiar, lugar de encontro com o conhecido; no lugar de destino, suas relações são mediatizadas pelo dinheiro e é por meio deste que elas adquirem um caráter social – relações desenvolvidas por meio do trabalho realizado. Em um caso, há o domínio do processo de trabalho, no outro é dominado por ele. O autor afirma ainda que,

É temporário, na verdade, aquele imigrante que se considera a si mesmo ‘fora de casa’, fora do lugar’, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora de seu lugar, fora de ‘suas relações sociais’, e que, no limite, não se considera dentro, mesmo quando está. Se a ausência é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: a dessocialização [desterritorialização], nas relações sociais de origem, e a ressocialização [reterritorialização], nas relações sociais de adoção. Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade de duas situações sociais

MARTINS (1988, p.49)
[observações nossas]

Compreendemos, assim, que no processo de reterritorialização, o migrante (re)cria algo particular seu, adequado ao novo território que habita, sem perder os vínculos com sua terra natal, mas possibilitando uma integração, onde a homogeneidade imposta pela globalização no que se refere ao mercado se evidencia na heterogeneidade territorial. Segundo Haesbaert (2007), a intensidade das migrações pode levar a

[...] uma proliferação de micro-espços de identidade, segregados/segregadores, quanto a um entrecruzamento de traços culturais que produzem espaços efetivamente híbridos, virtuais articuladores de novas e mais abertas identificações territoriais – ou, o que talvez seja mais comum, produzir uma espécie de amálgama em que convivem e se articulam estas duas formas de territorialidades.

(HAESBAERT, 2007, p. 49)

Analisando as migrações, passamos a identificar não só a identidade do local de origem, materializada no espaço, através da formação de territórios híbridos, mas também, uma identidade manifestada no movimento, ou seja, nos deslocamentos. Em muitos casos, ocorrem fruto de uma relação de parentesco ou de amizade travadas no país natal. Os imigrantes geram uma rede de comunicação que acabou por proporcionar uma nova configuração territorial, possibilitada a partir dos laços trazidos pelos mesmos.

Todos os *dekasseguis* entrevistados afirmaram se apoiarem em indicações de amigos e parentes para a realização da migração, sejam estas na simples indicação da agência de turismo - que também funciona com uma rede - como arrumando emprego no Japão, colocando em contato com a empregadora, emprestando dinheiro, ou disponibilizando sua residência até estes estarem efetivamente colocados no emprego. Na literatura, as obras de MARGOLIS (1994), SALES (1999), FUSCO (1999, 2002), SOARES (2002) apresentam várias situações que indicam este tipo de agentes facilitadores na migração os quais formalizam uma grande rede social.

Neste sentido, concordamos com Caillé (1998), que discorre sobre o significado das redes sociais:

A rede é o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo caso [...] estabelecendo relações que são determinadas pelas obrigações que contraem ao se aliarem e dando uns aos outros, submetendo-se à lei dos símbolos que criam e fazem circular, os homens produzem simultaneamente sua individualidade, sua comunidade e o conjunto social no seio do qual se desenvolve a sua rivalidade.

(Caillé apud DORNELLAS, 2001, p. 5)

Desta forma, as redes sociais, no fenômeno migratório, funcionam enquanto um primeiro elo entre o migrante e o país de destino, onde “facilidades” são obtidas de acordo com as relações de amizade ou de parentesco, tornando-se assim, o processo de adaptação menos penoso.

As redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. Assim, “a migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos”

(MASSEY, 1987, p. 169 apud SOARES, 2002, p. 10)

Assim as redes migratórias consistem de laços sociais que ligam as comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras, esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes (MASSEY, 1987). Desta forma,

Deve ficar claro, entretanto, que a rede não “age” através dos indivíduos ou determina as escolhas individuais, pois o constrangimento estrutural, embora real, é formal e não absoluto. A análise de redes sociais começa com a idéia de que as relações não surgem aleatoriamente, mas estão vinculadas na rede.

(DEGENNE e FORSÉ, 1999, p. 7 apud, FAZITO, 2002, p. 14).

Entendemos, assim, que os fluxos migratórios ocorrem na perspectiva de uma melhor condição de vida em outro país possibilitada por salários mais altos que renderiam ao migrante um retorno ao seu país com uma condição financeira melhor do que a que apresentava na sua partida.

As redes, propiciadas por um conjunto de atores que, em geral, são formadas por ex-migrantes ou migrantes que se encontram no lugar de destino, facilitam na organização do deslocamento; ajudam no processo de adaptação e, em função da identidade gerada pelo contato acabam por influenciar na construção de territorialidades.

As migrações, por mais que indiquem um momento de ruptura do migrante com seu local de origem, implicam na formação de territórios híbridos no país de destino, uma vez que há uma tendência à aproximação das pessoas que possuem uma mesma cultura e, que devido a necessidade de permanecer ‘temporariamente’ em um outro ambiente adverso ao seu, busca minimizar os efeitos deste deslocamento, (re)criando espaços que tragam um pouco da sua cultura, mesclado com um ambiente, seja ele natural como social, diferente do seu.

Assim, vemos a necessidade de se entender a identidade do migrante, que muitas vezes só se apresenta quando fora de seu ambiente, para reconhecer na diferença o que lhe é natural. Haesbaert (2007) comenta que:

Com relação a identidade e diferença ocorre um cruzamento ainda mais íntimo, pois não há como “identificar-se” algo sem que sua “diferenciação” (em relação ao “outro”) seja construída, a ponto de “diferenciar-se” e “identificar-se” tornarem-se completamente indissociáveis – isto demonstra, de saída, o caráter permanentemente relacional da construção identitária, sempre produzida na relação com aquele estabelecido com o seu “outro”.

(HAESBAERT, 2007, p. 36)

SALES (1999, p. 169) afirma que:

A alteridade e a igualdade seriam, portanto, elementos constitutivos dessa identidade, que não se afirma isoladamente, mas sim na oposição de um nós diante dos outros, sendo os grupos étnicos sistemas, de definição de limites e de fronteiras em um contexto cultural marcado por relações interétnicas. Um outro elemento importante ressaltado em várias dessas abordagens é a afirmação da identidade como um fluxo multifacetado sujeito a negociações variáveis de acordo com o contexto interativo. Nesse sentido, a identidade expressa a própria organização social do grupo enquanto um processo de representação coletiva que resulta do reconhecimento de sua especificidade.

É esta identidade reconhecida na diferença que possibilita a união dos migrantes e estes, acabam por gerar territórios identitários. Assim,

Toda identidade implica em uma territorialização e permite a permanência identitária. É o espaço delimitado que proporciona a materialização, ou a objetivação, ou a visibilidade da organização e dos atributos dos diferentes grupos sociais em diferentes escalas.

(COSTA, 2005, p. 85)

HAESBAERT (2007, p. 44) corrobora afirmando:

Assim, no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstróem-se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns.

O autor afirma, ainda, que os migrantes entrecruzam sua identidade no confronto com outras culturas e, por terem em sua bagagem uma territorialidade advinda do país de origem, tentam reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem. *O território, portanto, compõe também o ser de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua* (HAESBAERT, 1999, p. 186).

Saquet (2007), sobre a formação de novas territorialidades pelos grupos sociais (que em nosso caso entendem-se os migrantes), afirma:

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em

relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade.

(SAQUET, 2007, p. 115)

Assim, entendemos que as novas territorialidades, formadas pelos grupos migrantes em questão (japoneses imigrando para o Brasil no início do Século XX e seus descendentes emigrando para o Japão no final do Século XX e início do Século XXI) manifestam um processo de resistência ao diferente, ao mesmo tempo em que mescla a sua identidade com a cultura do novo país, possibilitando uma maior interação entre o conhecido e o novo, ou seja, uma construção social que vai além da prática de trabalho proporcionada pelo capital, uma vivência mais tranqüila no seu cotidiano.

Essas novas territorialidades portanto, só são possíveis fruto de relações travadas no ato migratório, onde o papel das redes sociais são absolutamente essenciais não só pelo contato, mas para o convívio que se exerce no país de destino, onde novos laços são formados em função de uma identidade nacional (que no caso dos japoneses pode-se dizer nacionalista), que aproximam os grupos e possibilitam então, a (re)produção de ambientes, festas, reuniões, hábitos pertencentes ao país de origem.

Entendemos, portanto, que estes são territórios híbridos, como defende Haesbaert (2004, 2007), por estarem repletos de traços culturais do país de origem, mas que se (re)constroem em novos territórios nacionais, o que proporciona portanto, algo novo, que se difere de ambos os países, lembrando que estes são construídos imbuídos de uma nostalgia, de um saudosismo de algo que ficou para trás, mas que também sofreu modificações no tempo e no espaço e por isto, suas configurações existentes na memória, pertencem a um tempo pretérito, não sendo mais idênticos ao que se configura no país de origem (SAYAD, 2000).

2. A CONSTITUIÇÃO DA REDE NIPO-BRASILEIRA EM OURINHOS. TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES.

Neste capítulo apresentaremos como que se constituiu a formação de novas territorialidades no Município de Ourinhos-SP, a partir da chegada dos migrantes japoneses no município. Para isto, trataremos de início uma reconstituição histórica sobre os contextos político-econômicos e sociais que se encontravam o Brasil e o Japão que possibilitaram a vinda destes imigrantes para o Brasil, até sua chegada ao município, lócus de estudo.

Em seguida, partiremos para a discussão sobre a permanência desses migrantes em Ourinhos configurando, portanto, novas territorialidades, apresentando assim, os elementos que acabaram por permitir esta fixação, como a importância dos Núcleos Coloniais, das Associações, das Cooperativas e a conseqüente materialização cultural desta etnia expressa na paisagem de Ourinhos.

2.1. A Imigração para o Brasil - Contextos.

A pesquisa proposta tem sua origem na preocupação com o problema das migrações, especificamente, com a imigração de japoneses para o Brasil no início do Século XX, procurando identificar e analisar os fatos e processos durante a trajetória que estes percorreram até a sua chegada ao Município de Ourinhos (SP).

A migração para o exterior remonta ao período de grandes transformações na vida econômica japonesa, em que:

Na fase de transição da era feudal para a capitalista, a economia mercadológica e monetária trouxe reflexos de várias ordens para a comunidade rural, até então submetida a velhos padrões. Uns perderam terras, outros ficaram desempregados, e quando a estrutura da sociedade até então vigente começou a desmoronar, passou a aumentar o número dos que saíam para tentar ganhar dinheiro em outras localidades ou se afastavam das regiões em que moravam em busca de novos empregos na metrópole. E se a industrialização de um país se mostrava insuficiente, incapaz de absorver os trabalhadores saídos do meio rural, então era imperioso deixar a família no interior e tentar ganhar dinheiro em outras localidades. Quando se ia para o exterior, a emigração se caracterizava pelo objetivo de ganhar dinheiro.

(HANDA, 1987, p. 72).

A imigração de japoneses no início do Século XX criou expectativas e ilusões juntos aos emigrantes, por parte do governo japonês, então em grande crise econômica. Este levou as pessoas a cultivarem esperanças para trabalhar como colonos nas lavouras de café e conseguirem fazer sua fortuna no Brasil, podendo retornar como vitoriosos à sua terra natal e, assim, ajudar na reconstrução do seu país.

Porém, os planos de reconstrução do Japão no Pós-guerra não incluíam os imigrantes localizados no Brasil, e estes, em sua grande maioria, sem conseguir juntar dinheiro suficiente para o retorno, passaram a criar raízes. Com isso, mantiveram traços culturais que no Japão rapidamente desapareceram e tornaram-se os chamados “Brasil-Bokê”.

Ao invés de ganho fácil, os imigrantes passam por dificuldades jamais imaginadas no Japão. Mesmo arrependidos, retornar ao país é praticamente impossível, por um lado, porque tem dívidas a saldar e, por outro, retornar como derrotado é inadmissível para um japonês. Desta forma, não é difícil supor que houve um quadro de desolação, choros de arrependimentos, desajustamentos psíquicos, suicídios, que a literatura comum não traz à baila.

(YOSHIOKA, 1995, p. 20)

Nogueira (1973) traz uma importante análise para a compreensão da relação entre as expectativas dos imigrantes e sua realização na terra estrangeira:

Para o Japão, a importância do Brasil como país receptor foi crescendo na medida em que outras nações tradicionalmente imigrantistas foram fechando suas portas aos japoneses. Conhecia o país do sol nascente o problema da densidade populacional crescente, em um solo apenas em parte cultivável, ao mesmo tempo em que se atravessava uma situação sócio-econômica toda particular. Todos estes fatores, impeliram o japonês para o exterior. A partir do solo pátrio (como de resto, todo emigrante), levava consigo a esperança de uma migração temporária, pois sonhava com um enriquecimento a curto prazo e volta à terra natal.

(NOGUEIRA, 1973, p. 57)

(Grifos nossos)

Sendo assim, os imigrantes vieram para o Brasil com a esperança de uma vida nova, que os libertassem da situação precária imposta pelo novo sistema. Handa (1987, p. 73) afirma ainda que *se um grande número de emigrantes buscava o exterior era porque, em termos de expansão das sociedades modernas, ocorriam variadas distorções ocasionando o surgimento do desemprego*.

Desta feita, com o surgimento do desemprego ou do subemprego japonês, muitos começaram a se animar com a idéia de melhores oportunidades em outras regiões,

primeiramente no Havaí e, posteriormente, para os países da América Latina (Peru, Bolívia, Brasil etc.).

Este fluxo migratório foi, portanto, fruto de uma política de emigração financiada pelo governo japonês, para aliviar o seu mercado de trabalho e brasileiro, que precisava de trabalhadores para a lavoura cafeeira, já que o trabalho escravo tinha sido abolido e a emigração de italianos para o Brasil estava suspensa. Os imigrantes italianos que, até então, haviam sido muito requisitados para trabalharem na lavoura cafeeira, deixaram de migrar para o Brasil para este tipo de trabalho, uma vez que o governo italiano recebeu denúncias de maus tratos aos imigrantes por parte dos fazendeiros de café. Ocorreu certa restrição à migração, não só de italianos, mas de europeus ao Brasil (YOSHIOKA, 1995).

A migração de japoneses para o Brasil deu-se tardiamente, já que a migração de europeus para provimento de força de trabalho no chamado Novo Mundo se iniciou em meados do Século XIX, no momento em que os fazendeiros foram privados do trabalho escravo. Tal fato se deve a certa resistência do governo brasileiro, pois:

Como consta inclusive da legislação brasileira (Vainer, 1995), asiáticos e africanos estavam fora dos planos de seleção de população imigrante para a composição “sadia” do país, e não eram permitidas tais entradas. O assim chamado “elemento amarelo” não era desejável na nossa formação nacional, havendo, portanto uma série de polêmicas que envolveram a sociedade brasileira neste período a respeito dos problemas causados pela admissão dessas pessoas. [...] Essa polêmica envolveu doses bastante elevadas de preconceito contra a população japonesa e asiática em geral, caracterizando desde o início o distinto tratamento que essa população passaria a incorporar. Sendo assim, enquanto a imigração européia era desejada e incentivada, pois fazia parte do ideal de eugenia disseminado pelo governo brasileiro, a imigração japonesa sofreu fortes ataques, até que obteve a sua permissão, fato que só foi possível em decorrência da conjunção de uma série de fatores coincidentes.

(OLIVEIRA, 1999, p. 283)

Vainer (1996), afirma que:

O japonês foi visto, simultaneamente, como o melhor trabalhador dentre os que se podia importar e o mais inassimilável de todos os estrangeiros – o mais estrangeiro dos estrangeiros. Temos aqui um ilustrativo exemplo de choque – sempre possível – entre a ‘razão racial/nacional’ e a ‘razão econômica.

(VAINER, 1996, p. 47)

Nogueira comenta sobre os fatores que acabaram por permitir a imigração de japoneses para o Brasil:

Três fatores a meu ver contribuíram para esta resolução:

- Primeiro a dificuldade em angariar na Europa os elementos necessários. A Itália desde 1902, havia proibido a saída de seus nacionais para o Brasil, em imigração subvencionada;
- Segundo, a esperança do governo em conseguir fixar os japoneses nas fazendas. Considerava-se que este elemento, vindo de tão longe, sem conhecer a língua, etc., não apresentasse a tendência ou encontrasse mais dificuldade em abandonar a fazenda, e assim se fixasse mais, o que viria a contribuir para resolver o problema da falta de mão-de-obra na lavoura cafeeira;
- Terceiro, desde a reunião dos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, visando tomar uma atitude para revalorizar nosso produto-rei, que se encontrava numa fase de superprodução, reunião esta que passou para a História com nome de Convênio de Taubaté (por ter se realizado nessa cidade em 1906), uma das metas principais dos três estados foi ampliar o mercado consumidor da rubiácea. São Paulo considerou que com a imigração seriam facilitados os intercâmbios comerciais com o Oriente e com isto seria aberto um novo mercado para o café. Aliás, nesse sentido o governo paulista assinou um contrato para a propaganda do seu produto no Japão logo a 27 de junho de 1908.

(NOGUEIRA, 1973, p. 60)

Asari (1992) afirma que os imigrantes japoneses, aqueles não acostumados à vida na lavoura, costumavam fazer estágios nas propriedades rurais no Japão, para que quando chegassem aqui não estranhassem tanto o trabalho; também era preciso enviar junto à documentação para o Brasil, uma foto da família, na qual era recomendado que eles se portassem como agricultores, uma vez que teriam destino certo no Brasil: as lavouras de café. Havia ainda, como determinação para imigração, que só viessem famílias para o Brasil, com no mínimo três pessoas.

Como a maior parte dos interessados em migrar eram solteiros ou jovens casais, muitas famílias foram organizadas, incluindo-se irmãos, sobrinhos, primos, ou ainda, pessoas sem nenhuma relação de parentesco, onde eram feitas adoções (permitidas pelo código civil japonês), as quais seriam desfeitas assim que os contratos de trabalho nas fazendas de café fossem concluídos. Desta maneira, a primeira migração para o Brasil era constituída de famílias compostas (ASARI, 1992, CASTRO, 1979).

Quando os japoneses chegaram ao Brasil, consta que tiveram de enfrentar diferenças culturais e étnicas, agravado por um sentimento nacionalista extremado, fruto da era Meiji e, com eles, o forte desejo de regressarem ao Japão, fazendo do Brasil apenas um território de passagem (OLIVEIRA, 1998).

Handa (1987) afirma ainda que:

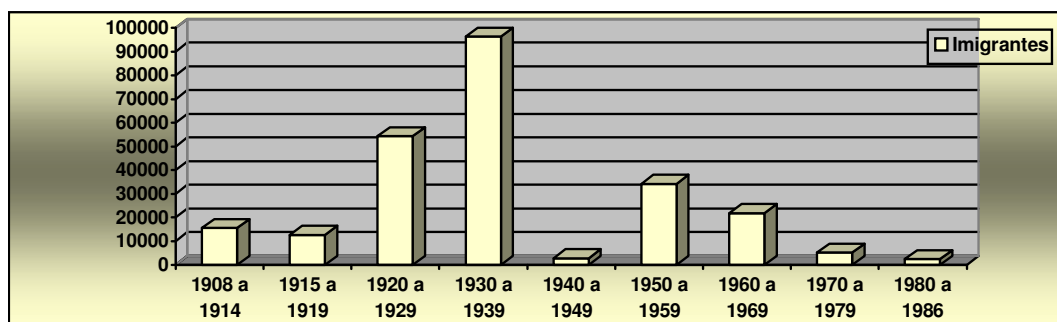
A propaganda exageradamente positiva (enganosa), prometendo ganhos que na realidade eram impraticáveis, possibilitou a criação de fantasias (justas) de enriquecimento rápido por parte dos migrantes, e muitos fizeram enormes esforços e contraíram dívidas para poder fazer parte do grupo que partiu rumo ao Brasil. Ao contabilizar os “ganhos” depois do primeiro ano, viram que, mesmo para aqueles que conseguiram trabalhar mais e contabilizar mais “não dava nem para pagar a passagem de retorno ao Japão”.

(HANDA 1987, p. 70)

Assim, após os primeiros anos de muitas dificuldades em terras brasileiras, os imigrantes japoneses foram se habituando ao novo país e deixando de lado a idéia de retornar ao Japão, constituindo suas famílias e edificando suas vidas no Brasil.

Observe-se que a imigração japonesa para o Brasil para completa um século em 2008. A partir disto, esta tese tem o interesse de analisar o processo de adaptação cultural e a participação destas pessoas na sociedade brasileira.

No período entre a primeira migração até meados dos anos de 1980, mais de 255 mil japoneses chegaram ao Brasil e, atualmente, é importante ressaltar que a maior colônia⁴ japonesa, fora do Japão, está no Brasil, representando quase 1% da população total brasileira; ou seja, estima-se, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 1996, que 1.280.000 pessoas sejam descendentes de japoneses (SASAKI, 1998, p. 20) ocupando todos os ramos de atividades do país, ressaltando, desta forma, a importância desta comunidade na vida política, econômica e social do Brasil. O gráfico 1 demonstra o número de japoneses que entraram no Brasil de 1908 – 1986, o que contribui para nossa compreensão.



⁴ As colônias, segundo Saito (1973), correspondem aos núcleos voluntários que se formavam quando havia certa concentração de imigrantes japoneses nas áreas rurais. Este termo, portanto, é utilizado até hoje para designar a comunidade nipônica.

Fonte: Consulado Geral do Japão. In: Revista SAGA. Jun., 1988. Extraído de ASARI (1992, p. 40) (Períodos selecionados). Extraído de MELCHIOR (2003, p. 32).

Destacamos que os períodos selecionados representam os momentos mais significativos da imigração dos japoneses para o Brasil, podendo estes, segundo Rodrigues (2000), serem divididos em três fases:

- de 1908 a 1920 – considerada uma fase experimental, em que os imigrantes vieram para trabalhar nas lavouras de café, suprindo então, a carência deste tipo de mão-de-obra.

- de 1920 a 1940 – neste período, entre os anos de 1926 a 1935, a imigração para o Brasil atingiu o seu auge, devido às crises internacionais, como a queda da Bolsa de Nova York, que levou à economia do Japão ao caos e a população à miséria.

Em 1941 a migração de japoneses para o Brasil é interrompida em função da II Guerra Mundial, e só recomeça a partir de 1953.

- e de 1953 a 1986 – anos que marcam a retomada da migração, porém, com um fluxo menor, devido à restauração econômica do Japão. A partir da década de 60, os imigrantes que chegam ao Brasil possuem outra característica, pois constituem uma mão-de-obra especializada para implantação das fábricas no Brasil.

Estas situações políticas e econômicas, anteriormente mencionadas, vivenciadas por ambos os países alvos destes deslocamentos, serão melhor explicadas nos itens posteriores.

2.1.1. A conjuntura mundial. Aspectos econômicos e políticos que influíram nos fluxos migratórios do início do Século XX – Japão-Brasil.

A situação japonesa que propiciou a saída de trabalhadores no final do Século XIX e início do Século XX requer uma análise que resgate as modificações ocorridas durante o período Meiji (1867 – 1912). Houve o estabelecimento de uma nova forma de governo centralizada no imperador e o Japão tornou-se um verdadeiro Estado unificado.

Passou a seguir a meta de conquistar a prosperidade nacional e o poder militar, para tanto, iniciou um alinhamento junto às nações desenvolvidas do ocidente. As instituições e a tecnologia ocidental passaram a servir de modelo ao desenvolvimento japonês, que alcança um rápido progresso para se tornar uma nação industrial moderna, sendo que o progresso interno e o sucesso no exterior, possibilitaram ao Japão um desenvolvimento da sua infraestrutura nos transportes e comunicação, como: trens a vapor, navios e bondes elétricos, luz elétrica e telefone (BATH, 1993; MELCHIOR, 2003).

A Revolução Meiji não conseguiu erradicar totalmente o sistema feudal, tendo, os camponeses, enfrentado vários conflitos no momento da reorganização econômica do país. A mão-de-obra excedente na zona rural era grande demais para ser absorvida pela indústria exportadora recém criada e, a partir de 1907, o Hawaí, principal país receptor desta mão-de-obra, começa a restringir a entrada de camponeses (CASTRO, 1979).

Assim, este desenvolvimento rápido não era capaz de absorver toda a população japonesa, o que levou o governo japonês a incentivar a saída de parte da população para outras partes do mundo, a exemplo de regiões de influência japonesa na Ásia, como a Coréia, Estados Unidos, México, Peru e, ainda, o Brasil, que estava num momento bastante particular de sua história, que necessitava da entrada de mão-de-obra, para o trabalho nas lavouras de café (BATH, 1993; MELCHIOR, 2003).

Como o Japão iniciou uma política de rápido desenvolvimento industrial, que foi baseada na organização dos *zaibatsus*, que eram enormes monopólios empresariais controlados por influentes famílias japonesas, que concentravam praticamente todas as indústrias. Este país conquistou um significativo avanço imperialista, tendo um interesse especial nos países do leste asiático, por tal motivo, participou de disputas por território com a Coréia, com a Rússia, com a China e outros.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão lutou contra a Alemanha, ao lado de Inglaterra e França e, por isso, muitos mercados na Ásia foram rapidamente absorvidos pelo Japão, tais como as áreas que eram dominadas pela Alemanha, o que aumentou muito o poder econômico e incentivou o crescimento de seu poderio militar. Este fato coloca o Japão envolvido com a Segunda Guerra Mundial, na qual apoiou a Alemanha e foi derrotado, sendo atingido por duas bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos. A Segunda Guerra Mundial deixou arrasada a economia japonesa, sendo que a produção industrial caiu para um sétimo do que fora em 1941.

Por tal motivo, inicia-se novamente um processo de saída de trabalhadores para o Brasil, principalmente, após os anos de 1950, pois nos anos que perduraram a Segunda Guerra Mundial não era permitida a entrada de japoneses no Brasil, pois estavam em lados opostos na guerra.

Concomitantemente, no Brasil, também se configurava uma conjuntura que viria a possibilitar a imigração de japoneses no início do Século XX. Mesmo com a emancipação política de 1822, as características da economia brasileira não mudaram no decorrer do Primeiro Reinado e durante o período regencial; a inexistência de um produto de grande expressão comercial dificultava a manutenção da economia agrária, exportadora e escravista.

Entretanto, a partir de 1840, a economia cafeeira emerge com vigor, facilitando a consolidação do Estado monárquico, controlado pela aristocracia rural e escravista, estabelecendo bases para o Segundo Reinado (COSTA, 1977).

A procura pelo café era intensa na Europa, por isso, tornou-se bastante rentável sua produção, que em curto período se tornou a principal cultura a ser produzida no Brasil. Esta cultura foi introduzida no Brasil a partir de 1808, com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, tendo se expandido para Angra dos Reis e Mangaratiba, em 1830, para o Vale do Paraíba, quando assumiu o caráter de grande lavoura para exportação após 1850, para o Oeste do Estado de São Paulo e, posteriormente, para o Norte do Paraná, onde houve uma rápida adaptação da cultura devido à presença do tipo de solo latossolo estruturado – chamado de terra roxa (COSTA, 1977).

A partir de 1850, intensificam-se as pressões inglesas para que o Brasil acabasse com o regime da escravidão, pois a Inglaterra tinha como meta o extermínio de tal prática para a definitiva integração ao capitalismo que estava se desenvolvendo em ritmo acelerado. Neste ano, o governo brasileiro cede às pressões inglesas, país de quem dependia economicamente, e promulga a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil. Porém, pelo fato de que no Brasil não havia mercado de trabalho livre que pudesse substituir o trabalho escravo, muitos fazendeiros, passaram a buscar alternativas para a definitiva abolição da escravatura, que aconteceria, de vez, em 1888, mas que em 1850, já se sabia que tal episódio seria deflagrado, pois não seria mais permitida a entrada de escravos negros no país (COSTA, 1977; STOLCKE, 1986).

Na ausência de uma reserva de mão-de-obra local prontamente disponível, os fazendeiros paulistas recorreram aos trabalhadores imigrantes. Porém, como os fazendeiros estavam acostumados ao trato dos escravos, procuravam formas de melhor controlar os trabalhadores imigrantes, buscando alternativas para o tipo de relação de trabalho que seria estabelecida.

No primeiro momento, pensou-se na mão-de-obra assalariada, mas logo foi descartada, pois necessitaria de um investimento muito alto em curto prazo e com elevado nível de risco, pois não se sabia como seriam os novos trabalhadores. Pensou-se, então, no sistema de parceria, no qual, de acordo com o contrato, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes de seu país de origem até o porto de Santos, adiantava o custo do transporte de

Santos até a fazenda, e os gêneros e instrumentos necessários aos imigrantes, até que pudessem pagar com os produtos das primeiras colheitas⁵.

Segundo Stolcke (1986), alguns outros acontecimentos levaram a uma crise na utilização da parceria, conforme se segue:

Reduzindo custos da mão-de-obra por unidade, em comparação com o trabalho assalariado, a parceria deve inicialmente ter-se apresentado aos fazendeiros como o substituto mais adequado para o trabalho escravo. O elemento de incentivo deve ter parecido uma alternativa satisfatória à coerção que obrigava os escravos ao trabalho. A questão não era simplesmente a de resolver problemas potenciais na oferta de mão-de-obra, mas de fazê-lo de forma lucrativa. Contudo, os imigrantes eram trabalhadores livres. Como parceiros, em princípio, eram livres para decidir sobre a alocação e a intensidade do trabalho. Logo, sua dedicação e sua produtividade no café dependiam de sua própria avaliação dos ganhos. Os fazendeiros e os agentes de imigração tentaram criar a ilusão de que os imigrantes poderiam rapidamente quitar suas dívidas e adquirir terra própria. Na prática, porém, os imigrantes geralmente tinham de esperar pelo menos dois anos, antes de receberem retornos significativos por seus esforços. A parcela que lhes cabia da primeira colheita levava quase um ano para lhes ser paga, devido aos atrasos na comercialização do café; mas visto que os contratos estipulavam que metade dos ganhos anuais dos trabalhadores, derivados do café, seria retida para cobrir suas dívidas, e como nesse ínterim eles haviam acumulado novas dívidas por outros adiantamentos, somente no terceiro ano é que poderiam esperar receber algum dinheiro.

(STOLCKE, 1986, p. 27)

Com isso, não tardou a ocorrência de revoltas dos imigrantes, como as de 1856 e 1860. Outro fator que serviu de complicador, foi o fato de que por se tratar de trabalho livre, os imigrantes decidiam a intensidade de seu trabalho e, pela dificuldade em receber os rendimentos, não se sentiam motivados para o trabalho, o que diminuiu a produtividade das lavouras.

Portanto, os fazendeiros passaram a ter um limitado poder de controle sobre os imigrantes, pois não poderiam utilizar o mecanismo da pressão através da demissão, pois correriam riscos de perder seus investimentos iniciais (em passagens) e, tampouco, poderiam obrigar os imigrantes a trabalharem mais.

Após algumas tentativas de forçar os imigrantes a trabalharem e de conterem suas revoltas, com a ameaça de prisões, os fazendeiros, nos anos de 1880, chegaram à conclusão de que não poderia existir mão-de-obra barata sem violência, sendo que haviam muitos braços e muitos com interesse em contratá-los.

⁵ O primeiro fazendeiro a utilizar a prática da parceria foi o Senador Vergueiro, no ano de 1845, que era proprietário de uma grande fazenda próxima à cidade de Limeira, na província de São Paulo, que recebeu um grupo de imigrantes alemães (STOLCKE, 1986).

A afirmação de Stolcke (1986) traz elementos que auxiliam nosso raciocínio, de modo que:

Após 1884, em vez de coagir os trabalhadores diretamente, o Estado procurou obter mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas, inundando o mercado de trabalho com imigrantes subvencionados. Em 1886, o governo provincial havia encontrado uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes, e o resultado foi praticamente imediato. Em maio de 1887, entre 60.000 e 70.000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já haviam sido assentados nos estabelecimentos agrícolas de São Paulo. Essa cifra excede a estimativa de 50.000 escravos que estavam empregados nas fazendas cafeeiras paulistas em 1885. A política de imigração se manteve basicamente inalterada até a Primeira Guerra Mundial. Entre 1884 e 1914, chegaram a São Paulo cerca de 900.000 imigrantes, a maioria como mão-de-obra barata para as fazendas de café.

(STOLCKE, 1986, p. 47)

(Grifos nossos)

Ou seja, os imigrantes vieram com outra relação de trabalho, mas logo se chegou ao sistema de colonato, com o qual se resolveriam os problemas, pois não só os fazendeiros não precisavam mais investir nos custos iniciais referentes à mão-de-obra, como não precisavam mais arcar com os custos de viagem, pois a imigração passou a ser subvencionada pelo Estado.

Foi nesse contexto que, no início do século XX, chegaram a São Paulo, os primeiros imigrantes japoneses, embarcados no navio a vapor *Kasato Maru*, que foram atraídos com promessas de que conseguiriam comprar terras com bastante facilidade, desde que trabalhassem muito. Esta tendência foi mantida até que fossem introduzidas quantidades de mão-de-obra suficientes para abastecer as lavouras de café, que começaram a entrar em declínio com a transição do Brasil de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial, no momento de ascensão de Getúlio Vargas, em 1930.

2.2. A chegada e a permanência dos imigrantes japoneses em Ourinhos

Conforme já relatado nos itens anteriores, os migrantes desembarcavam no Porto de Santos para trabalharem nas lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo. Assim, eram então conduzidos até a Hospedaria do Migrante na Cidade de São Paulo e, de lá, transportados às lavouras de café onde iriam trabalhar.

Ressaltamos que muitos imigrantes japoneses vieram trabalhar como colonos e passavam de cinco a dez anos trabalhando neste regime para os fazendeiros. Depois de devidamente adaptados ao Brasil, rompendo/superando o desejo de retorno ao Japão, estes

passaram a realizar economias que lhes proporcionassem a aquisição de terras que garantissem uma condição melhor de trabalho e de vida.

Para que a efetivação das redes sociais pudesse se concretizar, foi necessário o aporte nas redes técnicas, daí destacamos a importância que teve a Estrada de Ferro Sorocabana para efetivação da colonização de Ourinhos. Entroncamento em direção ao Oeste Paulista, segundo Monbeig (1984) os trilhos e as estradas criam as localizações favoráveis às fundações urbanas, gerando uma seleção entre os patrimônios para transformá-los em cidades.

A Estação de Ourinhos foi inaugurada no final de 1908. Já em 1926, foi construído um novo prédio, devido ao aumento do tráfego na região. A partir de 1925 passou a ser construída a estrada de ferro em direção ao Norte do Paraná. No início, chegava a Cambará e acabou por contribuir com o desenvolvimento e formação de vários municípios, entre eles, Londrina, a partir de 1929 e Maringá, desde 1947.

Mita (1999) analisa a relação entre as migrações e as estradas de ferro:

Quando os trilhos das ferrovias chegaram a estas zonas, apareceu no estado de São Paulo, uma nova forma de posse de terra, o sistema de loteamento. A rede ferroviária valorizava a terra onde a ponta de seus trilhos alcançava ou era esperada, e os proprietários eram levados a vender parte de ou toda sua propriedade. A terra valorizou-se e tornou-se um novo objeto de especulação. Nestas condições, aparecem as empresas de terra e colonização que dividiam, em lotes, grandes glebas cobertas de florestas e que abrangiam centenas, milhares de alqueires, vendendo-as aos pequenos proprietários. O sistema de loteamento na frente de expansão desenvolveu-se na fase da prosperidade geral que adveio após o término da Primeira Guerra Mundial, e os loteamentos multiplicaram-se, depois da crise de 1929.

(MITA, 1999, p.55)

A Cidade de Ourinhos servia como uma área de passagem, alojamento e descanso para os pioneiros que adentravam tal região, sendo que muitas vezes, suas famílias permaneciam nesta cidade até que os chefes “desbravassem” o norte paranaense, desmatando e construindo suas casas para, enfim, levarem seus entes até as terras adquiridas. Neste sentido, Ourinhos recebeu um número significativo de famílias japonesas que, trabalhando na cidade ou na zona rural, tiveram forte influência sobre o seu processo de formação.

Tendo em vista estas considerações, analisamos a importância desses imigrantes para o Município de Ourinhos no processo de colonização do início do Século XX e na atualidade. Segundo os dados da AECO (Associação Cultural e Esportiva de Ourinhos), cerca

de 500 famílias perfazem o total da colônia nipônica em Ourinhos. Considerando que a população de Ourinhos, segundo dados do IBGE (2000), é de 93.868 habitantes e utilizando a média nacional de 3,3 pessoas por família, encontra-se um número de 1.650 japoneses e descendentes em Ourinhos, o que representa um percentual de 1,75 % com relação a população total de Ourinhos, o que configura uma representatividade em todos os campos de atividades do município.

No sentido de mensurar a importância desses imigrantes, sabemos que, em meados dos anos de 1930, a cidade de Ourinhos possuía um time de *baseball*. Formado apenas por imigrantes japoneses e seus descendentes, que chegou a ser campeão nacional no esporte em campeonato coordenado pela colônia nipônica no Brasil. Atualmente, a cidade conta com a AECO, que concentra os nipônicos do município para realização de festividades que resgatam sua cultura oriental (foto 1).

Em 1905, Ourinhos era uma vila formada por trabalhadores responsáveis pelo desmatamento da área destinada à construção da Estrada de Ferro Sorocabana (foto 2).

Com a ampliação dos trilhos da Sorocabana, Ourinhos passou a ser uma localidade estratégica do ponto de vista econômico, principalmente por sua ligação com o Norte do Paraná e por estar na região da média Sorocabana, a 80 quilômetros de Avaré e a 70 quilômetros de Assis, cidades consideradas importantes no Vale do Paranapanema.

Em 1922, teve início a construção da Estrada de Ferro que ligaria o Estado de São Paulo ao Paraná. Com efeito, em 1925 os trens da Rede Viação Paraná - Santa Catarina circulavam entre Ourinhos e Cambará. Assim, no final dos anos 20, Ourinhos começou a se projetar economicamente, pois era um município com importante entroncamento ferroviário. [...] A partir de 1930, Ourinhos se despontava como a cidade que mais se desenvolvia na região, com expressiva diversificação nas suas atividades econômicas e rápido crescimento urbano.

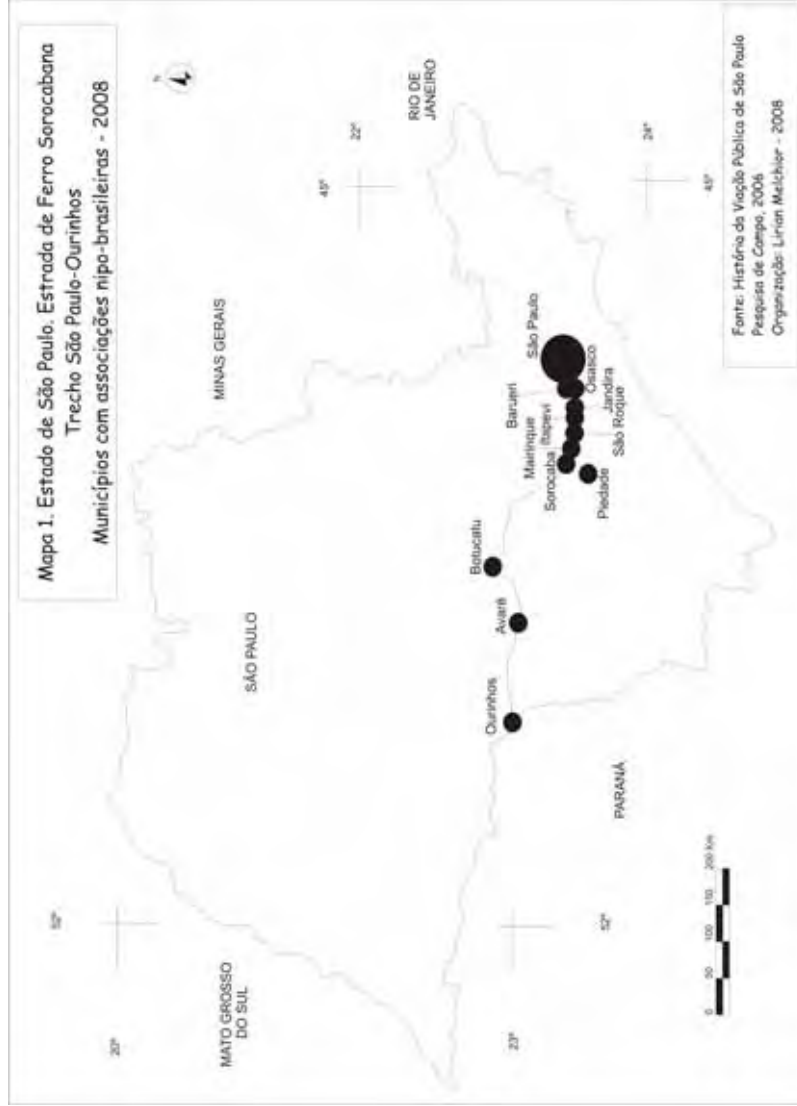
(ALVES e MASSEI, s/d)



Foto 1: Comemoração pelo campeonato de baseball, década de 1940, Ourinhos (SP).
Autor: Takashi



Foto 2: Chegada do primeiro trem à cidade de Ourinhos em 1908.
Autor: Desconhecido



Com base na leitura do mapa, Ourinhos que se encontra divisa do Estado, apresentou ligação importante para o desenvolvimento do Norte do Paraná; além disto, este município também teve o papel integrador entre a capital do estado e o litoral, com toda região oeste paulista, através do desenvolvimento da rede ferroviária.

Podemos dizer que ele apresentava uma posição estratégica no que se refere ao desenvolvimento da economia cafeeira, não só pela produção deste, devido à fertilidade de seu solo, mas também, por ter se constituído enquanto “boca de sertão”, durante alguns anos, no processo de construção da estrada de ferro, o que condicionou a chegada de muitas famílias para o município. Assim, Ourinhos passa a apresentar expressivo comércio e prestação de serviços podendo atender a demanda do Norte do Paraná e das cidades vizinhas do estado.

A expansão da malha ferroviária paulista está intimamente ligada à mobilidade espacial dos japoneses. À medida que os trilhos das estradas de ferro cortam o estado, glebas de terra são loteadas por empresas de colonização, que as vendem a baixo preço. Os japoneses e seus descendentes se utilizam dessa nova oportunidade para adquirirem a sua pequena propriedade.

(SAKURAI, 1995, p.15 apud SHIBATA, 1997, p.54)

Concomitantemente, a partir de 1924 o processo de colonização passa a ser politicamente orientado pelo governo japonês, para estimular a emigração através de companhias de colonização, tornando estas, órgãos representativos do governo japonês, legalmente estabelecidos no Brasil, como é o caso da BRATAC – Sociedade Colonizadora do Brasil (SHIBATA, 1997).

BRATAC – empresa de economia mista, com capital constituído pelas contribuições das províncias japonesas e de particulares e dividido em ações no valor de 50 ienes. Propunha-se a recrutar, encaminhar os emigrantes e organizá-los como colonos-proprietários em núcleos planejados. A partir de 1928 adquire glebas de terra na frente de expansão do estado de São Paulo e no norte do Paraná. (...) O loteamento das terras era feito com lotes de 10 alqueires, vendidos não apenas a imigrantes que vinham diretamente do Japão para os núcleos como também aos imigrantes que saíam das fazendas de café. Os lotes eram vendidos por 10 anos, pagos em prestações anuais no prazo de oito anos.

(VIEIRA, 1973, apud SHIBATA, 1997, p.54)

Houve um incentivo do governo japonês que propiciou a formação de núcleos coloniais no Brasil, sendo estes providos de escolas, serviços médicos e estradas, além de equipamentos necessários à produção, assim, as sociedades colonizadoras tinham o domínio de todas as atividades dos colonos.

Tal poder era fecundo e estava seguramente destinado à colocação de um povo japonês - não sendo sem fundamento certa inquietação causada pela colonização nipônica. No momento, acentuemos que a colocação política fazia-se ao abrigo da pequena propriedade e que não poderia ter possibilidades de êxito sem a estrutura da empresa.

(MONBEIG, 1984, p. 239)

Esta atitude não só proporciona a vinda de novos imigrantes para o Brasil, como possibilitou que os japoneses que aqui residiam se tornassem proprietários de terras em áreas a serem desbravadas. Tal fato possibilitou suas saídas das fazendas de café, pois perceberam que nestas, não conseguiriam enriquecimento rápido devido à intensa exploração que sofriam dos fazendeiros.

Handa (1987) afirma que havia uma insatisfação muito grande por parte dos imigrantes japoneses, pelo fato da propaganda enganosa que teria sido feita no Japão para a vinda destes trabalhadores ao Brasil, levando a uma série de dificuldades:

- a possibilidade de ganhos rápidos nas lavouras de café, o que lhes forneceria um retorno seguro ao Japão;
- os japoneses não eram acostumados ao trabalho intenso na lavoura, sendo que a quantidade de sacas de café que teriam de colher era muito grande para que pudessem ganhar algum dinheiro;
- eram enganados quanto às suas despesas realizadas nos armazéns das fazendas, mantendo uma relação de endividamento junto aos fazendeiros;
- além da fiscalização contínua que sofriam, para evitar que pudessem exercer seus hábitos culturais e tivessem liberdade em seu ambiente familiar – não podiam plantar, nem criar animais ao redor de suas casas, não tinham liberdade para seu tradicional banho no *ofurô*, crianças com mais 12 anos já eram consideradas mão-de-obra adulta.

Handa (1987) afirma que:

Esboçava-se então a fuga desse estado de coisas, de modo que a família inteira pudesse trabalhar livre e alegremente e, sem desperdício de mão-de-obra, pudesse até pensar em juntar dinheiro. Para o agricultor, ter dinheiro vivo era importante, mas a plantação em si já era “dinheiro vivo”. Cultivar o que é seu! Os colonos não podiam

deixar de pensar em ser sítiantes independentes e administrar sua própria terra. Quanto mais se pensava no sufoco de ser explorado pelo fiscal, mais este sonho se tornava forte. E, finalmente a chance de possuir a terra! [...] agora era possível planejar tranquilamente, a longo prazo. Isto sim seria o atalho para se alcançar o sucesso. Trabalhando tranquilamente, sem se preocupar com a vizinhança nativa, e esticando o plano de cinco para dez anos seria possível voltar ao Japão com glória. [...] e foi exatamente por haver esperança é que aquela vida cheia de privações nos núcleos de colonização transforma-se em novas energias para suportar momentos de sacrifícios.

(HANDA, 1987, p.206)

Desta maneira, ser sítiante era o sonho de todos os imigrantes japoneses, para que pudessem retomar sua liberdade e terem maior disposição ao trabalho, possibilitando que pudessem juntar recursos que fossem suficientes para seu retorno ao Japão, mesmo que a permanência tenha se prolongado por décadas ou pela vida inteira. Porém, com as respectivas mudanças conjunturais entre Brasil e Japão, os fluxos migratórios passaram a ter outros significados, sendo que houve a realização da “migração definitiva” dos japoneses para o Brasil e a recente formação da migração dos *dekasseguis* no fim do Século XX e início do XXI.

Na medida em que os imigrantes japoneses passaram a adquirir suas terras pelo interior do Estado de São Paulo e Paraná, muitas vezes ajudados pelas Companhias colonizadoras, que executavam o papel de uma rede social e financeira em função de possuírem bancos e auxiliarem no financiamento dos lotes, muitas colônias se organizaram e, passaram a constituir elementos fundamentais na formação dos municípios.

Somado a estas condições anteriormente mencionadas, os núcleos coloniais japoneses se formaram uma nova territorialidade construída a partir da cultura trazida na bagagem dos migrantes. Assim, nos itens que se seguem, apresentamos como estes núcleos foram se configurando em diferentes municípios do Estado de São Paulo e, em especial em Ourinhos, explorando como esta cultura se materializa e se expressa neste território, (re)criando e (re)territorializando-se.

2.3. A importância dos núcleos coloniais japoneses

Compreendemos, portanto, que os imigrantes vieram ao Brasil com a intenção de enriquecer e retornar a sua pátria, uma vez que ainda possuíam, intrínseco a eles, o sentimento de nacionalismo e de forte apego a terra natal, proporcionado pela Era Meiji.

No início da imigração, os colonos ignoravam a língua e, por causa da nostalgia da pátria (de quem vive em ambiente de costumes completamente diferentes) era quase insuportável viver só no meio de brasileiros. Para alguns era realmente impossível. Havia então tendência de compatriotas se reunirem e formarem uma espécie de comunidade. Essas comunidades japonesas antes da guerra chamavam-se geralmente de colônia (ou núcleo colonial) ou aldeia, todas formadas devido às circunstâncias aludidas.

(ANDO, 1973, p. 166)

Assim, quando certo número de famílias se concentrava numa determinada área, configurava-se uma colônia, que era uma reprodução da estrutura comunitária rural japonesa. As famílias tinham como objetivo estreitar as relações entre os patrícios e cuidar de assuntos de interesse coletivo. Assim,

[...] em todos os núcleos onde os imigrados japoneses tiveram vida grupal houve, em seu processo de reorganização social, a reconstituição em maior ou menor escala, da estrutura comunitária da sociedade de origem. Quando a BRATAC e outras empresas de colonização se propuseram a criar núcleos coloniais, os planos tiveram por base a reprodução, possivelmente fiel, da estrutura de *mura*. Não carecia de ser esse tipo de colonização planejada. Todas as vezes que os imigrados formaram núcleos voluntários designaram a localidade de colônia e trataram de reproduzir as formas associativas de *mura*, como sejam a associação japonesa, associação de moços e moças, a escola e outras.

(SAITO, 1973, p. 206)

Com isso, formaram-se as associações que tinham como objetivo facilitar as relações com o “mundo de fora”, o que significava que esta tinha como base a ação coletiva, não só das relações de produção, como também, o controle social interno (SAITO, 1973). Formavam os núcleos de colonizações nas cidades, acabando por originar muitos municípios no Estado de São Paulo e no Paraná, a exemplo temos o núcleo Iguape (na região de Registro), o núcleo de Bastos, o núcleo Aliança e o núcleo Três Barras (no Município de Assaí).

Quantidade considerável de imigrantes japoneses era atraída para estes núcleos devido à proximidade com pessoas da mesma etnia. Muitas vezes, estas associações atingiam um grau de complexidade em suas relações comerciais, que passaram a se constituir em cooperativas agrícolas, sendo a mais conhecida, a Cooperativa Agrícola de Cotia, no Estado de São Paulo.

O primeiro núcleo de Cotia foi formado por volta de 1915, onde todos imigrantes eram arrendatários plantadores de batata. Como eles desconheciam a língua e os costumes do

Brasil, escolhiam alguns representantes para realizarem as transações comerciais de seu produto. Por isso:

Com o aumento do número de colonos foi criada a associação Japonesa e, a partir de então, os contatos com o “mundo de fora” passaram a ser conduzidos através desta entidade. Com a elevação do nível de produção, a distribuição dos meios de transporte, a comercialização dos produtos e, mesmo, a admissão e remuneração dos trabalhadores, passaram a ser objeto de interferência desta associação. E, com maior complexidade das relações com o “mundo de fora”, surgindo a necessidade de reajustar a relação ao mercado da cidade de São Paulo, deu-se início à Cooperativa. [*Cooperativa Agrícola de Cotia*]

(SAITO, 1973, p. 207)

A exemplo desta situação, temos como recorte territorial o Município de Ourinhos. Evidenciamos que este foi fundado em 13 de dezembro de 1918, sendo que em 1928, já existiam várias Associações Japonesas – *Kaikan* – nos bairros da cidade, evidenciando a numerosa presença dos nipônicos no município (Mapa 2).

Cada um dos bairros identificados no Mapa 2 mostra agrupamentos de imigrantes japoneses que se dirigiram a Ourinhos. Eles reforçavam as características identitárias deste grupo em seu contato com os demais grupos sociais



pertencentes ao município⁶, ou seja, estes bairros, formados essencialmente por imigrantes japoneses passaram a reforçar as práticas culturais que existiam no Japão, cercando-se de todos os mecanismos necessários para a manutenção das tradições japonesas moldadas à nova realidade que se apresentava.

O Município de Ourinhos, como afirmado anteriormente, foi originado a partir da expansão da cultura cafeeira e da conseqüente ampliação da Estrada de Ferro Sorocabana. Identificamos que ao longo desta, várias associações de japoneses foram formadas com o objetivo de amenizar as vicissitudes sofridas pelo imigrante em terra de características tão diferentes à sua (Quadro 1 – Página 96).

A rede social formada, materializada e possibilitada pela estrada de ferro, identifica uma integração e cooperação entre as diferentes colônias de japoneses formadas em seu entorno. Segundo Asari (1992), as companhias colonizadoras tinham entre seus pré-requisitos para aquisição de terras e formação de colônias, que estas estivessem situadas a menos de 40 km da estação ferroviária. Assim, a consideramos como um eixo integrador que leva à constituição de uma rede social.

Com relação à Linha Tronco São Paulo - Presidente Epitácio, da Estrada de Ferro Sorocabana, houve o surgimento de associações de japoneses que permitiram a constituição de uma rede social que alavancou o processo de fixação dos japoneses, de manutenção cultural e de ajuda mútua.

Estas passaram a se apresentarem enquanto elementos integradores da paisagem brasileira, ou seja, os núcleos japoneses já não eram mais tão estranhos e sua população começa a se identificar com a nova terra. Assim, deixaram de ser migrantes temporários em busca de prosperidade para o retorno a sua terra natal (Japão) e se tornam migrantes definitivos (Ourinhos-SP), adaptados a nova terra e preocupados e interessados em fazer desta, seu lar, trabalhando para seu desenvolvimento.

Na trajetória seguida pelas famílias de imigrantes, a mobilidade espacial determinou a direção necessária para alcançar seus objetivos de rápida ascensão econômica e, de oferecer uma educação japonesa aos seus filhos. Nos rumos da economia paulista, do café para diversificação agrícola com o algodão, o milho e outros, os objetivos iniciais da imigração que previam uma curta permanência na “sociedade hospedeira” foram se modificando. De curto prazo, a imigração passa a ser encarada como uma empreitada de mais longo prazo. Primeiro, três, depois 5 e mais tarde, 10 anos ou até mais. Porém, apesar de delongada, a expectativa do retorno permanecia no

⁶ Analisaremos as condições da colônia japonesa em Ourinhos, no item seguinte.

imaginário dos imigrantes, mesmo que, no plano da realidade objetiva, as possibilidades se reduzissem.

(SHIBATA, 1997, p.64)

SAITO (1973) afirma, ainda, que:

Nestas circunstâncias, mesmo o controle interno de “bairro” (comunidade) vai perdendo sua forma original, passando apenas a satisfazer aspirações, de caráter sentimental e emotivo, das camadas de pessoas idosas que ainda não conseguiram se livrar das condições de “imigrantes”. Sem dúvida, esse fenômeno de perda e substituição funcional é desfecho, quase que inevitável, no processo de aculturação.

(SAITO, 1973, p. 210)

No entanto, ao contrário de Saito (1973), entendemos que o processo de aculturação não se concretiza, uma vez que, “mesmo de caráter sentimental e emotivo de pessoas idosas” as associações se mantêm, ainda com o objetivo de perpetuar uma tradição extremamente significativa aos imigrantes do início do Século XX, bem como para as cidades brasileiras, que se constituíram através de intensas manifestações culturais de um povo imigrante.

2.3.1. A Associação Cultural e Esportiva de Ourinhos - AECO

A Associação Cultural e Esportiva de Ourinhos (AECO) foi criada em 18 de março de 1951; porém, desde a chegada dos primeiros imigrantes japoneses no município, associações menores eram formadas com objetivo de facilitar as relações e estreitar os laços com membros da terra natal. Segundo o entrevistado S. H., 56 anos:

Japonês é uma raça que se junta três pessoas, já monta associação.
Acho que é pelo costume.

(S.H., 2006)

Desta maneira, identificamos, através das entrevistas, que cada bairro rural, anteriormente mostrado no Mapa 2 (Página 71), continha suas respectivas associações (*kaikan*), onde festividades e reuniões eram organizadas. No entanto, foi no Bairro da Sobra, que a maior associação foi formada.

Este contava com mais de 150 famílias, segundo recenseamento realizado pela associação em 1960 que, organizadas, promoviam suas próprias comemorações, além de

terem construído um prédio para ser a sede da associação e escolas de língua japonesa para que as crianças pudessem aprender a língua e as principais tradições da cultura japonesa. (fotos 3 e 4⁷).

Assim, as associações funcionam enquanto uma rede social que possibilita a união dos imigrantes japoneses em torno de uma cultura trazido do Japão, uma forma de manter as tradições e que estas sejam repassadas aos seus descendentes, mantendo os valores, a língua e os hábitos, proporcionando certo controle das atividades da colônia no Brasil. Saito (1973) afirma que

A comunidade étnica dos imigrados dispõe de funções duplas: as que controlam as relações internas do grupo e as que regulam a relação entre o grupo e o “mundo de fora”. [...] O controle social interno e a coesão grupal não constituem apenas condições necessárias à manutenção da própria comunidade, mas representam também a base da ação coletiva, mediante a qual a comunidade reajusta sua relação com o “mundo de fora”.

(SAITO, 1973, p. 206)



Foto 3 - Sede da Associação Cultural do Bairro da Sobra – Década de 1940 (*Kaikan*), Ourinhos (SP).

Foto: Família Oda

⁷ Ressaltamos que as fotos trazem data diferente do Recenseamento por este ter sido realizado em momento posterior ao registro das fotos, possuindo portanto, um número maior de famílias do que havia na década de 40, porém sendo esta uma década importante, marcada pela construção da escola e da sede do bairro da Sobra.



Foto 4 – Escola de Língua Japonesa - Bairro da Sobra
– Década de 1940, Ourinhos (SP).
Foto: Família Oda

À medida que os japoneses e seus descendentes iniciam o abandono da área rural em direção à cidade, seja para exercerem outras atividades (principalmente relacionadas ao comércio), ou para garantir estudos aos filhos, estas associações rurais começam a perder sua força e a colônia japonesa passa a organizar, mais ativamente, a associação da cidade, concentrando enfim, todos os grupos em uma só entidade.

O local onde hoje se localiza a sede da AECO foi adquirido através da doação de recursos do governo japonês, de recursos aferidos com a venda à Prefeitura de Ourinhos da área onde ficava o antigo campo de baseball, para a construção da atual rodoviária e de doações pessoais de membros da comunidade.

Em maio de 1979 houve a conclusão da Sede Social da AECO, situada à Rua Maranhão. Outro fato curioso é que, nesta mesma rua que termina na estação rodoviária, além da Sede da associação, encontra-se o Templo Budista e a Igreja da Seicho-no-iê, porém, ao se buscar informações sobre os motivos da concentração nipônica nesta área, os entrevistados dizem que esta aconteceu de forma aleatória, ou seja, não houve nenhum fator que influenciasse na aquisição de terras neste local (Fotos 5, 6, 7 e 8).

Porém, percebe-se que há uma concentração significativa de moradores japoneses e descendentes nos arredores dessa área, fato que deve ter orientado as ações de localização das entidades e símbolos da colônia japonesa.



Foto 5 – Antigo campo de Baseball – Década de 1940,
Ourinhos (SP).
Ao fundo a cidade de Ourinhos em formação.
Foto: Família Oda



Foto 6 – Sede Social da AECO, Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007



Foto 7 – Templo Budista de Ourinhos. Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007



Foto 8 – Igreja Seicho-no-iê do Brasil em Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007

Encontramos na igreja um outro identificador da rede que congrega os imigrantes japoneses, pois a religiosidade acaba por concentrar ou unir os imigrantes, que buscam, através da religião, a superação em tantos momentos de dificuldades enfrentados no Brasil. Temos então, na construção dos templos, uma territorialidade manifestada, afinal esta é uma área construída por eles, destinada ao culto da religiosidade japonesa e, inserida num espaço onde as crenças possuem outra vertente. No entanto, a comunidade japonesa, principalmente os descendentes de japoneses, passaram também a assimilar o catolicismo, pois a filosofia que sustentam ambas as crenças são similares, tornando-se então católico-budistas (ASARI, 1992).

A AECO atualmente é formada por 270 famílias, porém segundo o presidente da associação, Sr. Natal Nishikawa, calcula-se que no município exista cerca 500 famílias que possuem a descendência japonesa, e que, infelizmente não há mais um grande interesse na participação da associação. Sobre tal fato, o mesmo atribui à miscigenação, ou seja, descendentes japoneses casados com brasileiros, o que leva a certo desinteresse à manutenção das tradições japonesas. Um outro fator que ele levanta é quanto à participação dos jovens:

Nós estamos numa época de transição muito difícil. Os senhores que vinham comandando a entidade estão ficando com a idade avançada. Então, o pensamento dessas pessoas é diferente. Os mais jovens precisam de outros tipos de atividades. É um momento de transição. Um tem que aceitar o outro. Aqui está um pouquinho parado. Em outras associações já tem escolas de *Taiko* e bailado organizados pelos jovens. Aqui, agora que começou a escola de dança de salão e Karakê. Pouco a pouco, os mais jovens estão se aproximando. Na última reunião da diretoria eu pedi para formar um grupo de jovens, mas desde que tenha um número suficiente para montar. [...] Nós não queremos que eles se afastem, queremos que eles se aproximem, porque o jovem é necessário para dar continuidade.

(Natal Nishikawa, presidente da AECO, 2006)

Esta afirmação se atribui ao fato de que todas as atividades realizadas pela associação são mais atrativas aos idosos, como tênis de mesa, o *gateball* e as danças; o que não desperta muito o interesse dos jovens de estarem freqüentando tão assiduamente a associação, e estarem presentes apenas em festas que são destinadas ao público em geral. Assim, existe um esforço por parte desta diretoria que outras atividades sejam oferecidas, assim como, a contratação de uma professora para ministrar aulas de dança de salão.

Desta maneira, aumentaria o interesse e a participação dos jovens na associação. Outra dificuldade encontrada pela associação, que também tem implicação quanto ao desinteresse dos mais jovens na associação, está relacionada à administração desta, ou seja,

cada vez menos pessoas estão interessadas em assumir a diretoria da AECO, permanecendo sempre os mesmos representantes e a mesma estrutura:

Nessa associação estou a mais de 20 anos, comecei como secretário. Nunca quis responsabilidade. Hoje sou presidente da AECO e da Seicho-no-iê. Já tem cinco anos que sou presidente aqui. Com certeza tem mais um mandato, e querem que eu toque a comissão para comemoração do centenário da imigração. Este ano e o ano que vem vou encerrar meu mandato de dois anos, mas em 2007, querem alguém com muita experiência para a festividade do centenário. Mas eu já estou sobrecarregado de atividades, mas acho que vai continuar comigo, porque não tem quem assuma.

(Natal Nishikawa, presidente da AECO, 2006)

A AECO é formada por 20 diretores, cada um responsável por um departamento o qual organiza sua própria festividade; conta ainda com um clube de campo onde as atividades esportivas e as gincanas como o *undokai* são realizadas. Possuem algumas comemorações restritas aos associados como Dia dos Pais, Dia das Mães, Festa de Final de Ano, Festa em Comemoração ao Aniversário da Imigração Japonesa e outras que são abertas ao público em geral, como a Festa Junina e a Festa do Yakissoba. As últimas são destinadas a angariar fundos para manter a associação (Fotos 9 e 10).

Todos os entrevistados nos relataram que participam da associação ativamente, pagando anuidades e frequentando as atividades oferecidas pela AECO. Manifestaram comentários sobre a importância desta entidade, enquanto elo integrador da colônia japonesa em Ourinhos e, mesmo conscientes da diminuição do número de associados, afirmam a necessidade de se manter a associação para manter as tradições, a cultura e a memória dos primeiros imigrantes japoneses.



Foto 9 – Festa Junina na AECO. Ourinhos (SP).
Foto: Evelise da Silva Cunha, 2006.



Foto 10 – Festa do Yakissoba – AECO, Ourinhos (SP).
Foto: Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

Estas festividades, promovidas pela AECO, não só evidenciam uma forma de manter a cultura a japonesa, como também de exteriorizar tradições que só existiriam no Japão, trazendo ao público brasileiro uma parte de seus valores. Podemos entender ainda, que por mais que tenha se passado quase um século da Primeira Imigração de Japoneses para o Brasil (junho de 1908), estas festividades realizadas pela colônia, sejam elas abertas ao público ou

restritas à comunidade, evidenciam ainda certa resistência ao processo de aculturação, mantido muitas vezes pelos *isseis*, mas que em tempos de globalização, onde a homogeneidade aparece quase que de forma impositiva, as novas gerações aprenderam a valorizar e também fazerem parte e, em muitos casos, trazendo amigos não *nikkeis* a participarem destas confraternizações, possibilitando uma maior integração entre as diferentes culturas existentes no Brasil⁸.

2.4. A formação das Cooperativas Agrícolas Japonesas

Os imigrantes japoneses se dirigiram ao Brasil para trabalharem como colonos nas fazendas de café. No entanto, na medida em que findavam seus contratos de trabalho - em média dois anos - começavam a buscar alternativas mais rentáveis de produção, seja através do arrendamento de terras ou da aquisição de pequenas propriedades.

Assim, passavam a produzir e comercializar seus frutos por eles mesmos. Os primeiros agricultores japoneses no Brasil se caracterizavam por possuírem pequenas propriedades com produções variadas em cada uma delas e, em função das grandes dificuldades encontradas para a comercialização, reuniam-se em grupos que facilitassem esta transação entre os núcleos coloniais japoneses e o mercado brasileiro.

Desta maneira, como mencionado em item anterior, os agricultores se organizavam em associações, que tinham como objetivo maior, a integração entre um povo da mesma etnia e, futuramente, em Cooperativas, visando a tramitação comercial de seus produtos agrícolas de forma coletiva,

[...] as quais visavam oferecer condições mais favoráveis para a comercialização dos produtos, inicialmente, e, hoje, interferem em quase todas as fases da produção agrícola possuidores que são de um corpo técnico que orienta os cooperados, de uma estrutura econômica que até financia insumos, equipamentos, faz a comercialização e em alguns casos possui unidades industriais de processamento da matéria-prima.

(ASARI, 1992, p. 81)

⁸ Outro fator que recentemente atrai diversos interessados às festas nipônicas que vendem comidas típicas é o discurso e a “moda” da alimentação saudável. Sabe-se que a culinária japonesa é desenvolvida com alimentos com baixo teor de gorduras, a base de peixe e com muitos legumes, fato que a torna mais saudável. Recentemente, isso foi incorporado pelos brasileiros de um modo geral e em alguns casos virou até “moda”, como o caso das “temakerias”.

Vale ressaltar, ainda, que as Cooperativas agrícolas fundadas pelos imigrantes japoneses no Brasil foram influenciadas por um tipo de cooperativismo iniciado no Japão, fundamentada pelo seguinte princípio:

Em uma sociedade capitalista, a força de um indivíduo é fraca. Porém, juntando-se vários indivíduos, passa a ser um grande rio, provido de uma intensa força. Ao unir forças e promover o auxílio mútuo, assegura-se a própria vida, lutando para estar cada vez melhor e lutar contra a indiferença da sociedade. Isto é a sociedade cooperativista e o objetivo e o espírito da cooperativa agrícola.

(SHIMA, 1999, p.47)

Monbeig (1984, p. 239) resalta o papel das Companhias Colonizadoras japonesas, que não só estimulavam a criação de Cooperativas agrícolas, como proporcionavam condições materiais para que estas tivessem êxito. O autor nos deixa claro o papel que as cooperativas exerciam enquanto redes que propiciavam não só a circulação dos produtos cultivados pela colônia japonesa em suas diferentes localidades, como também, a integração entre os membros da colônia que se reuniam em torno de um objetivo único e possibilitavam a conformação territorial.

Estas montavam nas diferentes associações, estruturas com maquinários necessários ao beneficiamento dos produtos cultivados pelos agricultores e, nas regiões afastadas de estradas de ferro, o acesso a estas eram realizados por meio de ônibus e caminhões. Além disto, a companhia ainda possibilitava empréstimos, através de um banco, para que as cooperativas crescessem.

Desta forma, algumas cooperativas foram consolidadas pelo país, sendo neste texto apresentadas a Cooperativa Agrícola de Cotia, a Cooperativa Agrícola de Dourados, a Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu, a Cooperativa Agrícola de Bastos as quais apresentam motivações e objetivos semelhantes à Cooperativa Agrícola de Ourinhos, que será melhor apresentada em item seguinte. Assim, as Companhias Colonizadoras administravam todas as atividades dos colonos, e por meio da pequena propriedade e da estrutura de empresa formada a partir das Cooperativas, é que a penetração política japonesa passou a ser consolidada no Brasil

Imbuída deste espírito é que a Cooperativa Agrícola de Cotia foi fundada em 11 de dezembro de 1927, com a participação de 82 produtores de batata. A Cooperativa agrícola de Cotia cresceu vertiginosamente, tornando-se uma espécie de cooperativa central, congregando várias outras cooperativas menores e com diferentes tipos de produção. Baseados, ainda, na

estrutura de cooperativa japonesa, esta promovia entre as pequenas comunidades rurais a interlocução com o mercado externo, possibilitando um melhor resultado financeiro e auxiliando o enfrentamento às situações econômicas impostas pelo mundo do capital (ANDO, 1973 e SAITO, 1973).

A Cooperativa Agrícola de Dourados foi fundada em novembro de 1958, através da organização de pequenos produtores agrícolas que faziam parte da Colônia Matsubara, formada a partir de 1953.

Com a melhora da produção e fortalecimento destas pequenas propriedades, muitas casas comerciais começaram a surgir na cidade de Dourados para a comercialização e beneficiamento dos produtos agrícolas. Sendo assim, os imigrantes japoneses perceberam que ao comprar uma máquina de beneficiamento de arroz e café, poderiam agregar valor ao seu produto comercializando-o diretamente com os da cidade de São Paulo. Esta cooperativa, então, formou-se com o grupo de 48 associados que consegue financiamento para a compra do maquinário através da Ijyushinko, companhia japonesa que efetuava financiamento aos lavradores imigrantes que vinham ao Brasil no pós-guerra (NISHIKAWA, 1973).

A colonização de Tomé-Açu, no interior do Pará, iniciada em 1929, deu-se com o objetivo de desenvolver as terras devolutas da Amazônia através do investimento japonês, ao financiar a vinda de imigrantes para a região e brasileiro, através da doação de terras. Em 1932, forma-se a Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu, para garantir a sobrevivência da comunidade rural japonesa neste município. Foi através de uma série de experiências sobre qual seria o melhor produto a ser produzido na região, que os agricultores chegaram a pimenta-do-reino, especiaria que alcançava alto valor no mercado mundial e para a qual havia procura constante.

A produção se tornou tão vantajosa que acabou atraindo uma série de imigrantes do pós-guerra para a colônia e, estes, mesmo tendo chegado com pouco capital inicial, em poucos anos conseguiram se fixar também enquanto pequenos proprietários, somando o maior número de imigrantes a posteriori. Desta forma, esta é uma cooperativa que passou por diversas fases até sua consolidação, mas que se tornou órgão vital na comunidade uma vez que a solidariedade e o espírito de cooperação eram norteadores de seus objetivos (STANIFORD, 1973).

A colônia japonesa de Bastos foi formada em 1928, quando a companhia colonizadora japonesa Bratac estabeleceu atividades junto ao Estado de São Paulo, através da aquisição e parcelamento de terras para incentivar os agricultores japoneses a se estabelecerem no Brasil como pequenos proprietários de terras.

Assim, em 1930, havia na área cerca de 167 famílias de colonizadores. Através do decreto do governo brasileiro de 1930, que proibia o plantio de novos cafezais no Estado de São Paulo, em função da queda de preços no mercado mundial, a Bratac decidiu que o melhor produto a ser cultivado na região seria o algodão, pois sua produção crescia no estado.

A Cooperativa Agrícola de Bastos foi fundada em 1932, por iniciativa de alguns agricultores com o objetivo de aumentar a renda através da venda direta do algodão aos consumidores sem passar por intermediários. Esta cooperativa começou suas atividades com 400 associados e, em 1939, passou a contar com 927 associados, correspondendo a todas as famílias da colônia (MITA, 1999).

A história das cooperativas japonesas se funde com o processo de colonização de alguns municípios brasileiros pelos imigrantes japoneses. Desta maneira, consideramos que estas executaram o papel de uma rede de integração entre as atividades comerciais brasileiras e japonesas, com o objetivo de centralizar os esforços dos imigrantes em sua adaptação financeira no novo país. Assim, apresentamos na seqüência a organização social e comercial dos imigrantes japoneses que se dirigiram ao Município de Ourinhos.

2.4.1. A Cooperativa Agrícola de Ourinhos

A Cooperativa Agrícola de Ourinhos foi fundada em 15 de setembro de 1940, através de um grupo de pequenos produtores rurais japoneses que residiam no Bairro da Sobra (Mapa 2). À medida que a produção agrícola dos imigrantes japoneses no município crescia, outras famílias residentes em outros bairros rurais passaram a participar da cooperativa para a comercialização em conjunto de seus produtos. Segundo o Estatuto da Cooperativa, capítulo II, artigo 2º e incisos 1 e 2, os objetivos desta consistiam em:

- I – o estímulo e, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum;
 - II – a venda, em comum, de sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais e internacionais.
1. Para a consecução de seus objetivos, a Cooperativa se propõe a:
- a) receber ou transportar, se for o caso, do local de produção para suas dependências, os produtos de origem vegetal ou animal de seus associados;
 - b) classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e registrar, se for o caso, as marcas de tais produtos;
 - c) vender nas melhores condições de preço para seus associados, os produtos a ela entregues;
 - d) efetuar adiantamento sobre o valor dos produtos recebidos dos associados ou que estejam em fase de produção;

- e) adquirir e fornecer gêneros e artigos de uso pessoal e doméstico para o fornecimento a seus associados, assim como: implementos, máquinas agrícolas, fertilizantes, inseticidas, rações, sementes, produtos veterinários e outras mercadorias;
 - f) instalar armazéns para a distribuição das mercadorias constantes na letra 'e', visando quando possível o benefício dos associados, podendo estender esse atendimento aos empregados da sociedade;
 - g) instalar, onde for preciso e conveniente a fábrica de rações e adubos;
 - h) repasse aos associados, para atendimento de despesas com atividades rurais, conforme modalidade estabelecida pelo Banco Central;
2. A Cooperativa promoverá, ainda, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico-profissional dos seus associados e de seus próprios empregados e participará de campanha de expansão do Cooperativismo, de fomento da agropecuária e de racionalização dos meios de produção.
- (COOPERATIVA AGRÍCOLA DE OURINHOS, 1980, p. 2)⁹

Dessa maneira, fomentada por tais objetivos e metas, a cooperativa foi formada com 180 associados, localizados, principalmente, nos bairros rurais do Município de Ourinhos. Em seu período áureo contou com 1.200 associados de Ourinhos e região. Conseguimos entender que os objetivos expressos no Estatuto da Cooperativa levam a uma organização que beneficia os membros da colônia japonesa, pois visam a união dos agricultores buscando melhores rendimentos na venda do produto. A Cooperativa Agrícola de Ourinhos exerce o papel de uma rede social, onde o interesse comum é manifestado em torno de uma identidade étnica que visa o desenvolvimento econômico da colônia japonesa.

Como anteriormente comentado, a cooperativa de Ourinhos teve o início de suas operações no Bairro da Sobra, no entanto, após alguns anos de existência e através da parceria firmada com o governo japonês, passou a fortalecer uma rede de contatos com possíveis imigrantes japoneses, agenciando trabalhadores para Ourinhos. Mais uma vez encontramos a importância da rede social, formada pela Cooperativa, que passou a facilitar a vinda de imigrantes japoneses para Brasil, mostrando que estes encontrariam no Brasil, territórios semelhantes ao do Japão, onde os hábitos e a cultura seriam preservados, acrescidos da possibilidade de enriquecer neste país.

Nesse sentido, a rede nipo-brasileira com ação em Ourinhos, tornou-se mais complexa, adquiriu uma materialidade pela cooperativa e conseguiu ampliar seus contatos, que já operavam em rede pelas associações culturais e esportivas, sendo que se tornou

⁹ Ressaltamos que este foi o único Estatuto da Cooperativa que tivemos acesso e, considerando uma diferença de 40 anos entre a sua fundação e este material, consideramos que modificações devam ter sido feitas do Estatuto original, no entanto, os princípios de fortalecimento do grupo através da venda coletiva de produtos agropecuários, prevalecem desde sua origem conforme informado pelo entrevistado F. N. de 65 anos.

empresarial. Tal fato mostra a maturidade e grau de integração entre os imigrantes japoneses em Ourinhos.

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, o governo japonês passou a subsidiar novamente a migração de pequenos agricultores para o Brasil, para possibilitar a saída da grave crise daquele país. Assim, um novo acordo foi firmado entre o Brasil e as companhias de colonização japonesas, fazendo com que nova leva de migrantes para cá se dirigissem.

Foi dessa maneira que a Cooperativa de Ourinhos passou a recrutar japoneses para trabalharem no cultivo da terra no Bairro Mundo Novo. Contatos com as companhias colonizadoras fazendo propagandas sobre estas terras foram realizados e distribuídos nas províncias japonesas. Assim, pequenos proprietários japoneses, que já se encontravam em situação difícil devido às limitações impostas pela guerra, deixaram suas terras e adquiriram lotes no Brasil, tendo suas passagens subsidiadas.

Fiquei sabendo de Ourinhos quando recebi o prospecto que veio do Brasil para o governo japonês que distribuiu na província. Naquele tempo o Japão ainda estava muito bagunçado e faltando alimento, muito desemprego por causa da guerra.

(S. H., 56 anos, 2006)

A cooperativa adquiriu 120 alqueires de terras que foram parcelados e divididos entre algumas famílias que vieram do Japão direto para o bairro rural denominado Mundo Novo (Mapa 2 – Página 71). Segundo um dos entrevistados, S. H., 56 anos,

Minha família veio de Nagano. Meu pai, minha mãe e três filhos. Chegamos em Ourinhos no dia 13 de janeiro de 1962. Viemos direto para cá, para trabalhar na lavoura. Viemos com as terras compradas. Através da Cooperativa Agrícola de Ourinhos que havia comprado a fazenda e loteado em lotes de 4,5 alqueires (10 ha.). Uma parte já pagamos no Japão e depois pagamos o resto aqui. No Japão nós já plantávamos frutas. Começamos plantando abacate (deu saúva) e depois a geada matou tudo e o mercado não ajudou. Depois foi poncã e uva. Depois foi para granja, e sericultura.

(S. H., 56 anos, 2006)

No Bairro Mundo Novo, mais de 20 famílias vindas do Japão se estabeleceram para trabalhar no plantio de café e cereais, no entanto, hoje somente sete famílias ainda residem nesta área. A família Hattori possui uma grande parcela devido à aquisição das terras de outros imigrantes que, por motivos diversos, deixaram o bairro. Atualmente, esta família se

dedica à administração de uma grande granja que mantém relações comerciais com empresas da região e da cidade de São Paulo.

A Cooperativa Agrícola de Ourinhos foi o principal meio de organização comercial dos agricultores japoneses, sendo que até o início dos anos 80 era essencialmente formada por pessoas dessa etnia. Não havia uma restrição quanto à diversidade dos produtos, ou seja, tudo o que era cultivado pelos associados era comercializado, sendo grãos, legumes e verduras, frutas e granjas.

A doutrina do cooperativismo exercido pela Cooperativa Agrícola de Ourinhos teve um papel preponderante no desenvolvimento rural do município, apesar do processo de erradicação do café, que propiciava incremento à produção de cereais, e do avanço da cultura canavieira, que abriu fronteiras no campo agrícola. O sistema hortifrutigranjeiro prosperou no Bairro da Sobra e do Mundo Novo e, embora não tenha prosperado de tudo pelo menos a atividade granjeira é resultado da existência da Cooperativa.

(Jornal O Momento, junho de 1993, p. 6)

Adquiriram um grande prédio no centro de Ourinhos, onde era feito o armazenamento e a comercialização dos produtos (foto 11). Depois, compraram o prédio da antiga Coimbra, situado ao lado da ferrovia em Ourinhos, (foto 12), por onde o transporte dos produtos poderia ser facilitado. Entendemos que com a expansão da economia *nikkei* no Município de Ourinhos, possibilitada pela rede que a Cooperativa desempenhava, novas formas, pertencentes a colônia japonesa, puderam ser expressas na cidade como os prédios que relatamos que expressam a importância desta colônia na vida econômica do município.



Foto 11 – Cooperativa Agrícola de Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007.



Foto 12 – Antigo armazém da Cooperativa Agrícola de Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007

Com isso, a Cooperativa foi durante muito tempo parte da história dos agricultores japoneses de Ourinhos. Porém, parte dessa história se encontra praticamente perdida, pois as fontes documentais de sua existência são desconhecidas, sendo que as informações obtidas sobre sua história foram possibilitadas somente através de fontes orais, de antigos presidentes e associados da cooperativa, que nos relataram alguns pontos sobre seu processo de organização, além de atas e registros feitos na Junta Comercial de Ourinhos, mas que não nos trouxeram informações muito relevantes sobre o papel que a Cooperativa exercia para a colônia.

Verificamos através das entrevistas, que a partir dos anos 1980 houve uma quebra no potencial desta cooperativa¹⁰, sendo que muitos associados se desvincularam e pessoas de outras nacionalidades começaram a fazer parte da mesma:

[...] Era quase somente de japoneses. Em 1980 passou a admitir brasileiros na cooperativa. Iniciaram com o plantio e comercialização da soja e milho, queriam evoluir..

[...], mas com o tempo, os associados começaram a se desunir – já que o lucro não era tanto, então, muitos foram indo embora, ou para São Paulo ou de volta para o Japão.

Hoje todos correram [...] tem 22 milhões de dívida com o governo federal e com particular chega a 30 milhões, isso por irresponsabilidade desde 1986. Tem prédios hipotecados [...] muitas dívidas Hoje, a cooperativa está sendo protestada por órgãos governamentais. Ela foi terceirizada. Ainda existe o capital. Mas está com muitas dívidas [...].

(F. N., 65 anos, 2006)

Dessa maneira, verificamos que por 40 anos, a Cooperativa Agrícola de Ourinhos constituiu um importante centro de comercialização dos produtores japoneses vindos para a região. Não possuía uma relação direta com a AECO, mas também congregava os imigrantes japoneses em torno de objetivos comuns, de maneira a articular uma outra organização em rede dos cooperados japoneses, levando-nos a refletir sobre a importância deste tipo de organização na consolidação de algumas territorialidades.

¹⁰ Esta situação de crise foi sentida pelas Cooperativas Agrícolas de modo geral, devido as dificuldades geradas desde de a década de 70, fruto de uma situação política-econômica que levou a uma recessão e a conseqüente perda da ajuda do Estado.

2.5. A rede nipo-brasileira que possibilitou a chegada e a permanência dos imigrantes japoneses em Ourinhos

Apresentamos a rede nipo-brasileira, da qual os imigrantes japoneses de Ourinhos fazem parte, de forma linear, devido a sua identificação ao longo da estrada de ferro, ou seja, apenas enquanto proposta metodológica, pois sabemos que a rede se manifesta de diversas formas, intercalando os nós de acordo com a motivação da qual ela faz parte.

Observando o Mapa 1 (Página 64), percebe-se a rede de colonização que parte de São Paulo com destino ao interior paulista, possibilitada pela estrada de ferro e os respectivos núcleos formados pelos migrantes japoneses nos diferentes municípios por onde esta passa. Estes núcleos, que se constituíram enquanto associações de japoneses e descendentes presentes nos municípios (discutido no item anterior) se apresentam enquanto nós desta rede de configuração étnica. Cada um dos municípios apresentados no Quadro 1, possui associações que se formavam à medida que um grupo de japoneses para este se destinava e que, além de servirem enquanto meios de solidariedade e ajuda mútua entre seus membros, também se apresentam como agentes facilitadores das relações entre os núcleos recém formados.

Através do quadro, ainda é possível perceber que cada associação possui uma data de fundação, não coincidente com a data de origem dos municípios, o que indica que esta linearidade proposta pela estrada de ferro não se efetiva nos núcleos coloniais, mas sim, que são associações, que mesmo intercaladas/interrompidas (em sua linearidade) pelo período histórico, são amplamente correlacionadas ao se analisar o objetivo de fundação e maneira como se efetivavam o contato entre elas.

Quadro 1. Associações nipo-brasileiras em funcionamento no trecho São Paulo-Ourinhos – 2007

Associação	Município	Ano de fundação	Nº. de membros
ACERB – Associação Cultural, Esportiva e Recreativa de Barueri	Barueri	-	-
ACENBO – Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Osasco	Osasco	1951	650 famílias 4.000 pessoas
Centro Esportivo KokushiKan Daigaku - Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa	São Roque	1955	-
Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Jandira	Jandira	-	-
Associação Cultural e Esportiva de Itapevi	Itapevi	1955	40 famílias 100 pessoas
Associação Cultural de Mairinque	Mairinque	1980	99 famílias
Associação cultural e Esportiva de Piedade	Piedade	1947	150 famílias
União Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Sorocaba - (UCENS)	Sorocaba	1961	700 pessoas
Sociedade cultural e esportiva nipo-brasileira de Avaré - SOCENA	Avaré	1954	100 famílias
Sociedade Botucatuense de Cultura Japonesa	Botucatu	1978	120 pessoas
AECO – Associação Cultural e Esportiva de Ourinhos	Ourinhos	1951	270 famílias 810 pessoas

- Dados não disponíveis.

Organização: Lirian Melchior

Fonte: Diversas fontes.

Podemos, também, incorporar o papel das cooperativas nesta análise das redes, pois a estas, se atribuíu o papel de agente facilitador das relações econômicas travadas entre os pequenos proprietários rurais japoneses e o mercado externo. Assim, compreendemos que esta rede propicia a compreensão de uma territorialidade expressa através do movimento, onde as manifestações culturais e financeiras dos migrantes japoneses são identificadas não só através da conquista de um território fixo, mas também, na mobilidade.

Assim, entendemos que a rede é a mediação da relação do migrante com a sociedade de adoção, em que a trajetória migratória dos imigrantes japoneses para o Brasil, compreende os diferentes processos de valorização de uma identidade de um grupo social de configuração étnica que através de sua dimensão simbólica, implica na formação de novas territorialidades, o que conduz a preservação de seus hábitos e culturas. Sales (1999), sobre as redes sociais migratórias, afirma que,

Os fluxos migratórios tendem a ser, portanto, fortemente influenciados pelas redes sociais, que contribuem não apenas para fornecer os referenciais do local de destino, como a acomodação inicial do imigrante e sua inserção no mercado de trabalho.

(SALES, 1999, p. 36)

Póvoa-Neto (1997, p. 22), sobre essa questão, afirma que:

A presença destas redes de contato, cristalizadas ao longo de décadas de migrações, contribui para explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais mesmo numa situação social em que os diferenciais de renda e de condição de vida se tornam pouco perceptíveis. Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer 'pontes' entre lugares e a permitir o fluxo de informações e pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência.

Portanto, as migrações ocorrem seguindo os ditames da (re)produção do capital, o que não destina aos migrantes escolhas de sua permanência ou de sua mobilidade, mas através das redes sociais o processo de adaptação ao país de destino se torna mais sutil, em que as diferenças culturais são propositadamente demonstradas numa tentativa de (re)criação de um território. As festividades, associações, edificações criadas e mantidas por um grupo de migrantes, reforçam as características do grupo e os laços internos da rede e, também, demonstram seu valor à sociedade acolhedora, através da resistência ao processo de aculturação, tornando-se um grupo mais respeitado socialmente (DORNELAS, 2001).

2.6. Os diferentes usos do território pela colônia nipo-brasileira em Ourinhos

A fundação do Município de Ourinhos data de 18 de dezembro de 1918, no entanto, anteriormente a fundação, muitos migrantes/colonizadores se deslocaram para região incentivados pela construção da Estrada de Ferro Sorocabana e em busca de boas terras para o plantio. Desta trajetória, começaram a se apresentar os primeiros migrantes japoneses, que munidos de algum capital procuravam terras para o desenvolvimento de suas famílias longe das fazendas onde deviam obrigações aos fazendeiros, sendo os únicos responsáveis pela sua produção. As fotos 13 e 14 exemplificam propriedades rurais dos imigrantes japoneses que chegaram à Ourinhos.



Foto 13 – Bairro da Sobra – Propriedade da Família Oda
– Década de 1930, Ourinhos (SP).
Foto: Família Oda



Foto 14 – Bairro da Sobra – Granja da Família Oda
– Década de 1950, Ourinhos (SP).
Foto: Família Oda

Segundo dados da AECO, em 1928 já existiam várias associações formadas por famílias japonesas na área rural do município. Estas, com objetivo de fortalecer a cultura japonesa e ao mesmo tempo integrar este grupo a uma sociedade desconhecida, também se apresentavam enquanto facilitadores no processo de atração de novos migrantes japoneses. À medida que as famílias japonesas chegavam ao município, eram através destas associações que elas se identificavam e para estes bairros se dirigiam (Mapa 2). Todos os entrevistados reforçaram a importância que este tipo de organização tinha no processo de adaptação ao município.

Hoje, estas associações de bairro não existem mais, tendo todas se integrado a associação central, AECO, no entanto, a cidade se encontra dividida em seções (*kais* [*kumis* ou *muras* como são chamados na área rural]), cada uma com seu representante. Estas têm o objetivo de facilitar a comunicação entre todos os membros associados, ou seja, todas as informações de interesse da comunidade são repassadas a estes representantes que se ocupam de informar os membros de sua seção. Esta é mais uma estratégia de integração entre as 270 famílias associadas, mantendo o vínculo da cultura entre elas. Os *kais*, portanto, representam uma forma de organização da comunidade japonesa e possuem um papel muito importante para a transmissão das informações da comunidade japonesa.

Todos os assuntos de interesse coletivo ou “assuntos públicos”, como eram chamados, tais como festas de aniversários, casamentos ou cerimônias fúnebres, seguiam o modelo adotado pelo ‘mura’ no Japão. Graças a esse relacionamento do tipo aldeão (‘mura’), estabelecia-se uma ordem social entre os colonos.

(COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992, p. 92)

Assim, após a integração das associações rurais à AECO, na década de 1950, os *nikkeis* de Ourinhos organizaram-se de tal maneira que, para proporcionar um método eficiente de comunicação e também de confraternização, dividiram a cidade em seções (*kais*). Desta forma, todas as informações ou acontecimentos dentro dos *kais*, eram e são, até a atualidade, repassados a todas as famílias que dele fazem parte através dos chefes de seção (*kutiôs*). Como nos relata N. H., 79 anos:

Aqui em Ourinhos chamamos de *Kai* (comunidade). Juntando todos os bairros chamamos de *Dengokai* (todos os bairros) então todos os associados juntos culminaram na AECO. Naquela época tinham várias associações de japoneses; então quando assumi a diretoria da AECO;

pedi para desfazer as outras e ficar somente com a AECO, juntando assim, com todos os bairros do Cateto, Mundo Novo, Sobra [...] Hoje ainda existem os bairros rurais e pessoas responsáveis por eles; os chefes servem para a comunicação, para ajudar na comunicação com as pessoas que pertencem ao seu bairro.

(N. H., 79 anos)

O Quadro 2 apresenta o número de famílias pertencentes a cada seção em que a cidade se encontra dividida e o Mapa 3 mostra a localização de cada uma delas. Percebemos que há uma concentração maior na área central da cidade, principalmente, nas proximidades da estrada de ferro, fato este relacionado à área onde dos primeiros loteamentos urbanos, onde concentra o maior número de imigrantes japoneses.

Quadro 2 – Ourinhos. Número de famílias que fazem parte dos *kais*. 2006.

Kai	Loteamentos correspondes em Ourinhos	Famílias
01	Jd. Matilde	19
02	Centro	19
03	Vila Mano	18
04	Vila Moraes	12
05	Vilarville	18
06	Vila Rodrigues de Carvalho	12
07	Vila Santo Antônio Jd. Santa Maria Vila São José	13
08	Bairro Mundo Novo	07
09	Bairro da Sobra	07
10	Vila Boa Esperança	15
11	Vila Califórnia Chácara São José Conj. Res. Flamboyant	13
12	Vila Nova	15
13	Vila Sá	10
14	Res. Parque Gabriela	08
15	Vila Vista Alegre Vila Cristoni Vila Nova Cristoni	11
16	Jd. São Judas Tadeu	09
17	Vila Perino	10
18	Jd. Paulista Nova Ourinhos	15
19	Centro	17
20	Vila Perino	10
21	Vila Perino	12
Total	-	270

Fonte: AECO, 2006

Organização: Lirian Melchior

Para realização da primeira etapa desta pesquisa, as pessoas entrevistadas foram escolhidas buscando heterogeneidade das informações e dos relatos. Assim, através da busca de indicações, procuramos entrevistar pessoas com histórias variadas, dos antigos bairros rurais de predomínio de imigrantes japoneses – Cateto, Mundo Novo, Guaraiúva e Sobra (representados no mapa 2 – Página 71).

Mapa 3. Ourinhos. Localização dos setores e dos chefes da comunidade nipo-brasileira - 2006



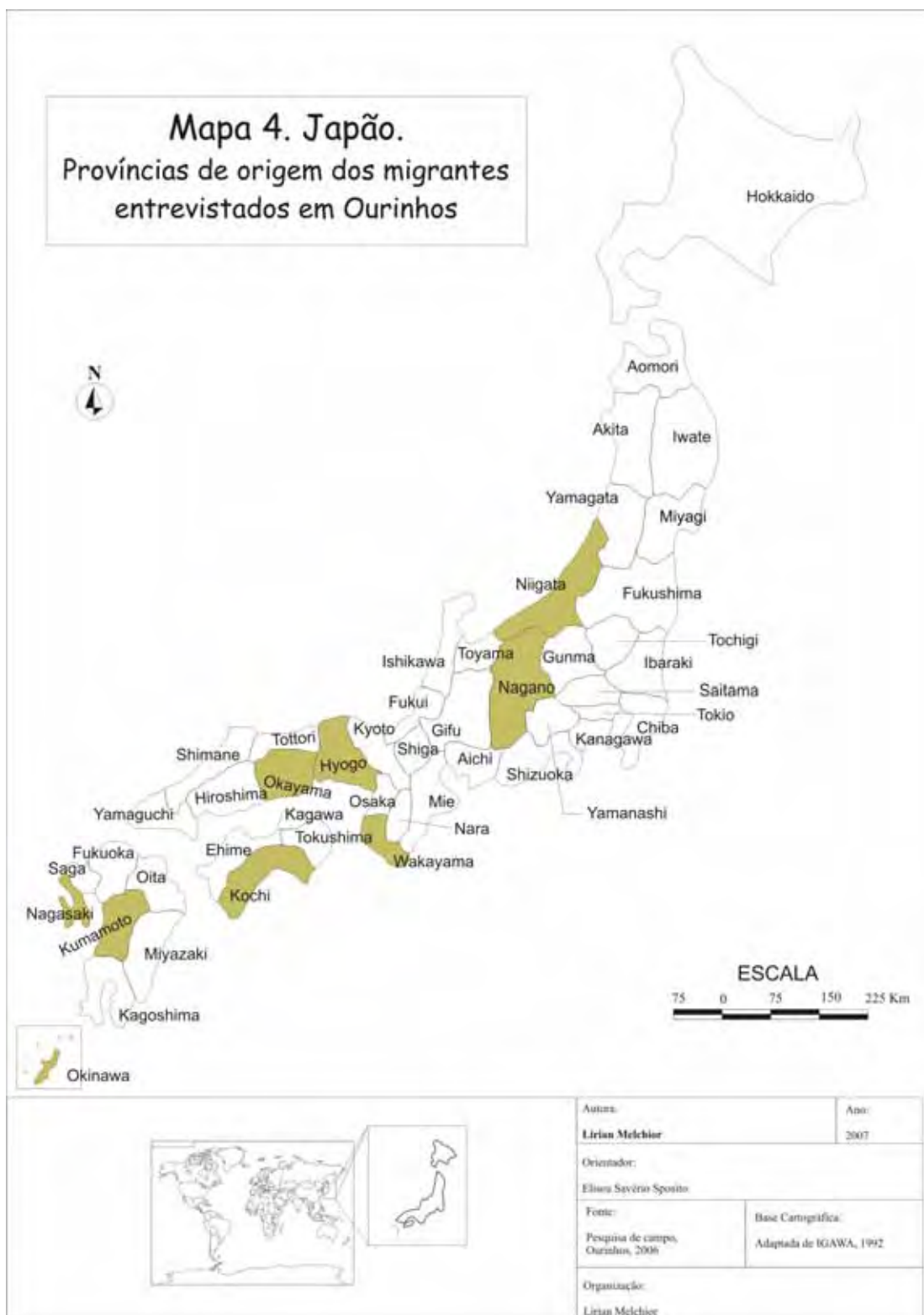
Desta maneira, encontramos pessoas com realidades diversas de deslocamentos, datas de chegada e locais de origens. O Quadro 3 e o mapa 4 demonstram esta variedade.

Quadro 3. Ourinhos. Origem e destino dos imigrantes japoneses entrevistados.

Ano de chegada (Brasil)	Local de Origem (Japão)	Primeiro destino (Brasil)	Bairro de fixação (Ourinhos)
1917	Okinawa.	-	Córrego Fundo
1918	Niigata	Cambará	Sobra
1929	Nagasaki	Canindé	Sobra
1932	Wakayama	Mogiana	Guaraiúva
1933	Hyogo	Santa Cruz do Rio Pardo	Gamelão
1934	Kumamoto	Ourinhos	Sobra
1940	-	Bastos	Cateto
1958	Kochi	São Pedro do Turvo	Sobra
1962	Nagano	Ourinhos	Mundo Novo

- dados não disponíveis.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.



Procuramos neste capítulo, analisar a trajetória de vida dos imigrantes japoneses no Município de Ourinhos, buscando através de suas memórias, resgatar a história, no momento em que chegaram ao município, ou seja, quando contribuíram com o processo de ocupação da área. Assim, buscamos entender as dificuldades que enfrentaram e o processo de adaptação destes migrantes, desde o momento que estes deixaram de ser migrantes temporários para se tornarem membros definitivos da sociedade brasileira.

No entanto, após muitos anos de estada no Brasil, depois de muitas dificuldades enfrentadas e de terem formado famílias neste país, os japoneses passaram a abandonar a idéia do retorno, assumindo o Brasil como sua pátria:

Até depois da Guerra nós estávamos querendo voltar para o Japão. Mas com a guerra nós vimos como a coisa ficou feia lá e mudou nossa cabeça; depois que meus filhos nasceram não quis mais voltar. Então, hoje posso dizer que aqui é muito melhor. Muita facilidade. É muito melhor para viver. Tem muito ladrão, mas para viver é muito melhor, não tem aquele frio pesado; calor tem, mas não é como na África.

(Y. S., 84 anos)

No Japão, meu pai tinha lavoura de laranja. Com a II Guerra Mundial ficou tudo muito difícil por lá. Entre 1940 e 1945 meu pai chegou a mandar dinheiro para os parentes no Japão. A intenção dele era ficar uns dez anos por aqui; ficar rico e voltar, mas não foi o que aconteceu, acabou morrendo por aqui.

(T. U, 68 anos)

Naquele tempo [1929] tinham várias famílias japonesas em Ourinhos. Tudo plantador de algodão; o pessoal não ligava muito para o Café. A plantação de café demora a produzir; mas depois dura para o resto da vida. Mas o japonês daquele tempo, eles (sic) não vinham para morar no Brasil o resto da vida, pensavam em ficar uns cinco anos e voltar para o Japão; então não valia a pena esperar os pés de café crescerem. Meus pais vieram com essa idéia, mas nunca voltaram para o Japão.

(N. H., 79 anos)

Naquele tempo [1933] o único interesse dos japoneses era ganhar algum dinheiro e retornar ao Japão, para sua terra de origem, então não interessava nada daqui, não tinha interesse em comprar terras, nem nada. O único interesse era ficar uns quatro ou cinco anos e voltar. [...] Então, foi assim que o meu pai foi ficando em Ourinhos. Não tinha interesse em mudar muito. Meu pai sempre dizia que a intenção dele era voltar para o Japão. Então, depois que perdemos contato com a nossa família no Japão, ele perdeu a vontade de voltar. Eles tinham dificuldades de se entrosar com os brasileiros, mas depois de um tempo ele passou a se dar bem com os brasileiros e quando morreu tinha muitos amigos brasileiros.

(N. N., 59 anos)

Meu avô tinha vontade de ir embora. Tanto é que os filhos mais velhos só têm nome em japonês; já os mais novos, só têm nome em português. Eles já tinham resolvido ficar.

Ele me disse que jamais trocava o Brasil pelo Japão. Aqui não tem terremoto. Não tem vulcão, não tem maremoto. Aqui se você planta e colhe, tem frutas gostosas o ano todo. Ele era de uma região tão fria que se não cuidasse quebrava a orelha.

Eles não se arrependiam de ter vindo ao Brasil. Eles não tinham tradição rural e gostaram muito de trabalhar com agricultura no Brasil.

(P. O., 34 anos)

Quando viemos [1962], todos tinham idéia de ir para o Japão. Todos queriam juntar um dinheiro e voltar. De repente o Japão melhorou. Mas como tínhamos crianças era difícil voltar. Eu como vim com 12 anos, não tenho nacionalidade. Não fui adotado nem aqui e nem lá. Não tenho nacionalidade.

(S. H., 56 anos)

Através destes depoimentos, percebemos que o desejo de retorno está intrínseco a todos os migrantes, porém, fruto de muitas dificuldades este sentimento começa a ser deixado de lado, onde a terra natal passa a ser somente lembrança. Conversando ainda com os imigrantes japoneses e seus descendentes, eles relatam que tiveram a oportunidade de voltar ao Japão enquanto turistas, para reverem suas origens, no entanto, todos afirmaram que aquele país passou por muitas mudanças, não se configurando mais como em suas lembranças e compreendiam que o país ao qual pertencem hoje, é o Brasil.

O Japão vivenciou após a derrota na 2ª Guerra Mundial, um processo de ocidentalização que envolveu os variados setores da sociedade, processo acompanhado de um desenvolvimento acelerado na tecnologia e no crescimento industrial, o que não aconteceu em nível de Brasil. Uma outra é que os imigrantes japoneses, ao preservarem sua cultura em países que os receberam, na verdade estavam objetivando manter um vínculo com a terra natal, para onde gostariam de retornar e assim sendo tinham criado um mundo imaginário, sem transformações, igual ao que tinham deixado quando da emigração.

(ASARI, 1992, p. 104)

Assim, através desta identidade assumida com o território brasileiro, os migrantes japoneses passam a se adaptar a nova terra, não abandonando seus hábitos tradicionais, mas recriando parcelas do que para eles era significativo no Japão, com traços da cultura brasileira. Assim, verificamos traços na paisagem de alguns municípios brasileiros e, em especial em Ourinhos, onde esta cultura pode ser verificada através de um certo hibridismo cultural (HAESBAERT, 2004), novas territorialidades podem ser identificadas (Fotos 15, 16, 17 e 18).



Foto 15 – Pastelaria pertencente à família japonesa entrevistada, Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007



Foto 16 – Clube de campo da AECO. Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007



Foto 17 – Placa em Comemoração aos 70 anos de Imigração Japonesa para o Brasil. AECO, Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007



Foto 18 – Praça das cerejeiras em Ourinhos (SP).
Foto: Lirian Melchior, 2007

É interessante notarmos que, apesar de haver um vínculo estreito da colônia japonesa de Ourinhos com a área rural, os símbolos ou elementos que encontramos que configuram a tradição desta colônia se encontram na área urbana, sendo que as escolas ou os *kaikans* que existiam na área rural não existem mais. Este fato também se deve ao

deslocamento dos pequenos agricultores do campo para cidade, fenômeno bastante discutido, relativo ao processo de industrialização e respectivo aceleração do processo de urbanização no Brasil.

Devido à concentração de terras no Brasil, consequência da modernização da agricultura nos anos de 1970 e 1980, muitos imigrantes passaram a se desfazer de suas terras e adquiriram propriedades na área urbana; muitos trocaram suas atividades pelo comércio sendo que dos dez entrevistados, cinco adquiriram estabelecimentos comerciais na cidade para garantirem o sustento da família. Estabelecimentos comerciais dos mais variados: lojas de secos e molhados, hotéis, pastelaria, vendedor autônomo, tendo ainda mais duas famílias, que apesar de manterem suas propriedades agrícolas, hoje residem na cidade.

Assim, percebemos que o processo de (re)territorialização da colônia japonesa no Município de Ourinhos, atualmente contando com um número aproximado de 500 famílias, se principia na área rural, mas é na área urbana que ela se efetiva e se consolida, até mesmo no sentido de estar nesta área, a maior concentração de famílias nipônicas. As tabelas¹¹ 1 e 2 abaixo apresentam o número de estabelecimentos comerciais, de propriedade dos nipo-brasileiros, que existem em Ourinhos demonstrando a diversidade de ramos comerciais e os bairros onde estes se localizam.

¹¹ Demonstramos nestas tabelas (1 e 2) e no mapa 5, apenas os estabelecimentos associados à ACE (Associação Comercial e Empresarial de Ourinhos), podendo haver mais de propriedade de nipo-brasileiros.

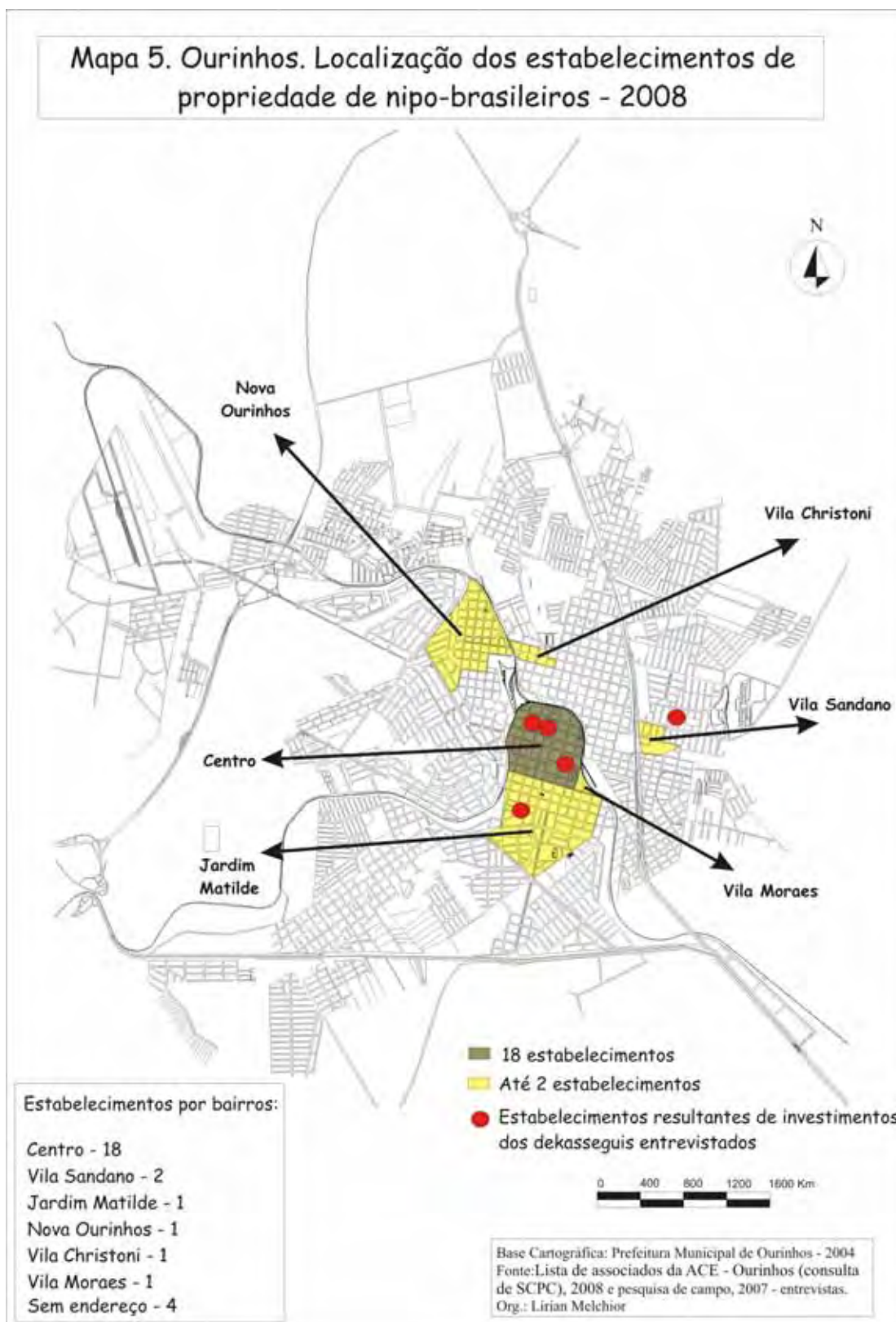


Tabela 1. Ourinhos. Estabelecimentos de propriedade nipo-brasileiros por ramos- 2008

Ramos	Número de estabelecimentos	Percentual
Autopeças	4	14,3
Papelarias e fotocópias	4	14,3
Material de construção	3	10,7
Comércio de vestuário	2	7,1
Confecção	2	7,1
Foto	2	7,1
Serviços de Saúde	2	7,1
Supermercados	2	7,1
Comércio de ferramentas	1	3,6
Componentes eletrônicos	1	3,6
Cosméticos	1	3,6
Maquinaria em geral	1	3,6
Marketing	1	3,6
Padaria	1	3,6
Produtos Agrícolas	1	3,6
Total	28	100,0

Fonte: Lista de associados da ACE - Ourinhos (consulta de SCPC), 2008.

Nesta tabela percebemos os diferentes ramos comerciais pertencentes aos nipo-brasileiros em Ourinhos, somando um total de 28 lojas, onde as principais concentrações estão nos serviços de autopeças e papelarias representando juntos 28,6% dos estabelecimentos selecionados.

Tabela 2. Ourinhos. Estabelecimentos de propriedade nipo-brasileiros por bairros - 2008

Ramos	Número de estabelecimentos	Percentual
Centro	18	64,3
Vila Sândano	2	7,1
Jardim Matilde	1	3,6
Nova Ourinhos	1	3,6
Vila Christoni	1	3,6
Vila Moraes	1	3,6
Sem endereço	4	14,3
Total	28	100,0

Fonte: Lista de associados da ACE - Ourinhos (consulta de SCPC), 2008.

A tabela 2, seguida do mapa 5, pode identificar as áreas onde estão localizados estabelecimentos apresentados na tabela 1, evidenciando que 64%3 das lojas se localizam na área central de Ourinhos, configurando a mesma representação dos *Kais* apresentados no

mapa 3 onde pudemos visualizar a concentração das famílias também na área central do município.

Desta maneira, entendemos que ao transportarem parte de sua cultura para o território brasileiro, os imigrantes japoneses marcam na paisagem e no cotidiano sua cultura e seus costumes. Assim, estamos diante de uma nova manifestação de territorialidade, onde os símbolos culturais não compõem características originais, mas sim, foram construídos para expressar uma nova identidade. Os símbolos que encontramos no Município de Ourinhos não são tão expressivos quanto em cidades maiores, como São Paulo, ou cidades onde a colônia manteve seus laços com o Japão de maneira mais estreita - Registro. Mas eles são muito significativos no sentido de consumir a participação da colônia no município.

Entendemos que esta lógica se deu, num primeiro momento, como uma estratégia de adaptação de um povo que possuía hábitos muito adversos dos brasileiros, mas que foram mantidos, ao longo de sua permanência neste país, para expressar suas diferenças, exaltaram, a priori, sua terra natal deixada, mas também, incorporaram elementos que fazem/faziam parte do cotidiano dos brasileiros e, através desta relação indissociável, propiciaram a manutenção de suas práticas, trazidas em sua bagagem cultural.

Ressaltamos, assim, a manifestação de uma territorialidade expressa no cotidiano, nos hábitos, nas crenças, nas relações sociais, desde o surgimento do Município de Ourinhos. Atualmente, elas compõem a sua totalidade; no entanto, a identificação de uma resistência à aculturação pode ser resgatada à medida que se analisa estes símbolos, ou se insere na colônia japonesa, no sentido do convívio de suas práticas, crenças e costumes.

3. OS DEKASSEGUIS BRASILEIROS. ECONOMIA, TRABALHO. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES.

As mutações econômicas deflagradas no Século XX evidenciaram muitas rupturas de paradigmas da economia, aflorando diferentes conflitos e colocando em pauta questões sobre o papel do trabalho para a contemporaneidade, bem como, suas diferentes facetas e formas. Fica explícita a capacidade do capital de produzir adaptações que possibilitem novas retomadas de crescimento e novos períodos de ascensão, seguidos ou não por períodos de crise.

Atualmente, a Economia Internacional mostra-se amplamente dinâmica, com a composição de novos e distintos arranjos espaciais, com a utilização mais eficaz das novas tecnologias, com uma nova orientação da relação entre espaço e tempo. O mundo atual permite que a economia de mercado se realize em escala global, rompendo distâncias e demais barreiras à sua reprodução.

Assim, progressivamente, as bases relativas da esfera produtiva de tempo e custos socialmente necessários passam a se realizarem na escala global, com atenuantes de que a mobilidade dos capitais tornou-se extremamente veloz e ininterrupta, em função de sua realização simultânea e complementar em diferentes partes do mundo.

As novas tecnologias de comunicação, de transporte, de robótica etc., possibilitam ganhos nunca vistos de agilidade à reprodução capitalista. Portanto, o capital se torna mais dinâmico e sua relação com o trabalho também, o que faz com que as mutações também aconteçam com similar velocidade nesta outra esfera do modo capitalista de produção.

Neste capítulo, pretendemos implementar uma discussão acerca do atual estágio do capitalismo, discutindo e analisando as diferentes formas e práticas assumidas pela esfera produtiva e empresarial e pela esfera do mercado de trabalho. Para tanto, iremos nos pautar na compreensão da economia internacional e as diferentes mutações deflagradas no Século XX; as questões de disputas pela hegemonia internacional e os novos embates e redefinições espaciais; o papel da economia japonesa na composição do mundo contemporâneo; capital e trabalho no Japão a partir dos trabalhadores dekasseguis oriundos de Ourinhos-SP, de acordo com as redes sociais e econômicas que permitem a realização do processo migratório; a precarização do trabalho e as novas formas de relação com o capital no Japão contemporâneo, que permita uma reflexão da economia internacional e da mobilidade do trabalho.

3.1. Economia internacional

Partiremos nossa análise dos processos que tomaram maior expressão e foram decisivos para os direcionamentos históricos, econômicos e espaciais do “Breve Século XX”, como denomina Eric Hobsbawm (1995).

Foi a partir do Século XX que a engenharia de produção e toda a racionalidade da produção de mercadorias tornam-se fundamentais para o modo de produção. O desenvolvimento da divisão técnica do trabalho, com a criação da produção em série, em larga escala, com questões operacionais que atribuíam mais e mais ênfase na mecanização e na substituição de mão de obra, trouxe novas questões que otimizaram a reprodução dos capitais.

As invenções de Taylor não se restringiram às questões puramente técnicas. Ele avançou para questões sociais, potencializando a divisão social do trabalho com a criação dos cargos de gerência e controle de produção, ou seja, a separação entre gerência, concepção, controle e execução, conduzindo à eliminação do controle do todo do processo produtivo das mãos dos trabalhadores, que não mais detinham o conhecimento de todas as etapas. Com isso, Taylor insere elementos que permitem que os salários pagos apresentem rápida tendência de queda e que se estabelecesse uma cristalização de uma hierarquia social.

A partir de Taylor, podemos dizer que o modo capitalista de produção tornou-se mais maduro, avançou significativamente na escala de produção e aumentou muito a velocidade produtiva, reduzindo consideravelmente o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, o que eliminou muitos empresários que não puderam acompanhar as modificações no processo de produção industrial.

Os princípios da administração científica de Taylor, aliados às inovações técnicas e organizacionais desenvolvidas no final do Século XIX, foram essenciais para a consolidação das idéias de Ford, que foram paradigmáticas para o Século XX.

Ford se utilizou dos avanços técnicos e organizacionais já existentes, estabeleceu o dia de oito horas e cinco dólares, estabeleceu novas orientações com os sindicatos trabalhistas e ampliou drasticamente a escala produtiva.

Harvey (1996) assim explica o fordismo,

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de

controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

(HARVEY, 1996, p. 121)

Criou-se, portanto, uma racionalidade corporativa burocrática, com o amplo controle “científico” das atividades produtivas, que gerou um acelerado crescimento da produção de mercadorias, que, relativamente em pouco tempo, 1929, houve um colapso do sistema, uma grande crise por falta de demandas de mercadorias. Porém, tal crise tornou evidente uma outra profunda modificação que o capitalismo em sua etapa fordista precisava alavancar – a modificação das maneiras de atuar dos Estados Nacionais. Para que o fordismo pudesse ter êxito, foi necessária uma modificação nas maneiras do Estado agir, trazendo-o para perto de decisões importantes na conquista de mercados. A recuperação da economia estadunidense somente foi possível com a vultosa injeção de capitais do Estado Nacional.

O período que se sucedeu foi marcado por grandes guerras entre as tradicionais potências industriais européias, acompanhadas pelos Estados Unidos, que se beneficiou grandemente com tal advento, em função das grandes encomendas de armas e demais mercadorias para a subsistência durante as guerras, já que o palco das mesmas foi o solo europeu.

Tal fato, inclusive, permitiu que se estruturassem produções industriais em áreas sem tradição, como América Latina e Índia, ou seja, antigas colônias européias.

Para Harvey (1996, p. 125), o período do pós-guerra foi assim marcado:

viu a ascensão de uma série de indústrias baseadas em tecnologias amadurecidas no período entre-guerras e levadas a novos extremos de racionalização na Segunda Guerra Mundial. Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Rur-Reno, as terras médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Iocoama.

[...]

Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova Iorque, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não-comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos.

Assim, o Estado, como regulador de mercados e como regulamentador das leis trabalhistas, assume novos papéis, aliado aos mercados que se orientam para não gerarem superproduções que conduzissem ao colapso e à definitiva queda dos movimentos trabalhistas radicais.

Porém, os mais importantes papéis assumidos pelos Estados, foram os investimentos em infra-estruturas, como transportes, energias e a oferta de complementos aos salários sociais, ou seja, o chamado Estado do Bem-Estar Social.

A Economia internacional, a partir desse momento, ganha maior força para agir, precisa crescer e ultrapassar as barreiras da Europa e dos Estados Unidos. A criação das empresas multinacionais representou a internacionalização do sistema fordista de produção, porém, com uma nova orientação espacial. Estabeleceu-se uma estrutura rígida e hierárquica entre as empresas sede e filiais. O poder de comando, de tomada de decisões, de criação, de concepção, de testes etc. foi concentrado nas sedes, mais precisamente, na Europa e nos Estados Unidos. E o chão de fábrica, com todas as características das indústrias fordistas, passou a localizar-se, também, nos países do terceiro mundo.

Houve, com isso, um acelerado processo de modernização desses países, com modificações sensíveis em suas estruturas sociais, políticas e produtivas. Houve, inclusive, uma gama de investimentos dos respectivos Estados Nacionais em infra-estruturas para que as empresas multinacionais pudessem se instalar e conquistar facilidades de reprodução de seus capitais.

Em diferentes trabalhos, Milton Santos revelou a forma perversa como o capital agiu em seu processo de modernização no Terceiro Mundo (SANTOS, 2003; 2000; 1982; 1979b; 1978).

Assim, criaram-se condições sociais, técnicas e financeiras para a expansão do fordismo pelo mundo, com acentuada expansão no padrão de vida dos países capitalistas avançados e um significativo empobrecimento da população nos países periféricos, com processos de favelização etc. Tal processo se desenvolveu com a mesma tendência, até o advento das crises do início dos anos de 1970.

Os investimentos de capital fixo deram sinais de que a rigidez fordista precisava de modificações, pois não conseguiam mais se manter em taxas crescentes, com mercados invariantes e com sistemas de produção em massa. Os contratos de trabalho começaram a se tornar pesados demais; os custos de produção não mais garantiam os padrões de vida alcançados nos áureos tempos de expansão do fordismo. Nos países periféricos, a pobreza

tornou-se crescente e a concorrência internacional começou a preocupar os capitalistas. É chegado o momento em que o fordismo com traços keynesianos precisa de redefinição.

Uma nova orientação empresarial, de logística, de produção, financeira e espacial estava surgindo, e partia do Japão, que se preparou para o crescimento econômico desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Trata-se do sistema de acumulação flexível, que por ter surgido nas fábricas da Toyota, foi alcunhado por alguns autores, de Toyotismo.

3.2. A economia japonesa

Após dois séculos de isolamento econômico, cultural e étnico imposto pelos Tokugawa (1600-1867), o Japão, após ser abordado drasticamente pela intervenção dos Estados Unidos, que os obriga à abertura dos portos, em 1853, vê-se fragilizado perante as nações ocidentais, tanto economicamente, quanto militarmente.

Carvalho (s/d, p. 39) caracteriza o momento da transição:

Frente à grave necessidade que se impunha de recapacitar o país, militar e economicamente, para resistir a pressões externas crescentes, o governo Meiji, que sucedeu aos Tokugawa, adotou como instrumentos da modernização nacional a industrialização e a democratização social. O Japão deliberadamente toma modelos europeus e americanos como paradigmas da sua transformação econômica e social. A educação universal passa a figurar com destaque na panóplia das estratégias cruciais da reconstrução nacional japonesa, o que possibilitará a introdução, em ritmo acelerado, da ciência, da tecnologia e da arte militar estrangeiras.

(CARVALHO, s/d, p. 39)

Medidas de eliminação dos controles populacionais, de estímulo à industrialização com a criação de infra-estruturas e a manutenção do fator “Segurança Nacional” constituem a marca das transformações implementadas na dinastia Meiji (1867-1912). O Estado passou a implantar as indústrias para uma rápida privatização, estabelecendo uma forte aliança com a iniciativa privada.

Benedict (1972, p. 82) assim descreve tal processo de industrialização:

No campo do desenvolvimento industrial, o Japão seguiu um caminho sem paralelo em qualquer nação ocidental. De novo Suas Excelências arrumaram o jogo e estabeleceram as regras. Não apenas planejaram, como construíram e financiaram, com dinheiro do governo, as indústrias que julgaram necessárias. [...] quando, então, segundo eles essas indústrias estavam “bem organizadas e os negócios prosperavam”, o governo alienou-se para firmas particulares. Foram vendidas aos poucos, a “preços ridiculamente baixos” a uma oligarquia

financeira selecionada, a famosa Zaibatsu, principalmente das famílias Mitsui e Mitsubishi.

Segundo (SATO, s/d) durante a Restauração Meiji, o governo japonês construiu e comprou projetos e fábricas em setores como mineração, transportes, comunicações, estaleiros e máquinas devido à incapacidade do setor privado em realizar investimentos e arcar com riscos nesses setores. Ainda, segundo o autor, a indústria japonesa cresceu cerca de 5,5 vezes a uma taxa média anual de 4,6%.

Esse crescimento vigoroso da produção japonesa necessitou de uma série de medidas que removessem heranças históricas que dificultavam o processo de desenvolvimento de uma economia moderna, como a igualdade perante a lei de classes sociais, a abolição de barreiras ao comércio, a liberdade das culturas agrárias e na aquisição individual de direitos de propriedade rural e outras.

(SATO, s/d, p. 84)

Assim, o governo japonês criou condições para um pleno desenvolvimento segundo os preceitos capitalistas, porém, com forte controle do Estado, que ofereceu empresas prósperas para que a iniciativa privada passasse a desenvolver. Iniciou com indústrias de base, com estaleiros, siderúrgicas, ferrovias etc.

Houve um investimento considerável na educação, tornando o ensino universal obrigatório e com elevada atenção ao ensino superior, em que professores e cientistas holandeses, franceses, alemães e, sobretudo, britânicos foram chamados para compor departamentos da Universidade Imperial (Universidade de Tóquio), com maior ênfase nas escolas de engenharia (SATO, s/d).

Houve a priorização dos grandes grupos econômicos, que seguiam como alavanca do crescimento japonês, sendo que às pequenas empresas restavam os setores mais tradicionais e sem tecnologia. Tal fato foi sumariamente aproveitado na possibilidade de flexibilização da produção japonesa e na implantação de mecanismos enxutos, como o *just in time* e os controles de estoques e a prática da terceirização e sub-contratação de mão-de-obra. A existência de um número significativo de pequenas empresas e o crescimento acelerado e subvencionado das grandes, tornou as primeiras sujeitas aos interesses das segundas, que passaram a direcionar suas dinâmicas de acordo com suas estreitas necessidades e com uso de suas técnicas e processos produtivos. Assim, a dependência tecnológica e financeira contribuiu para a horizontalidade na indústria japonesa, com início do processo no século XIX e sua consolidação no Século XX.

Numa estratégia geopolítica, com vistas ao desenvolvimento do país, sob os auspícios da doutrina da “Segurança Nacional” o Japão parte para uma tentativa de expansão territorial, tendo anexado por vias militares a Coreia, Taiwan, partes da China e, antigas colônias alemãs no Pacífico Sul.

Tal estratégia segue com forte rumo passando pela Primeira Guerra Mundial, tendo seu término com a derrocada na Segunda Guerra Mundial¹².

No pós-guerra, o Japão foi impelido a seguir estreitamente as orientações dos Estados Unidos, que encontraram naquele país um forte aliado na nova configuração geopolítica internacional, o da Bipolarização Mundial. Sendo o continente asiático, fortemente influenciado pela esfera da antiga União Soviética, vários países deflagraram revoluções de caráter socialista, constituindo uma área anti-capitalista.

Com o poder que os Estados Unidos passaram a ter sobre os rumos do Japão, esse país passou a receber fortes estímulos para uma recuperação do pós-guerra e uma aceleração no processo de industrialização como meio de consolidação de uma forte economia de mercado em plena Ásia.

As transformações históricas do Japão são assim sintetizadas por Carvalho (s/d, p. 44-45):

Podemos vislumbrar, no decurso dos últimos séculos, quatro versões do modelo econômico não-liberal japonês: o mercantilismo comercial, inaugurado pelos portugueses de 1543 a 1640; a perfeita autarquia econômica implantada pelos Tokugawa de 1640 a 1853; o modelo territorial-expansionista, um arquétipo dos modelos geopolíticos de afirmação nacional, adotado após a Restauração Meiji e que se prolongou de 1868 a 1945; e finalmente, o modelo atual, com o início após a reconstrução do país, efetivada de 1945 a 1950, caracterizado, como os demais, pelo nacionalismo econômico, mas com a limitante adicional da redução das opções do país em consequência da contração territorial e da perda do seu poderio militar.

Carvalho (s/d, p. 44-45)

No pós-guerra, a modernização que se seguiu foi bastante acelerada, sobretudo, com um novo formato, que era a articulação entre os investimentos capitalistas estadunidenses e a tradição industrial japonesa, com um processo que se iniciara ainda no Século XIX.

¹² Note-se que o Imperador Meiji morreu em 1912, sendo sucedido pelo imperador Taisho (1912-1926), que deu prosseguimento às transformações da Era Meiji. A Era Showa (1926-1989) prosseguiu com os mesmos ideais até o término da Segunda Guerra, quando foi obrigada a seguir as orientações dos Estados Unidos e implementar um conjunto de transformações econômicas, que aliadas à tradição e cultura japonesa, resultaram no chamado “Milagre Japonês”.

A já apresentada vantagem das grandes empresas sobre as pequenas, com o grande processo de subordinação das pequenas, apresentou embates no que tange ao estabelecimento de uma legislação que regulamentasse as relações de “parcerias” entre ambas.

Sato (s/d, p. 93), faz a seguinte análise da prática da subcontratação, iniciada no Japão nos anos de 1950 e copiada pelo ocidente nos anos de 1980 e 90:

As estratégias de subcontratação no período do pós-Segunda Guerra teve dois momentos distintos. Num primeiro, devido principalmente às mudanças da estrutura sindical e ao aumento da demanda proporcionado pela expansão econômica nos anos 50 e 60, houve um aumento sem precedentes na utilização das estratégias de subcontratação. [...] a estratégia de subcontratação que chamou a atenção do ocidente nos anos 80 e 90 teve sua origem quarenta anos atrás na Toyota.

Baseia-se na organização de fornecedores em níveis hierárquicos – na maioria dos casos na forma piramidal –, sendo que num primeiro nível as empresas eram responsáveis pelo desenvolvimento integral de um novo produto estabelecido pela empresa principal localizada no vértice, responsável pela coordenação e disseminação e/ou assistência técnica-financeira às empresas da pirâmide. A empresa principal apenas determinava a especificação de desempenho de um determinado equipamento, sendo que as características do material e de seu funcionamento ficavam a cargo das fornecedoras do primeiro nível, que desenvolviam um protótipo que, sendo aprovado, implicava a escolha de fornecedores localizados em níveis mais baixos para fornecer peças/equipamentos necessários à fabricação do produto principal.

Assim, percebemos que as empresas japonesas, que apresentavam acelerado desenvolvimento, promovido pela restauração Meiji, a partir da sua reconstrução pós-guerra, avançou no processo de lapidação da divisão técnica e social do trabalho, já desenvolvida por Taylor, incrementando o processo e ampliando as diferenças sociais também entre as camadas capitalistas (detentoras de meios produtivos). Empresas subjugando empresas foi algo novo na história econômica mundial, o que tornou o sistema mais complexo e atribuiu maior velocidade, agilidade, diminuição de riscos, socialização de prejuízos, diminuição de custos e maior variedade de mercadorias – fatores que reorientaram a produção mundial contemporânea.

Assim, fica evidente que não se trata simplesmente de uma nova economia estadunidense com nova localização espacial, mas sim, investimentos estadunidenses que permitiram dinamizar a produção industrial japonesa que se mostrava virtuosa desde o Século XIX (tabela 3).

Tabela 3. Produção industrial japonesa, 1875 e 1915
(Índice: 1875=100 e participação em %)

Ano	Setores	Indústria	Alimento	Têxtil	Química	Máquina	Siderurgia	Outros
1875	Índice	100	100	100	100	100	100	
	Part. %	100	62	9	10	1	-	18
1915	Índice	542	296	1772	565	7391	3874	
	Part. %	100	34	28	11	9	2	16

Fonte: Extraído de SATO (s/d, p. 84).

A cultura japonesa teve forte influência na ocorrência de tal processo e na constituição da concepção da economia flexível contemporânea, inserindo a dinâmica da empresa na vida dos trabalhadores, que se sentem como participantes de uma “família” o que é decorrente de um processo que remonta experiências das políticas de industrialização dos Zaibatsu, através do fortalecimento de grandes grupos familiares e a sua dominação em ramos da economia sobre as empresas médias e pequenas.

A tradição japonesa da hierarquia e da obediência e a subordinação da vida à empresa foi outro elemento que somou ao ganho de complexidade do modo capitalista de produção, sendo tal tendência absorvida pelas empresas ocidentais nos anos de 1980 e 1990. As novas experiências e práticas de administração, as novas nomenclaturas utilizadas, que suprimem a figura do funcionário e adotam o “colaborador” tem, em sua origem, a cultura japonesa, de raízes milenares, mas com fortes tendências das Eras de Tokugawa e Meiji, porém, consolidada com a Era Showa.

Tal conduta também orientou os emigrantes japoneses que partiram para o Brasil, tendo como meta empreender algum tempo de trabalho, ainda que árduo, acumular economias e voltar ao Japão para contribuir com a reconstrução do país. Os emigrantes japoneses tinham na sua relação com o Estado e com as empresas um sentimento que lhes incentivavam a manter a tradição cultural, inclusive, em alguns casos, resistir ao aprendizado da língua portuguesa.

Benedict (1972, p. 43) traz a seguinte reflexão:

Qualquer tentativa de entender os japoneses deverá começar com a sua versão do que significa “assumir a posição devida”. A sua confiança na ordem e na hierarquia e a nossa fé na liberdade e na igualdade situam-se a pólos de distância, sendo difícil para nós atribuir à hierarquia seu valor devido como mecanismo social. A confiança japonesa na hierarquia é básica, dentro da sua noção global de relação do homem com o seu semelhante, da relação do homem

para com o Estado, sendo que somente através da descrição de algumas de suas instituições nacionais como a família, o Estado, vida religiosa e econômica, é que nos será possível entender sua visão do mundo.

(BENEDICT, 1972, p. 43)

(Grifos nossos)

E prossegue,

Todo japonês primeiro adquire o hábito da hierarquia no seio da família e posteriormente os aplica nos campos mais vastos da vida econômica e do governo.

(BENEDICT, 1972, p. 53)

(Grifos nossos)

O fato de os japoneses amarem e confiarem no seu meticulosamente explícito quadro de conduta não deixava de ter certa justificação. Garantia a segurança, contanto que se obedecesse às regras; permitia protestos contra agressões injustificadas e poderia ser manipulado em vantagem própria. Exigia o cumprimento de vantagem própria. Quando o regime Tokugawa desmoronou na primeira metade do Século XIX, nenhum grupo no país favoreceu a extinção do quadro.

(BENEDICT, 1972, p. 67)

Por isso, o Japão pode articular o conservadorismo, com relações que beiram o xenofobismo, inclusive na recente legislação de imigração de mão de obra, com o desenvolvimento capitalista sob os moldes ocidentais, ainda que com nova roupagem.

Isso propiciou que os japoneses passassem a lutar por suas empresas, como se fossem suas famílias, sentindo-se como parte integrante do sucesso da empresa, ou com relação ao país, já que o ideal da reconstrução do país era elemento fundamental no pensamento dos japoneses, tanto dos que efetivamente estavam no país trabalhando para sua reconstrução, quanto para os emigrantes, que foram conduzidos para outros países para que pudessem juntar economias para trazer ao Japão para futuros investimentos.

Assim, enquanto no mesmo período o mundo conhecia a expansão internacional do fordismo com implantação das multinacionais, o Japão se estruturava numa economia flexível, que lhe garantia maior agilidade para resolução de problemas. Cerca de 40 anos depois, o mundo passa a copiar o modelo de administração da indústria japonesa e sua horizontalidade produtiva.

As corporações japonesas, associadas nos chamados *keiretsu* - que significa um grupo de companhias agrupadas em torno de uma empresa principal, mormente um banco - passaram a conquistar vantagens progressivas na comparação com empresas fordistas de outros países. Sua organização é muito complexa, com uma interdependência financeira entre

as mesmas e mecanismos bastante flexíveis que possibilitam respostas rápidas e soluções precisas aos problemas enfrentados, tanto em atividades de planejamento, concepção, gerência, execução, distribuição e comércio. Entre os principais grupos industriais japoneses, a organização em Keiretsu é predominante. Encontramos os antigos Zaibatsu, como Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo e Fuyo; os novos grupos centralizados em bancos, como: DKB, Sanwa, IBJ e Tokai e novos grupos centralizados em fabricantes: Nippon Steel, Hitachi, Nissan, Toyota, Matsushita, Toshiba-IHI, Tokyu e Seibu (figura 1).

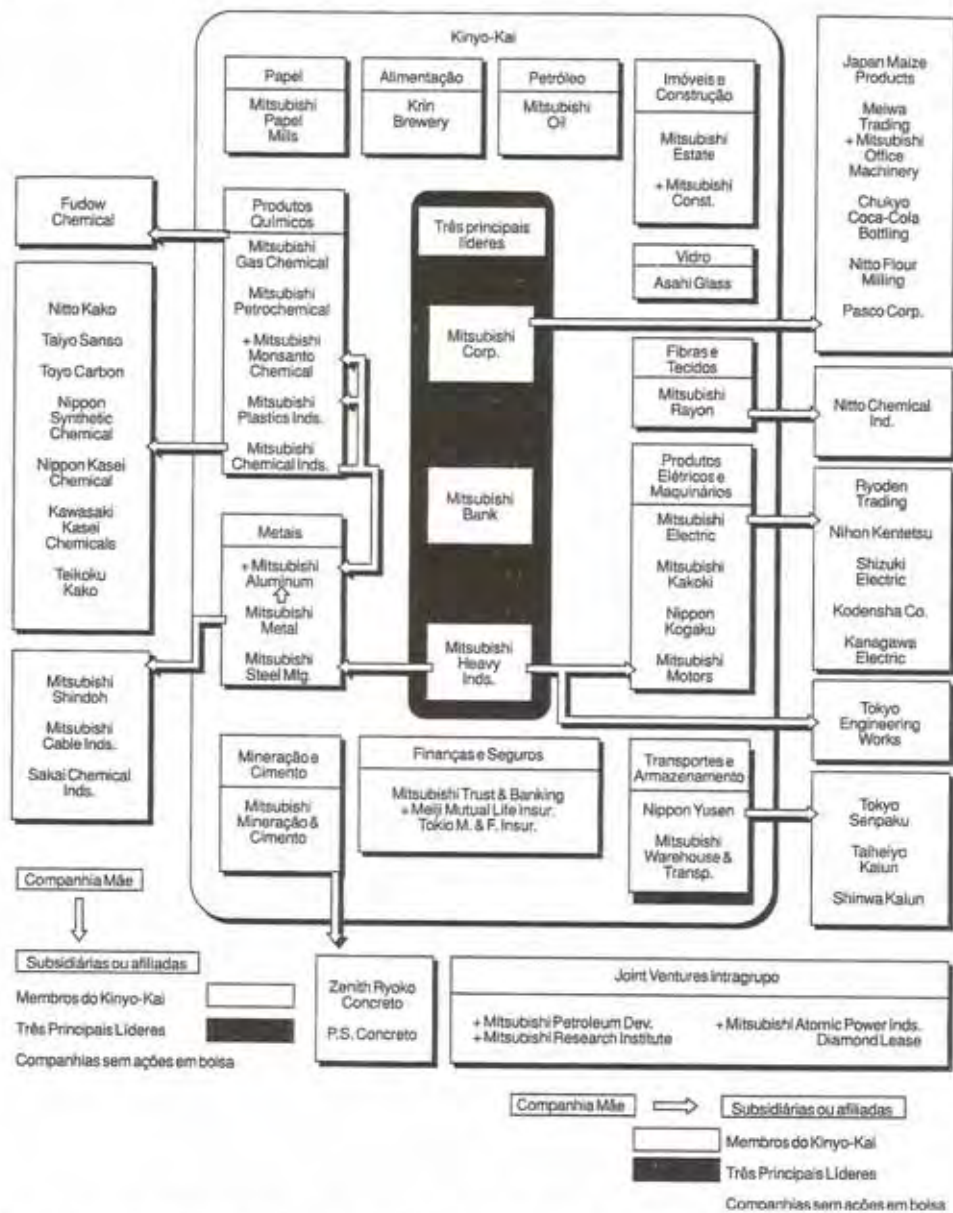
Kester (1993) faz a seguinte afirmação:

No caso da maioria das corporações japonesas, as relações comerciais de longo prazo, com companhias nas quais elas investem, constituem o valor supremo de todas as negociações com aquelas companhias. O valor não é derivado também do exercício do poder de mercado desigual de uma das partes do relacionamento, ou de conluio anticompetitivo entre as duas (embora alguns arranjos comerciais recíprocos permitidos no Japão sejam proibidos pelas leis antitrustes dos Estados Unidos). Ele vem, sim, das transações eficientes geradas pela criação e manutenção de um relacionamento comercial de longo prazo. Dentro do contexto de confiança mutuamente benéfico entre gerentes e fomentar a cooperação.

(KESTER, 1993, p. 58-59).

Figura 1 - Esquema de um Keiretsu japonês.

Demonstrativo 3-1 O Grupo Mitsubishi



Fonte: *Industrial Groupings in Japan*, 7ª ed., 1986-1987 (Tóquio: Dodwell, 1986), p. 48.

(KESTER, 1993, p. 53)

Concordamos que em expansão econômica o processo tenha benefícios para ambas as partes participantes do *Keiretsu*, porém, em momentos de crise, os que se encontram “abaixo” na hierarquia empresarial saem perdendo, pois aos absolutamente dependentes da única empresa por acordos, não necessariamente, formais. A confiança é a base no qual o Keiretsu é organizado.

Estas corporações japonesas avançaram significativamente com o período de crise internacional do capital dos anos de 1970, colocando o Japão como maior credor internacional, local antes ocupado pelos Estados Unidos (Quadro 4)

Quadro 4. Taxa média de crescimento anual do produto nacional bruto (países selecionados)

	1953-1973	1974-1982	1983-1991	1992-1995
Japão	9,4	4,0	4,4	0,7
EUA	3,6	1,5	3,0	3,2
Reino Unido	3,1	1,0	2,4	2,2
Alemanha Oc.	5,8	1,6	3,1	1,1
França	5,3	2,4	1,9	1,4

Fonte: Fontes diversas. Extraído de Torres Filho (1998, p. 385)

Assim, a economia japonesa apresentou forte aceleração, enquanto os demais países desenvolvidos apresentavam momentos de recessão, em decorrência da alta do preço do petróleo e do dólar. O período que corresponde à crise internacional do capital, com ápice em 1973, com a chamada crise do petróleo, coloca o Japão como a grande resposta a crise empresarial mundial.

As empresas japonesas passaram a avançar rapidamente sobre mercados e iniciaram um processo de aquisição de empresas estadunidenses, o que modificou bastante o cenário econômico mundial (Quadro 5).

Quadro 5. Principais aquisições Majoritárias Japonesas nos Estados Unidos

Corporações não financeiras

Data	Comprador/investidor japonês	Aquisição/investimento nos Estados Unidos	Valor (milhões de dólares)
12/86	Dainippon Ink and Chemicals, Inc.	Graphic Arts Material Division (sun Chemicals Corp.)	550
8/87	Dainippon Ink and Chemicals, Inc.	Reichhold Chemicals Inc.	540
10/87	Aoki/Bass Corp.	Westin Hotel and Resorts (Allegis Corp.)	1.530
11/87	Sony Corp.	CBS Records, Inc. (CBS, Inc.)	2.000
3/88	Bridgestone Corp.	Firestone Tire & Rubber Co.	2.600
4/88	Paloma Industries, ind.	PACE Industries, Inc. (Rheem Manufacturing Co.)	820
9/88	Sibu/Saison Group	International Hotel (Gran Metropolitan)	2.300
9/88	Nippon Mining Co., ltd.	Gould, Inc.	1.100
9/88	Settsu Corp.	UARCO Inc. (Printing Holdings, L.P.)	400
9/89	The Dai-Ichi Kangyo Bank, Ltd.	CTI Group (Manufactures Hanover)	1.280
9/89	Daiwa bank, Ltd.	U.S. Commercial Banking Division (Llyds Bank, plc.)	1.646
2/89	Hitachi, Ltd	National Advanced Systems (National Semiconductors)	398
3/89	Yamanouchi Pharmaceutical Co., Ltd.	Shaklee Corp.	395
7/89	Kyocera Corp.	Elco Corp. (Wickes Companies, Inc.)	250
9/89	Sony Corp.	Columbia Pictures	3.400
9/89	Sony Corp.	Guber-Peters Entertainment Co.	270
9/89	Secom Co., Ltd.	HMSS Inc.	250
10/89	Mitsubishi Estate Co. Ltd.	Rockefeller Group	846

Fonte: Extraído de Kester (1993, p. 111).

Corporações financeiras

Data	Comprador/investidor japonês	Aquisição/investimento nos Estados Unidos	Valor (milhões de dólares)
1/84	The Fuji Bank, Ltd.	Walter E. Heller & Co.	425
6/84	The Mitsubishi Bank, Ltd.	Bancal Tri-State Corp (holding company for Bank of California)	282
2/86	The Sanwa Bank, Ltd.	Lloyds Bank of California	263
11/86	The Sumitomo Bank & Trust	Goldman Sachs	500
12/86	IBJ Shroder Bank & Trust	Aubrey G. Lanston & Co.	234
4/87	Nippon Life Insurance	Shearson Lehman Brothers (unit of Americian Express)	538

		Co.)	
12/87	Yasuda Mutual Life Insurance	Painel Webber Group Inc.	300
2/88	The Bank of Tokyo, Ltd. (California First Bank)	Union bank (Standard Chartered PLC)	750
9/89	The Dai-ichi Kangyo Bank, Ltd.	CIT Group (Manufacturers Hanover)	1.280
9/89	The Daiwa Bank, Ltd.	U.S. Commercial Banking Division (Lloyds Bank, plc.)	1.646

Fonte: Extraído de Kester (1993, p. 112).

Quando analisamos, ainda, a comparação entre o saldo comercial dos Estados Unidos e do Japão, percebemos o quão vultoso foi seu desenvolvimento econômico a partir dos anos de 1970 (Quadro 6).

Quadro 6. Saldo comercial dos Estados Unidos e do Japão (1977-1994) – em bilhões de dólares

Anos	EUA	Japão	EUA-Japão
1977	-30,9	17,3	-7,3
1978	-33,8	24,6	-10,1
1979	-27,3	1,8	-6,0
1980	-31,4	2,1	-7,0
1981	-34,6	19,9	-13,3
1982	-38,4	18,1	-12,1
1983	-64,2	31,5	-18,2
1984	-122,4	44,3	-33,1
1985	-133,6	56,0	-39,5
1986	-155,0	82,7	-51,4
1987	-170,0	79,7	-52,1
1988	-138,0	77,6	-48,0
1989	-109,4	64,3	-44,9
1990	-101,7	52,2	-38,2
1991	-66,7	77,8	-38,0
1992	-84,5	106,6	-43,6
1993	-115,6	120,2	-50,2
1994	-150,6	123,7	n.d.

Fontes diversas. Extraído de Torres Filho (1998, p. 389)

A importância da hierarquia na empresa e na família serviu como discurso do governo japonês nos anos de 1990 ao assumir que abriria o país para imigração, somente com descendência comprovada. Óbvio que sabiam que existia uma grande quantidade de mão-de-obra em tais condições, pois eles realmente precisavam de força de trabalho braçal. Assim, identificamos mais uma relação entre a cultura e a economia, sendo o período Tokugawa - de isolamento e forte xenofobismo, articulado ao Período Meiji - de modernização do país e retomada do sentimento de pertencimento ao Estado e às famílias. Assim, a família japonesa é uma entidade muito importante para a compreensão do seu desempenho econômico.

3.3. Ascensão e crise

Com a mudança da política monetária dos Estados Unidos, em 1968, em que o mercado de crédito interbancário deixou se pautar no padrão monetário de reservas dólar-ouro e passou a estabelecer um circuito próprio supranacional de crédito, com liquidez abundante e crescente, escapando ao controle dos Estados Unidos os rumos posteriores (TAVARES, 1998, p. 31-32), ocasionou que, os Estados Unidos, para enfrentar a crise deflagrada nos início dos anos de 1970, iniciassem um processo de desvalorização do dólar como maneira de fazer frente à concorrência industrial, sobretudo, de Alemanha e Japão.

Porém, como a Alemanha mantinha uma política econômica bastante ortodoxa no cenário mundial e o Japão tinha uma política monetária autônoma, com baixas taxas de juros, a hegemonia dos Estados Unidos começou a ser questionada, pois começava a perder espaços e o controle do mecanismo.

Assim, os Estados Unidos passaram a uma política dura de sobrevalorização do dólar que conduziu o país a uma situação de déficit fiscal estrutural, porém, com controle dos rumos da economia internacional.

Os Estados Unidos apresentaram um déficit fiscal de natureza estrutural cuja incompressibilidade decorre da própria política financeira e da política armamentista, ambas agressivas e 'imperiais'. O componente financeiro do déficit é crescente graças à mera rolagem da dívida pública americana, que alcançou em maio de 1985 cerca de 1 trilhão e 600 bilhões de dólares, cifra correspondente à cerca de 80% da circulação monetária total no mercado interbancário internacional. Esta dívida é o único instrumento que os Estados Unidos têm para realizar uma captação forçada da liquidez internacional e para canalizar o movimento do capital bancário japonês e europeu para o mercado monetário americano.

(TAVARES, 1998, p. 34-35)
(Grifos nossos)

O Japão manteve sua política de desenvolvimento econômico, fez investimento de curto prazo, pouco uso do mercado de ações e dívida pública, conglomerou seu sistema empresarial e produziu seu próprio modelo econômico. Com o atrelamento da economia japonesa aos Estados Unidos, no aproveitamento dos títulos da dívida estadunidense, o Japão, *“está com a maior parte de seu capital bancário e multinacional atado aos projetos de recuperação americana, com excedentes exportáveis gigantescos, sem possibilidade de retornar sua taxa de investimento e de crescimento históricas”* (TAVARES, 1998, p. 36).

Com as contínuas e progressivas altas no *superavit* com os Estados Unidos e Ásia, o Japão se viu diante da venda dos mercados ativos no exterior, o que fez com que o iene apresentasse uma forte flutuação.

Torres Filho (1998, p. 407) apresenta a seguinte análise da questão:

Na primeira fase, a moeda japonesa, depois de se manter em uma média pouco superior a 135 unidades por dólar entre 1987 e 1993, chegou a atingir um mínimo de 85 em maio de 1995, uma valorização de mais de 35%. Com isto, o valor em ienes dos ativos de empresas japonesas no exterior minguaram.

(Grifos nossos)

Com isso, muitos empresários japoneses passaram a se desfazer de empresas, shoppings, escritórios, edifícios, perfazendo um total de 77 bilhões de dólares. Assim, o que representou a grande ascensão da economia japonesa, na compra de empresas nos Estados Unidos, reverteu-se, sendo que a revenda das mesmas foi realizada por preços muito inferiores. A aquisição do Complexo Imobiliário Rockefeller Center pela Mitsubishi Estate, marco da ascensão da economia japonesa, teve sua revenda para os antigos donos, em maio de 1995, por um terço do preço pago pelos japoneses, obtendo um prejuízo em dólares na casa dos 600 milhões (TORRES FILHO, 1997).

Torres Filho (1997, p. 409) analisa o processo de retomada da hegemonia dos Estados Unidos:

A retomada da hegemonia norte-americana, que teve início nos primeiros anos da década de 80, chega assim a uma fase mais avançada. Não é mais necessário comprometer a economia soviética através de uma corrida armamentista nem aumentar a taxa de juros nos EUA para submeter os parceiros ocidentais. A globalização dos mercados financeiros e a internacionalização dos capitais liberaram forças capazes de colocar em xeque, por motivos endógenos, sistemas nacionais dos mais diferentes portes. As crises cambiais de 1997 no sudeste da Ásia são exemplos disto. Suas moedas ficaram extremamente vulneráveis a capitais especulativos em seguida à abrupta desvalorização do iene frente ao dólar e, conseqüentemente, ao fortalecimento das empresas japonesas e nos mercados norte-americano e asiático.

Neste cenário, a capacidade de determinação das taxas de câmbio é atualmente o fator mais relevante de poder econômico internacional e o dólar, como padrão básico dos preços de bens, contratos e ativos internacionais, coloca os EUA em posição ímpar para comandar o processo.

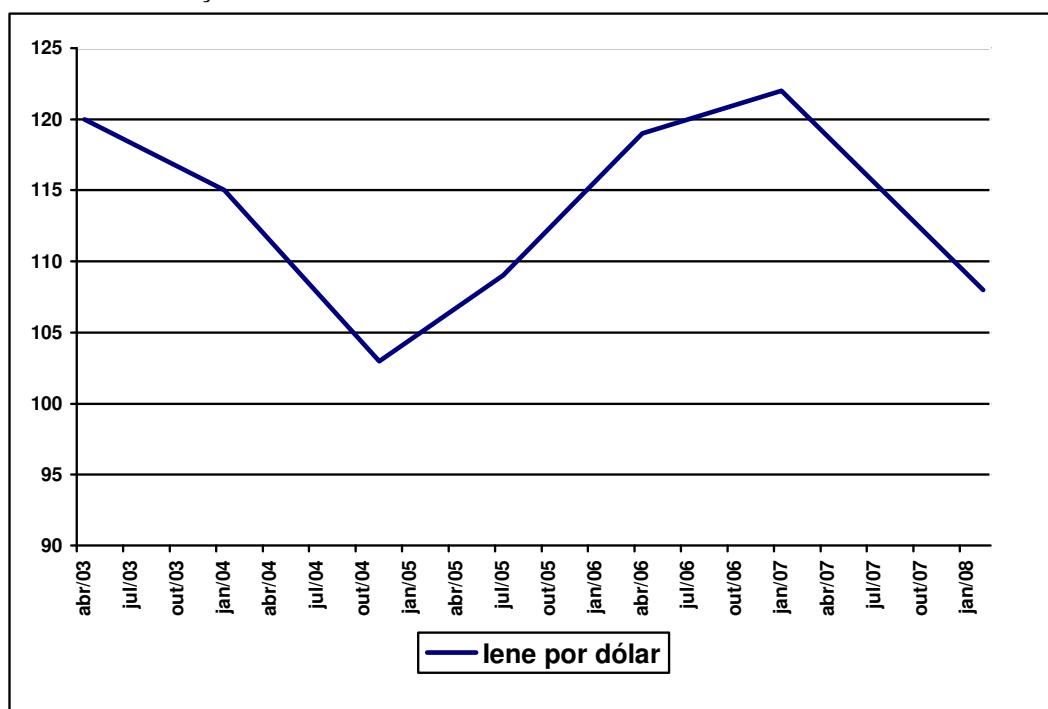
Na medida em que os japoneses realizaram a internacionalização de sua riqueza em ativos denominados no dólar norte-americano, reduziram a autonomia de suas instituições nacionais e aumentaram a capacidade de retaliação dos americanos.

(Grifos nossos)

Nesse sentido, o Japão teve de iniciar um processo de reorganização econômica, tendo mantido sua força na concorrência internacional na atividade produtiva em diferentes ramos econômicos, mas com a dependência direta das decisões e condições dos Estados Unidos. Assim, se nas últimas décadas o Japão era a grande “ameaça” à hegemonia estadunidense, atualmente, a China assume tal papel e impõe uma modificação na geopolítica mundial, fazendo com que os Estados Unidos tenham, novamente, que se reorganizarem economicamente para sua manutenção hegemônica.

A análise do iene frente ao dólar nos últimos anos mostra que na atualidade, o Iene está em queda novamente, acompanhando o cenário de queda do Dólar, o que dificulta ainda mais a situação dos *dekasseguis* brasileiros, pois há uma valorização do Real, o que diminui seus salários no momento da conversão da moeda (Gráfico 2).

Gráfico 2. Flutuação do Iene frente ao dólar - 2003 a 2008. Período selecionado.



Fonte: Banco Central do Brasil, 2008.

Nesse cenário, o Japão apresentou uma extraordinária industrialização, com características muito particulares, que lhe permitiu ascender economicamente, porém, no seu embate internacional com os EUA, teve graves prejuízos e passou a enfrentar uma crise interna, que modificou os rumos da economia e dos fluxos migratórios, *leit motiv* desta tese.

Se no período de maior ascensão econômica a oferta de empregos era abundante com salários relativamente elevados para os brasileiros *dekasseguis*, com a crise atual do Japão, novos itens precisam ser incorporados à análise, conforme discutiremos nos próximos itens, sobretudo com a compreensão do papel dos *dekasseguis* brasileiros, tomando o caso dos oriundos de Ourinhos-SP no processo de precarização do trabalho na nova configuração corporativa.

3.4. Dinâmicas econômicas e o trabalho na economia contemporânea

Os processos econômicos que se desenvolvem no período atual apresentam uma nova dinâmica espacial, com novos padrões locacionais, que tendem a multilocalização, como chama a atenção Veltz (1999), com novas orientações dos fluxos de mercadorias e finalmente, uma nova/velha tendência dos fluxos migratórios.

A dinâmica populacional é parte constituinte dos processos que eclodem com a Globalização, contribui sobremaneira com suas dinâmicas, pois é o fator que disponibiliza força de trabalho.

No mundo atual a disponibilidade de força de trabalho é um dos elementos que orientam a escolha locacional das atividades produtivas, pois é um fator, entre outros, que possibilita a redução significativa de custos, com fortes variações espaciais.

O surgimento de novas áreas de forte densidade na atividade industrial decorre, grande parte das vezes, da disponibilidade de força de trabalho, capacitada e a preços baixos. Assim podemos compreender a formação dos Tigres Asiáticos, a título de exemplo. Porém, o processo é mais complexo do que uma busca linear por força de trabalho barata, para seu entendimento é necessário refletir também sobre as condições materiais de produção, tradição industrial, qualificação e investimentos em pesquisa e desenvolvimento, de uma gama de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento e a uma convergência de interesses em torno de uma “sinergia” de ações complementares ou não que emergem uma grande capacidade produtiva em diferentes ramos, com especialidades funcionais. Neste ponto destacamos duas tendências que se delineiam na reestruturação produtiva pós-fordista, que seriam:

1. O modelo japonês, que apresenta as condições materiais de produção, território altamente tecnificado, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, com elevada horizontalidade produtiva, com extrema integração entre as empresas que constituem os *keiretsus* e elevada diversidade funcional, trabalho desenvolvido em equipes com

multivariadas de funções, controle de estoques, círculo de controle de qualidade e tempo de emprego duradouro (aos japoneses). Tal modelo se torna viável somente com o emprego de mão-de-obra imigrante, colocando este no centro da questão, porém, sem lograr louros, aliás, pelo contrário, sendo discriminado e explorado ao extremo.

2. Modelos de concentração e aglomeração de especialidades funcionais, com conjugação de esforços para construção de um território que garanta a plena execução das atividades produtivas, com um conteúdo de sinergia empresarial. Experiências como as do norte da Itália (Terceira Itália), Estados Unidos (Vale do Silício) e da Alemanha (Volvismo).
3. Modelos que desempenham atividades produtivas com força de trabalho a preços muito baixos, oriundas de empresas chamadas transnacionais, totalmente voltadas à exportação. Tais localidades não apresentam quaisquer tradições industriais, o que garante a ausência de organização trabalhista. É o caso dos tigres asiáticos.

Aliada a todos os itens destacados anteriormente, e não menos importante, está a mobilidade populacional, ou seja, quando a localização industrial, por múltiplas razões precisa se estabelecer em áreas em que o trabalho é escasso ou caro, a força de trabalho é conclamada a se deslocar para viabilizar a atividades produtivas e para diminuir os respectivos custos.

No caso do Japão, como as indústrias já apresentavam plantas em formato flexível, com produção com controle de estoque “enxuta”, com alto índice de horizontalidade na produção, com uso exacerbado de terceirizações e subcontratações, sendo tudo isso, pautado em um território altamente tecnificado, com elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ou seja, com diversos interesses que convergem para a permanência das atividades produtivas em solo japonês, a força de trabalho é que se desloca com destino ao Japão. Neste caso, numa migração internacional, sobretudo, por brasileiros e latino-americanos.

Num debate sobre a economia de acumulação flexível, Harvey (1996, p. 140) aponta a caracteriza pelo *surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional* (grifo nosso).

Essas características associam-se a uma crise no mercado de trabalho mundial, com novos e enfraquecidos papéis dos sindicatos trabalhistas, com elevadas taxas de desemprego.

Para Harvey (1996, p. 141) *o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução dos focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas*. O caso japonês foge à regra, pois se trata de uma área tradicionalmente industrializada, mas desde o pós-guerra, com as novas orientações e reestruturações.

Para Harvey (1996, p. 143):

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento, da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...] Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Porém, a estrutura do mercado de trabalho no Japão aparece com outras nuances, que não necessariamente se opõem às anteriormente citadas, mas que as reforçam e aumentam a densidade do uso da força de trabalho. Como o trabalho das áreas de execução direta, com baixa qualificação profissional, é essencialmente constituído por força de trabalho de imigrantes, que via de regra, não permanece continuamente no Japão em tempo superior a cinco anos, o uso das horas extras é demasiado freqüente. Chegam a ser o dobro da jornada de trabalho regular, constituem em possibilidades de o empregador alcançar sua eficiência produtiva sem precisar aumentar seu quadro de funcionários.

Como o sistema empresarial japonês está embasado em corporações com fortes inteirações horizontais, com subordinações de empresas que prestam serviços às grandes indústrias que coordenam as atividades, o processo de uso da força de trabalho faz-se com maiores intensidades. Assim, o núcleo de trabalhadores que atuam diretamente nas indústrias de execução final é escasso.

Antunes (2000, p. 56) faz as seguintes considerações acerca deste processo:

O processo de produção de tipo fordista, por meio dos *team work*. Supõe, portanto uma intensificação da exploração do trabalho, que pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e pela velocidade da cadeia produtiva [...]. A intensificação das atividades intelectuais do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada e informatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade.

(Grifos nossos)

Assim, temos uma ampliação no processo de exploração da força de trabalho, ainda que se tenha um discurso de que houve uma ruptura da relação entre patrão e empregado, com diminuição das hierarquias, inclusive com a supressão da nomenclatura “funcionário” e adoção de “colaborador”. Porém, na prática, o trabalho continua sendo explorado com um ritmo e intensidade acelerados.

Antunes (1999, p. 56) continua sua explanação com o complemento da ampliação da jornada de trabalho, pois o

toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinado fortemente as formas relativa absoluta da extração da mais-valia.

[...]

Quanto mais o trabalhador se distancia das empresas principais, maior tende a ser a sua precarização. Por isso, trabalhadores da Toyota trabalham cerca de 2.300 horas por ano enquanto os trabalhadores das empresas subcontratadas chegam a trabalhar 2.800 horas.

Antunes (1999, p. 57) fornece valores de comparação com a jornada de trabalho dos trabalhadores de outras fábricas na Bélgica (Ford-Genk, General Motors-Anvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvorde e Volvo-Gand) em que os operários trabalham entre 1.600 e 1.700 horas por ano.

Analisando o caso dos *dekasseguis* de Ourinhos, detectamos que há uma grande variação nos salários pagos pelas indústrias japonesas. A carga horária trabalhada é extremamente elevada e evidencia uma grande exploração dos trabalhadores que desempenham atividades exaustivas (tabela 4).

Tabela 4. Japão. Empregos ocupados pelos *dekasseguis* de Ourinhos entrevistados*

Cidade/Província	Ramo/Atividade	Empresa	Keiretsu	Carga horária com horas-extras	Salário (Dólar)
Hamamatsu–Shizuoka	Componentes para carro	Rubber	Honda	14	3.200,00
Hamamatsu–Shizuoka	Componentes para carro	Iguchi - Iasaki	Honda	12	3.200,00
Guifu	Silencioso de escapamentos	Kavangyyo CO Ltda	Honda	18	2.500,00
Shizuoka-Hana	Lente de Câmera fotográfica	Sony	Sony	14	3.500,00
Hamamatsu – Shizuoka	Componentes eletrônicos	Yamaha	Yamaha	13	2.300,00
Hamamatsu – Shizuoka	Controle de qualidade eletro-eletrônicos	Sony	Sony	13	2.500,00

Nara	Componentes eletrônicos	Mitsubishi	Mitsubishi	15	3.500,00
Yamagata – Hokkaido	Fábrica de peças de carro		Toyota	12	2.000,00
Shizuoka	Frigorífico			12	2.000,00
Tokyo	Hospital			12	2.000,00
Hiroshima	Hospital			12	2.000,00
Saitama	Embalagem de comida			12	2.000,00
Aichi	Massa de peixe			12	2.000,00
Gama Gori – Aichi	Produção de Auto-peças	Nishura	Toyota	16	3.500,00
Gama Gori – Aichi	Auto-peças	Nishura	Toyota	16	1.800,00
Nagano	Lente de Câmera fotográfica	Olympus	Olympus	13	5.000,00
Aichi	Sashimi de lula			14	2.500,00
Nagano	Gerente de produção	Sanyo	Sanyo	12	5.000,00
Aichi	Fundição		Mitsubishi	14	2.500,00
Tóquio	Central de distribuição - supermercados			12	2.500,00
Aichi	Pintura de cilindro de empilhadeira			14	3.000,00
Aichi	Entregas			12	2.500,00
Saitama	Componentes eletrônicos		Mitsubishi	14	3.500,00
Toyokawa - Aichi- Ken	Fábrica de peças para xerox		Xerox	16	2.840,00
Kofu – Yamanashi	Limpeza da tela de celular			12	2.800,00
Saitama	Separação de produtos para fábricas		Sony	15	2.600,00
Izumu - Shimane	Peças de condensadores de cerâmica			14	2.700,00
Okaiama	Peças de condensadores de cerâmica	Muratta		14	2.700,00
Média total				13,5	2.790,71

Fonte: Pesquisa de campo, 2007 (Entrevistas).

*Note-se que não se trata de um levantamento que tem por objetivo uma análise de cunho matemático-estatístico, mas sim, uma amostragem qualitativa que forneça elementos para embasar a discussão sobre o trabalho e os migrantes brasileiros no Japão. Assim, as informações apresentadas têm como foco evidenciar com exemplos de casos e não tem a pretensão de oferecer respostas ao universo do fenômeno, o que demandaria um levantamento quantitativo que não surtiria resultados expressivos para o mote do debate que vislumbramos nessa tese de doutorado.

A seguir, apresentamos os dados classificados em três faixas de empresas: - não vinculadas aos keiretsus; - empresas principais dos keiretsus; e - as empresas secundárias e terciárias dos keiretsus. Com isso, percebemos que há uma variação no processo de precarização do trabalho conforme o processo de horizontalização da produção, sendo que as características podem ser identificadas nos casos analisados (tabelas 5, 6 e 7). Apresentamos ainda, no mapa 6, as províncias de destino dos dekassegus brasileiros.

Tabela 5. Japão. Empregos ocupados pelos *dekasseguis* de Ourinhos entrevistados - Empresas não vinculadas aos Keiretsus.

Cidade/Província	Ramo/Atividade	Carga horária com horas-extras	Salário (Dólar)
Shizuoka	Frigorífico	12	2.000,00
Tokyo	Hospital	12	2.000,00
Hiroshima	Cozinha de hospital	12	2.000,00
Saitama	Embalagem de comida	12	2.000,00
Aichi	Massa de peixe	12	2.000,00
Aichi	Sashimi de lula	12	2.500,00
Tóquio	Central de distribuição - supermercados	12	2.500,00
Aichi	Pintura de cilindro de empilhadeira	14	3.000,00
Aichi	Entregas	12	2.500,00
Izumu – Shimane	Peças de condensadores de cerâmica	14	2.700,00
Okaiaima	Peças de condensadores de cerâmica	14	2.700,00
Kofu – Yamanashi	Limpeza da tela de celular	12	2.800,00
Média Geral		12,5	2.391,67

Fonte: Pesquisa de campo, 2007 (Entrevistas).

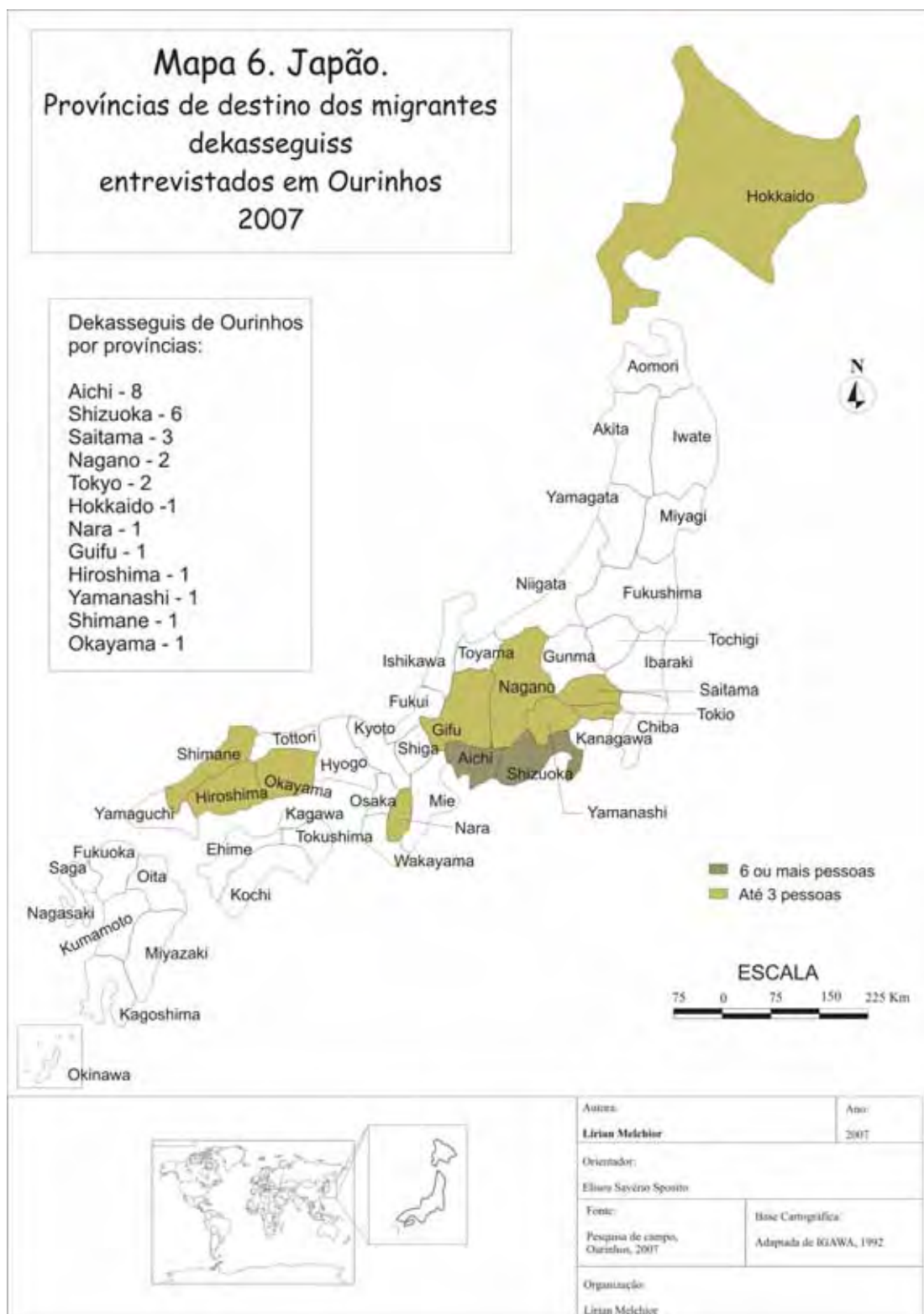


Tabela 6. Japão. Empregos ocupados pelos *dekassegus* de Ourinhos entrevistados - Empresas principais dos *keiretsus*

Cidade/Província	Ramo/Atividade	Empresa	Keiretsu	Carga horária com horas-extras	Salário (Dólar)
Hana- Shizuoka	Lente de Câmera fotográfica	Sony	Sony	14	3.500,00
Hamamatsu – Shizuoka	Componentes eletrônicos	Yamaha	Yamaha	13	2.300,00
Hamamatsu – Shizuoka	Controle de qualidade eletro-eletrônicos	Sony	Sony	13	2.500,00
Nara	Componentes eletrônicos	Mitsubishi	Mitsubishi	15	3.500,00
Nagano	Lente de Câmera fotográfica	Olympus	Olympus	13	5.000,00
Nagano	Gerente de produção	Sanyo	Sanyo	12	5.000,00
Média Geral				13,3	3.633,33

Fonte: Pesquisa de campo, 2007 (Entrevistas).

Tabela 7. Japão. Empregos ocupados pelos *dekassegus* de Ourinhos entrevistados - Empresas secundárias e terciárias dos *keiretsus*

Cidade/Província	Ramo/Atividade	Empresa	Keiretsu	Carga horária com horas-extras	Salário (Dólar)
Hamamatsu	Componentes para carro	Rubber	Honda	14	3.200,00
Hamamatsu	Componentes para carro	Iguchi - Iasaki	Honda	14	3.200,00
Guiifo-Ken	Silencioso de escapamentos	Kavangyyo CO Ltda	Honda	18	2.500,00
Yamagata – Hokkaido	Fábrica de peças de carro		Toyota	12	2.000,00
Gama Gori – Aichi-Ken	Auto-peças	Nishura	Toyota	16	3.500,00
Gama Gori – Aichi-Ken	Auto-peças	Nishura	Toyota	16	1.800,00
Aichi	Fundição		Mitsubishi	14	2.500,00
Saitama	Componentes eletrônicos		Mitsubishi	14	3.500,00
Aichi-Ken (Toyokawa)	Fábrica de peças para xerox		Xerox	16	2.840,00
Saitama	Separação de produtos para fábricas		Sony	15	2.600,00
Média total				13,5	2.512,73

Fonte: Pesquisa de campo, 2007 (Entrevistas).

Assim, a exploração da força de trabalho adquire nova nuance com o processo de reestruturação produtiva pelo modelo japonês, obtendo possibilidades ampliadas de reprodução do capital em diferentes níveis com gradações que variam de acordo com a tão cultuada “hierarquia da família” japonesa.

1. Os trabalhadores das empresas principais que constituem o núcleo central com poder de decisão (generalize-se para todos os níveis de cargos desta natureza, desde concepção até gerências, sendo a quase totalidade destes ocupados por japoneses ou imigrantes altamente qualificados e convidados pelas empresas para ocuparem os postos, ou seja, migram por razões diametralmente diferentes dos *dekasseguis*);
2. Os trabalhadores das empresas principais que desempenham atividades de execução da produção, com “empregos vitalícios”, na quase totalidade, japoneses;
3. Trabalhadores de empresas secundárias que constituem o núcleo central com poder de decisão, porém, dificilmente encontram-se atividades de pesquisa e desenvolvimento e de concepção, pois estas vêm da empresa principal – ainda assim, empregos essencialmente para japoneses;
4. Trabalhadores das empresas secundárias que desempenham atividades de execução da produção sem qualificação profissional, comparecendo em grandes quantidades imigrantes temporários com elevada carga horária, inclusive horas-extras;
5. Trabalhadores de empresas que se encontram em níveis mais distantes das empresas principais, com cargos de gerência. Alguns imigrantes com bom desempenho conseguem ocupar tais cargos, inclusive sendo por tal motivo, que atualmente, existem *dekasseguis* que se radicaram por definitivo no Japão. Tal trabalho também se faz com elevada carga horária e horas-extras;
6. Trabalhadores de empresas que se encontram em níveis mais distantes das empresas principais, em atividades de exclusivas de execução sem necessidade de qualificação profissional, com elevada carga horária e horas-extras. Cargos ocupados, em grande parte, por *dekasseguis*.

Assim, os imigrantes ocupam o nível mais baixo na hierarquia da força de trabalho na estrutura do trabalho japonês, tendo os maiores níveis de exploração e garantindo que a produção industrial japonesa conquiste vantagens na competição internacional.

Com isso, a estrutura produtiva toyotista tem em sua base, a figura do migrante, evidenciando a importância que a mobilidade da força de trabalho representa para a reprodução capitalista. Tal mobilidade se mostra presente desde as etapas iniciais do modo

capitalista de produção, porém, com os processos de reestruturação produtiva desenvolvidos no Japão e transferidos/copiados/adaptados para diferentes partes do mundo, assumem novas nuances, com graus mais elevados de exploração, ainda que, no caso japonês, o retorno financeiro seja compensatório, como afirmam os *dekasseguis* brasileiros com os quais tivemos contato. Porém, famílias são dizimadas, vidas profissionais e cursos escolares interrompidos, saúdes física e psicológica prejudicadas, além do fato de que na quase totalidade dos casos, as economias acumuladas com o trabalho no Japão são perdidas em pouco mais de um ano em investimentos mal empreendidos e administrados no Brasil.

Mas, ainda assim, sempre que necessário ao capital, a força de trabalho está pronta a se deslocar para servi-lo, em quaisquer condições, pois processos estruturais garantem que a oferta de força de trabalho seja sempre muito superior que a demanda.

Abordaremos, brevemente, duas tendências de análise para a realidade que produz a escassez dos empregos por razões estruturais, sendo que ambas apontam caminhos diferentes, tanto de análises futuras, quanto de posicionamento político para enfrentamento da questão. É óbvio que uma reflexão que parta de concepções neoliberais irá abordar a questão de maneira a ocultar ou, no mínimo minimizar, os efeitos colaterais, colocando como fato uma “possibilidade” ou “oportunidade” de alcançar o desenvolvimento com o devido ajustamento às regras impostas pelas grandes corporações de empresas mundiais. Porém, trataremos nesta tese das análises do desemprego estrutural e do colapso da modernização.

Ambas são tendências de análise que partem da abordagem marxista, porém, compreendem a questão por óticas diferenciadas, sendo que a análise do desemprego estrutural prevê uma luta da classe trabalhadora para novamente recuperar os benefícios conquistados durante a etapa fordista, com os movimentos trabalhistas organizados e a segunda, que considera o colapso da modernização, aponta que as raízes do problema em questão não se encontram na oposição entre capital e trabalho, mas sim, da associação de ambos, com graus de subordinação do segundo em razão do primeiro, que em seu processo de reprodução, desenvolvem melhores condições de reprodução na medida em que geram produzem espaços modernizados e garantem, progressivamente, condições de descartar massas de trabalhadores e ampliar o processo de produção da pobreza e da miserabilidade no mundo.

Para Singer (1999, p. 23):

O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas

contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir. [...] Foram os trabalhadores industriais que conseguiram o direito de se sindicalizar, de barganhar coletivamente com os empregadores, de fazer greve sem correr risco de demissão, de ter na representação permanente junto à direção da empresa. Na medida em que foram exatamente estes os trabalhadores mais atingidos pelo desemprego tecnológico e pelo desemprego estrutural, a correlação de força entre compradores e vendedores de força de trabalho, em cada país, tornou-se mais favorável aos primeiros

(Grifos nossos)

Antunes (1999, p. 19) faz uma importante reflexão sobre a questão, conforme segue:

O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. Não sendo conseqüência nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

Acreditamos que desde o início do processo de modernização, a força de trabalho sempre esteve em condições de subordinação. Assim, estamos diante de um agravamento da situação, em que a exclusão social, a qual preferimos chamar de inclusão precária, é justamente resultante de um processo de ganho de complexidade do modo de produção.

Se entendermos como atividades modernizadoras as que criam condições para que a reprodução do capital, via a aquisição e extração da mais-valia da força de trabalho, conforme historicamente constituído, temos aí elementos que apontam que ambos os posicionamentos tocam a questão de maneira correta, ainda que com posicionamentos diferentes.

Consideramos ser inegável o fato de que a força de trabalho continua sendo importante para a reprodução capitalista, pois caso contrário, os intensos fluxos migratórios que têm na mobilidade da força de trabalho sua razão, não teriam tanta importância e, nem mesmo, as diferentes estratégias locacionais das atividades produtivas, seguiriam a orientação da busca de mão de obra a preços baixos. Assim, se apontamos o migrante como um elemento fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento do Japão nas duas últimas décadas, temos que apontar para a questão do trabalho um papel de destaque, e não de superação como propõe a tendência que prevê o colapso da modernização e do fim do trabalho.

Porém, também compreendemos que capital e trabalho compõem uma unidade indissociável que produz as mazelas que detectamos pelo mundo moderno, com acelerado processo de aceleração de sua produção. Os índices de desemprego tornam-se tão elevados e

as ocupações informais e/ou esporádicas tão frequentes que possibilita que a análise do colapso da modernização tenha, também, correspondência com a realidade atual.

Kurz (2004, p. 63) faz a seguinte afirmação com relação ao Japão e o colapso da modernização:

[...] O Japão concorre, ao menos em parte, com elementos que fazem lembrar, de modo suspeito, as condições existentes nas atuais economias em bancarrota, embora repouse numa organização especialmente *high-tech*. Enquanto a depravação social no Ocidente decorre do desemprego estrutural, no Japão ela ainda é um componente estrutural arcaico da própria organização do trabalho. A concepção japonesa primeva de uma produção enxuta funciona (sic), por trás da fachada da alta automatização, principalmente por meio do dumping social na fase pré-acabamento. Os imitadores ocidentais parecem não notar que seguem aí um modelo em extinção, que sob essa forma não é mais socialmente concretizável na Europa. A reação ocidental somente pode ser, a longo prazo, uma concentração de capital e uma racionalização à base de intensificação de capital nas indústrias fornecedoras, o que não somente há de continuar elevando o desemprego estrutural na Europa e América do Norte, como também ameaça aniquilar a vantagem japonesa nos custos a partir de sua combinação de *high-tech* à base de intensa ciência mais capital na fase final de montagem. Exatamente nessa perspectiva é que o Japão se debate hoje com os limites do seu modelo.

À primeira vista, pode parecer uma contradição, porém, mesmo com o modelo japonês conquistando as melhores vantagens para a atividade produtiva, o Japão encontra-se, conforme já evidenciado, num momento de crise econômica. Sua produção é praticamente toda voltada para a exportação, o que lhe atribui uma dependência internacional, ainda que tenham estrutura financeira própria e com graus de autonomia. Seus produtos, hoje, precisam ser mais baratos no exterior do que em seu mercado interno o que dá sinais que a atividade produtiva japonesa tem e, sempre teve, incentivos e relações diretas com o Estado, o que desarma os argumentos dos neoliberais.

Assim, a atual crise japonesa pode ser compreendida por uma interpretação de uma crise estrutural do sistema, com o processo de modernização colocado em xeque. Kurz (2004) apresenta uma análise do processo deflagrado na Argentina no ano de 2002, da crise asiática de 1997, da crise da Turquia, da crise de 2002 da prefeitura de Berlim, fazendo conclusões de que não se tratam de questões pontuais, mas sim, sintomas conjunturais de uma crise que conduziria ao colapso da modernização. Em suas palavras:

O alegado mal da Argentina é na verdade uma doença mundial, e menos uma doença que antes, isso sim, um mero sintoma. Por isso, não serve para explicar absolutamente nada. O cerne do problema consiste desde o início dos anos 80 no fato de que, no processo de

terceira revolução industrial, a economia real e os mercados financeiros sacados não podem mais ser cobertos.

(KURZ, 2004, p. 181)

Nesta tese não temos por objetivo resolver tais questões, nem mesmo apontar quem são os detentores da “verdade”, mas sim, de apontar e analisar a conjuntura internacional que impulsiona o movimento migratório, fazendo com que, na atualidade, brasileiros - em nosso caso, de Ourinhos-SP – migrem em grandes quantidades para realizarem trabalhos com baixa qualificação e com número elevado de carga horária. O que movimenta esse processo? Procuramos desenvolver um conjunto complexo de componentes que tornam o sistema extremamente dinâmico e com claras implicações e diferenciações espaciais.

Assim, consideramos importante apontar, ainda que muito sucintamente, elementos que julgamos satisfatórios para explicar os fenômenos que ora analisamos.

Portanto, no contexto da reestruturação da economia internacional, os trabalhadores perderam muitos de seus direitos conquistados no período de expansão fordista, sobretudo, os migrantes, que tradicionalmente apresentam uma precariedade intrínseca, pois são obrigados a se deslocarem de seus lares para cumprir atividades, via de regra, com baixa qualificação profissional; ou seja, aquelas que são recusadas, ou ao menos, evitadas pelos trabalhadores da própria localidade. No caso do Japão, os trabalhadores *dekasseguis*, sobretudo os brasileiros, que se apresentam em grande número e são responsáveis pelo desenvolvimento da atividade produtiva japonesa, participando na base de uma pirâmide hierárquica do mercado de trabalho.

3.5. A Emigração ao Japão – Contextos

Nos itens anteriores refletimos sobre a economia mundial e o processo de recuperação da economia japonesa, levando a consolidação de várias empresas que necessitam de mão-de-obra pouco qualificada para realização dos trabalhos. Partimos agora da reflexão acerca da situação político-econômica do Brasil que propiciou a emigração de brasileiros a outros países, em especial, o Japão.

As transformações que ocorreram no plano internacional não excluíram o Brasil, que apresentou uma modificação bastante significativa a partir dos anos de 1960, sendo que o processo de internacionalização da economia, impulsionado no governo de Juscelino

Kubitschek, representou um aumento significativo no processo de industrialização no Brasil, sobretudo, com a localização de empresas multinacionais, que entraram no país exigindo a implantação de uma série de infra-estruturas de suporte para suas unidades de produção.

Segundo Oliveira,

Nesses negócios, boas perspectivas foram oferecidas e garantidas pelo Brasil. Entre elas estava, em primeiro lugar, a abundante disponibilidade de mão-de-obra barata de baixo custo e sem as impertinentes exigências ou a liberdade de exprimi-las, que tornaram tão incômodas e onerosas as relações de trabalho no mundo capitalista industrializado. Em segundo lugar estavam as aspirações de uma minoria de consumidores potenciais mais bem aquinhoados e aspirantes sedentos aos padrões da sociedade de consumo norte-americana e européia.

(OLIVEIRA, 1998, p. 293)

Com isso, tivemos um período de crescimento da produção industrial no país e de um suposto “desenvolvimento” que chegou a ser chamado de “Milagre brasileiro”, parafraseando o desenvolvimento japonês de pós-guerra, que ficou conhecido como “Milagre japonês”. Podemos, ainda, acrescentar que durante a ditadura militar (1964 – 1984), muitos investimentos foram feitos através do uso de empréstimos feitos no exterior, na construção de várias obras faraônicas, que serviriam para melhorar a atuação das empresas que estavam se instalando e, também, como símbolos para uso político do suposto milagre.

Concordamos com Oliveira (1998) quando afirma o seguinte,

Estes são os fatores que impulsionaram o fluxo de capitais (a poupança externa, como dizem os economistas) e de tecnologia dos grandes centros por muitos países do chamado Terceiro Mundo, imprimindo-lhes o surto de crescimento industrial, do qual o Brasil é um exemplo. Esse surto promoveu o país, como dizem os tecnocratas, de “subdesenvolvido” a “país em desenvolvimento”. Foi a isso que se assistiu nas décadas de 60 e 70, quando surgiu no país uma “milagrosa” evolução econômica. Esse modelo consistiu, essencialmente, em preparar, facilitar, recepcionar, acomodar e favorecer mais e da melhor forma possível a entrada do capital internacional no Brasil.

(OLIVEIRA, 1998, p. 293)

No final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, em que o governo brasileiro vendia a imagem de “economia milagrosa” o capitalismo internacional estava caminhando para uma severa crise, que seria deflagrada em 1973, conforme já discutimos em momento anterior. A esta crise internacional somaram-se os efeitos da alta demasiada dos preços do petróleo e uma dificuldade na obtenção desta fonte imprescindível das unidades de produção

industrial. Uma das saídas para resolver o problema da crise estrutural do capitalismo, foi o resgate do montante de capital que havia sido emprestado, com a cobrança exorbitante de juros e multas.

Como o Brasil estava se industrializando de forma bastante acelerada, e necessitava do petróleo, já que sua produção não era suficiente para a demanda, teve que realizar novos empréstimos, para poder sustentar as unidades produtivas, o que terminou por se transformar numa gigantesca bola de neve que acabou por diluir a capacidade de investimentos do país. Isso conduziu o país a uma onda inflacionária sem precedentes e uma estagnação do crescimento. A partir de então, o Brasil teve suas receitas comprometidas com o pagamento dos juros da dívida externa, que chegou em alguns momentos a significar um terço de seu produto interno, conforme se depreende da afirmação de Oliveira (1998),

O crescimento da remuneração do capital externo aplicado no Brasil é considerável. Para fazer face a ele, uma vez que o país não tem contado com recursos próprios, não houve outro meio senão o do comprometimento ainda maior através de novas e crescentes aplicações de capital estrangeiro. Por exemplo: em 1965 teve-se um total de 433 milhões de dólares entre investimentos e empréstimos estrangeiros no Brasil; em 1971 passou-se para 2,206 bilhões de dólares; em 1974 atingiram-se 7,8 bilhões de dólares; em 1980 chegou-se a 12,6 bilhões de dólares; em 1985 a 14,2 bilhões de dólares; e em 1990 a 15 bilhões de dólares.

(OLIVEIRA, 1998, p. 296)

Este comprometimento da economia brasileira teve sérias conseqüências sociais, pois causou retrações no consumo e na produção, produzindo uma onda de desemprego e uma redução de poder aquisitivo, que levou ao aparecimento de algumas facetas perversas da introdução do Brasil no capitalismo internacional.

Após os anos de 1990, o país ingressa na onda neoliberal e estes quadros sociais tendem a se agravar, pois as políticas recessivas que passaram a ser implementadas pelos governos seguintes diminuíram o poder aquisitivo da população, conseqüentemente, reduzindo seu padrão de vida.

A abertura econômica e a introdução de políticas neoliberais foram iniciadas no governo de Fernando Collor, recebendo uma continuidade nos demais mandatos seguintes de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, e, em alguns aspectos, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De modo que, há no país, atualmente, uma forte recessão econômica que impede o desenvolvimento e destrói o poder aquisitivo do brasileiro, isto aliado a um forte percentual de desemprego.

As políticas implementadas pelo governo Lula, desde 2003, mostram uma continuidade a essa tendência, porém, foram realizadas algumas políticas que marcam certa diferença, quais sejam: -políticas sociais que possibilitaram alavancar o consumo para as camadas de baixo poder aquisitivo, representando em algumas áreas mais pobres do país, fonte significativa dos recursos disponíveis que movimentam a economia local; - investimentos em setores educacionais e de infra-estrutura, numa tentativa de reverter o quadro de sucateamento dos últimos anos; -política externa com manutenção de tradicionais relações econômicas com Estados Unidos e Europa, porém, com atenção especial às relações com países do “Sul”, sobretudo, do Mercosul, China, Índia e países da África. Estes pontos mostram que, mesmo com a economia ortodoxa praticada pelo Banco Central do Brasil, que mantêm o pagamento elevado de juros da dívida externa, juros exorbitantes e política não favorável de cotação do dólar, o país mostra uma nova orientação econômica no início do Século XXI, ainda que tímida.

Oliveira (1998) comenta sobre a situação do país neste período:

Juntamente com a redemocratização do país, instala-se no Brasil um período de profundo rebaixamento social e econômico, principalmente nos setores médios da sociedade. Essa crise, que, sem dúvida, já se originara em períodos anteriores toma proporções insustentáveis nos governos Sarney e Collor. O descontrole da inflação chega a níveis insuportáveis em alguns períodos, fazendo com que a população perca gradativamente o seu padrão de vida.

(OLIVEIRA, 1998, p. 289)

Brito (1995), referindo-se aos países “mais pobres” considera que estes foram penalizados pelas novas formas assumidas pelo capitalismo e afirma que:

Os países mais pobres, como o Brasil, tiveram a década de 80, marcada por tentativas, mal sucedidas, de ajuste econômico e financeiro, visando a nova realidade do capitalismo internacional e as necessidades de quitação dos compromissos de pagamento da dívida externa. O resultado foi uma década de crise econômica, de profunda dimensão social, onde as taxas de desemprego se aproximaram dos 15% e a miséria se generalizou para 20% da população.

(BRITO, 1995, p.61)

Neste sentido, podemos compreender a intensa saída de trabalhadores brasileiros para outros países, na realização de trabalhos pouco qualificados. Assim, Sasaki, comenta que:

Tal massificação pode ser explicada por um conjunto de fatores entrelaçados entre si: a crise da 'década perdida' de 80, o desencanto e o descontentamento diante do andamento político-econômico do Brasil, bem como a desvalorização do dólar e a inflação distanciando o ganho salarial do Brasil com o de países desenvolvidos e aumentando a atratividade sobre os migrantes. Precisava-se de mão-de-obra no setor manufatureiro e em serviços subalternos nesses países desenvolvidos, e como os nativos se recusavam a fazê-los, tinham de ser preenchidos por mão-de-obra barata, estrangeira/migrante.

(SASAKI, 1998, p.11)

Esta situação se deve ao grande diferencial de salários que recebe a população emigrante em relação aos salários recebidos no Brasil, o que acaba por justificar a sujeição a trabalhos mais penosos do que realizavam em seu país.

Portanto, foram criadas condições que favoreceram o descontentamento da população brasileira e permitiu colocar os trabalhadores brasileiros à disposição da demanda de mão-de-obra do capital internacional, desenvolvendo a possibilidade da mobilidade da força de trabalho. De acordo com a conjuntura econômica japonesa, havia uma necessidade de absorção de trabalhadores para fazer trabalhos de ordem braçal – não especializada – o que veio a estimular a saída de trabalhadores descendentes de japoneses para o Japão, uma vez que a lei de Imigração Japonesa, só permitia que os *nikkeis* realizassem esta migração, acreditando que a estes seria mais fácil a adaptação ao sistema de trabalho japonês.

3.6. Perspectivas sócio-econômicas dos *dekasseguis*.

Neste item, procuramos trazer o perfil sócio-econômico dos *dekasseguis* entrevistados, sua perspectiva de vida no Japão e o que mudou na vida destes após o retorno para o Brasil. .

A partir das considerações anteriormente relatadas podemos considerar que houve uma precarização do trabalho na contratação de *nikkeis* pelas empresas japonesas, uma vez que os trabalhadores recrutados representam uma mão-de-obra braçal, para realização de trabalhos pouco qualificados - por mais que eles tivessem algum tipo de especialização), sendo denominado de três Ks (*kitanai* – sujo; *kiken* – perigoso; *kitsui* – penoso); as quais os brasileiros acrescentaram mais dois Ks (*kibishii* - exigente e *kirai* – detestável), chamando, portanto, de cinco Ks. Ainda assim, são muitos os brasileiros que se dirigem ao Japão para trabalharem sob tais condições.

Por mais que haja um momento de crise no cenário econômico japonês e uma constante desvalorização do dólar em relação ao real, segundo os relatos dos *nikkeis*, ainda existe alguma vantagem em migrar para o Japão, devido a falta de empregos no Brasil e onde a mão-de-obra pouco qualificada não tem a ilusão de se auferir ganhos equivalentes ao do Japão por mais que se dediquem a uma carga horária elevada como naquele país.

Há, portanto, uma migração de trabalhadores que buscam o ganho significativamente elevado, por um período de tempo, com o objetivo de retornarem ao Brasil com uma quantia que lhes proporcionem viver com melhor padrão de vida neste país. Os *nikkeis* entrevistados afirmam que buscam se tornarem proprietários de um estabelecimento, constituído com o dinheiro economizado no Japão, ou mesmo continuando como empregados, mas com casa própria, carro e boas condições financeiras para se manter no Brasil.

Todos os *dekasseguis* de Ourinhos entrevistados, relataram que o motivo econômico foi o que influenciou na decisão de migrar, com objetivos de investimentos diferentes entre eles, como vemos na tabela a seguir:

Tabela 8. *Dekasseguis* entrevistados em Ourinhos. Objetivos de investimentos anterior à migração. 2007.

Investimento	Número de pessoas	Percentual
Curso superior	1	3,0
Investir após cursar universidade	1	3,0
Reforma da casa	4	12,1
Aquisição de casa	6	18,1
Aquisição de casa para locação	2	6,0
Aquisição de terrenos	3	9,0
Aquisição de carro	7	21,2
Comércio próprio	6	18,1
Pagamento de dívidas	2	6,0
Aquisição de propriedade rural	1	3,0
Total	33	100,0

*Ressaltamos que a soma total é superior ao número de entrevistados por alguns deles terem dado mais de uma resposta.

Fonte: Pesquisa de campo, Ourinhos, 2007.

As pessoas que relataram terem investido em um negócio próprio (sacolão, loja de artigos para decoração, loja de roupas, restaurante, empresa de transporte, imobiliária), avaliam que ainda é cedo para dizer se o investimento foi lucrativo ou não, pois eles ainda não superaram quatro anos de existência. Temos, ainda, pessoas que investiram na compra de casas para locação sendo que estas acreditam que o investimento tenha sido positivo. Além disto, tivemos dois relatos sobre investimentos em estudos, sendo que um deles afirmou estar com o dinheiro guardado para quando terminar a faculdade poder ter como investir em algo e, o outro, que usará o dinheiro para pagar a faculdade (ressaltamos que ambos são estudantes, o primeiro fazendo faculdade e o segundo terminando o Ensino Médio). Os investimentos apresentados são bastante diversificados, pois refletem o perfil dos entrevistados, como faixa etária, escolaridade e condição econômica anterior a migração, conforme demonstramos nas tabelas (9, 10 e 11) que seguem.

Tabela 9. *Dekasseguis* de Ourinhos. Idade dos entrevistados. 2007.

Idade	Pessoas	Percentual
20 a 30	2	20,0
31 a 40	3	30,0
41 a 50	3	30,0
51 a 60	1	10,0
60 ou mais	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, Ourinhos, 2007.

Percebemos com esta tabela que os trabalhos disponíveis no Japão, contemplam todas as faixas etárias, sendo que os mais jovens são mais procurados. No entanto, os relatos que tivemos e as demais pesquisas desenvolvidas acerca da temática permitem afirmar que as pessoas que possuem mais idosas também se beneficiam nos empregos onde o domínio da língua é fundamental. Estes acabam por realizar funções como acompanhantes de idosos ou em enfermarias de hospitais.

Tabela 10. *Dekasseguis* de Ourinhos. Escolaridade dos entrevistados. 2007.

Escolaridade	Pessoas	Percentual
Ensino Médio incompleto	1	10,0
Ensino Médio Completo	4	40,0
Ensino superior	5	50,0
Total	10	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, Ourinhos, 2007.

No que se refere a escolaridade dos entrevistados, percebemos que todos possuem certo nível de instrução, sendo que não conversamos - e não recebemos nenhuma indicação - de analfabetos ou somente com o Ensino Básico. Percebemos que, entre os migrantes *nikkeis*, devido à cultura japonesa trazida por seus ancestrais, o estudo é sempre muito importante, sendo então, que 50% dos nossos entrevistados, possuem formação superior e decidiram se ausentar do país por considerarem que seus ganhos no Brasil não eram suficientes para manter um padrão de vida que lhes fosse satisfatório.

Os trabalhadores são vendidos aos intermediários que, por sua vez, repassam-nos ao setor produtivo para serem espoliados ao máximo. Quando de sua exaustão são devolvidos ao país de origem, que os criou e lhes deu formação necessária para ingressarem no mercado de trabalho. Constata-se então que o investimento em educação apresenta-se altamente oneroso para a nação, penalizando duplamente países que não tem condições de ofertar aos seus jovens, condições satisfatórias de emprego e salário.

(ASARI e YOSHIOKA, 1996, p. 8)

Este fato pode ser verificado na tabela a seguir, onde mostramos as atividades exercidas pelos *dekasseguis*, antes da migração e seus respectivos salários.

Tabela 11. *Dekasseguis* de Ourinhos. Atividades ocupacionais dos entrevistados. 2007.

Ocupações	Pessoas	Faixa salarial	Percentual
Estudante	4	-	40,0
Funcionário de estabelecimento comercial/prestação de serviços	2	5 a 9 salários	20,0
Proprietário de estabelecimento comercial/prestação de serviços	3	3 a 8 salários	30,0
Funcionário Público	1	2 salários	10,0
Total	10	-	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, Ourinhos, 2007.

As características que permeiam o grupo de migrantes internacionais refletem que não migram somente aqueles que estão desempregados ou com grandes dificuldades financeiras, mas também, pessoas que procuram melhorar sua condição de vida, ou seja, estudantes, planejando investimentos futuros; recém-casados, em busca de conseguir uma casa ou um carro para iniciar uma nova família com alguns bens; casais, que buscavam uma melhor oportunidade já que o salário adquirido no Brasil, não era o suficiente para todos os seus gastos; pais e mães que, viajando sozinhos, buscavam uma outra forma de renda para

manter os gastos da família; além daqueles que objetivavam pagar suas dívidas que devido ao déficit de seus salários foram se acumulando ao longo de um tempo de trabalho e vida no Brasil.

Assim, este perfil apresenta uma camada de trabalhadores que se encontra no auge de sua idade produtiva (ressaltamos que as pessoas mais velhas entrevistadas, iniciaram seus deslocamentos em direção ao Japão, no início dos anos 90, quando ainda possuíam muita disposição para trabalhos exaustivos) e que, por mais que tenham como objetivo retornar ao Brasil depois de acumularem uma boa quantia em dinheiro no Japão, deixam o país no melhor momento de suas vidas. Quanto a isto, Teresa Sales afirma que,

Estamos fugindo de nossa década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais. As migrações recentes de brasileiros para os Estados Unidos, para o Japão, para Portugal, para Itália e até para o Paraguai, são o retrato cruel de um Brasil que, se na passagem do século passado e primeiras décadas do atual recebia imigrantes que para aqui trouxeram seu legado de técnica e cultura, agora, na passagem para um novo século, começa a exportar o que há de melhor em seu território: o seu povo.

(SALES, 1995a, p.5)

E completa dizendo:

Na construção de uma nova ordem mundial marcada pela integração e pela flexibilização do mercado de trabalho, onde os imigrantes estrangeiros formam uma nova categoria de trabalhadores sujeitos às maiores explorações e falta de garantias trabalhistas básicas, o Brasil perde o bonde da história e se incorpora ao time dos países exportadores de mão-de-obra. São homens e mulheres jovens, com os quais o nosso precário Estado do Bem Estar gastou, de qualquer forma, em saúde e educação e que, no momento mais precioso de suas vidas, vão realizar um trabalho geralmente aquém de suas qualificações.

(SALES, 1995a, p.6)

Assim, os *dekasseguis*, deixam o país na perspectiva de trabalhar muito para ganhar e acumular uma quantia em dinheiro, para quando retornarem, terem condições de montar seu negócio próprio, comprar um imóvel ou carro; pagar a faculdade, que representam investimentos altos para os que estão em início de carreira, ou para os que estão passando por difíceis situações financeiras no Brasil. Enquanto que, no Japão, em alguns anos de trabalho são proporcionados rendimentos suficientes para contemplar suas expectativas. As tabelas

apresentadas no capítulo anterior, mostram que os salários¹³ recebidos pelos *nikkeis* de Ourinhos no Japão, eram relativamente altos, porém, só conseguiram alcançar seus objetivos quando retornaram, após terem passado por muitas privações no Japão, procurando viver com o mínimo possível de despesas para poder guardar mais dinheiro.

Os *dekasseguis* entrevistados, conseguiam poupar em média 60% do salário recebido, onde cerca de 20% era destinados às despesas de moradia e alimentação e os outros 20% eram gastos com vestuário e passeios. Sendo assim, percebemos que os gastos no Japão precisam ser bastante restritos para que os *dekasseguis* realmente consigam voltar com dinheiro suficiente para ser investido no Brasil.

No entanto, todos os entrevistados se mostraram satisfeitos com o tempo que passaram no Japão, conseguiram alcançar seus objetivos e ainda relatam que registram como experiência a disciplina quanto ao trabalho que tiveram de adquirir. Ressaltamos que quatro pessoas entrevistadas eram bastante jovens - menos de 20 anos - quando realizaram a primeira viagem ao Japão e que nunca tinham trabalhado no Brasil, sendo assim, todo rigor quanto a horários e ritmo de trabalho e responsabilidade quanto a atividade exercida, foi obtido no Japão. Os relatos mostram que os *dekasseguis* procuram aplicar tais experiências no cotidiano de trabalho no Brasil.

3.7. A importância das redes sociais no cotidiano dos *dekasseguis*. A decisão de migrar e a permanência no Japão

Sabemos que os deslocamentos populacionais resultam de uma confluência de fatores sócio-políticos e econômicos dos países que recrutam e que expulsam os trabalhadores, conforme já apresentado nos capítulos anteriores. O ato de migrar não é, portanto, fruto de uma decisão individual. Para a efetivação do processo migratório, além de questões conjunturais, relações internacionais e uma gama de aspectos legais, jurídicos, políticos e administrativos, percebemos que faz-se imprescindível, o estabelecimento das redes que se formam para o recrutamento, encaminhamento, treinamento e apoio dos migrantes. Nestas, percebemos o surgimento dos intermediários, responsáveis pelo contato entre o trabalhador migrante e a empreiteira no Japão, os quais são as agências de turismo formais

¹³ Ressaltamos que os salários apresentados na Tabela 4. “Japão. Empregos ocupados pelos *dekasseguis* de Ourinhos entrevistados” já estão acrescidos de horas-extras, onde os *dekasseguis* conseguem ganhar 25% a mais de seu salário.

que vendem as passagens aéreas e os agenciadores que ganham uma comissão ao enviar os *dekasseguis* para o Japão.

Em nossa pesquisa percebemos a importância desses grupos para efetivação das viagens. Em todos os casos relatados as pessoas buscaram orientação de amigos ou parentes para a realização da viagem, procuram saber como são as relações de trabalho, as condições de vida no Japão, ou simplesmente, que agência de turismo se utilizar para auxiliar no deslocamento. O quadro a seguir apresenta como aconteceram os primeiros contatos para o deslocamento.

Quadro 7. *Dekasseguis* entrevistados em Ourinhos. Agências de viagem, financiamento e obtenção das informações anteriores à migração

Agência de Viagens	Aquisição das passagens	Obtenção das informações
Agência de São Paulo no Bairro da Liberdade	Passagem financiada	Indicação de colegas
Agência de São Paulo no Bairro da Liberdade	Passagem financiada	Indicação de colegas
Agência de São Paulo no Bairro da Liberdade	Pagou as passagens antes de viajar	Indicação de parentes
Agência de São Paulo no Bairro da Liberdade	Passagem financiada	Indicação de colegas
Agência de turismo de São Paulo	Passagem financiada	Indicação de parentes
Agência de turismo de Marília	Passagem financiada	Propaganda em revista
O contrato era direto com as empreiteiras no Japão.	Pagou as passagens antes de viajar	O irmão intermediou as relações, pois já trabalhava na empresa.
Agência de Assai	Passagem financiada	Indicação de parentes
Arrumou emprego direto com a empresa que fazia peças para a Toyota	Passagem financiada	Um senhor amigo de São Paulo o apresentou aos diretores da empresa.
Nihon tur – Ourinhos	Passagem financiada	Indicação de colegas

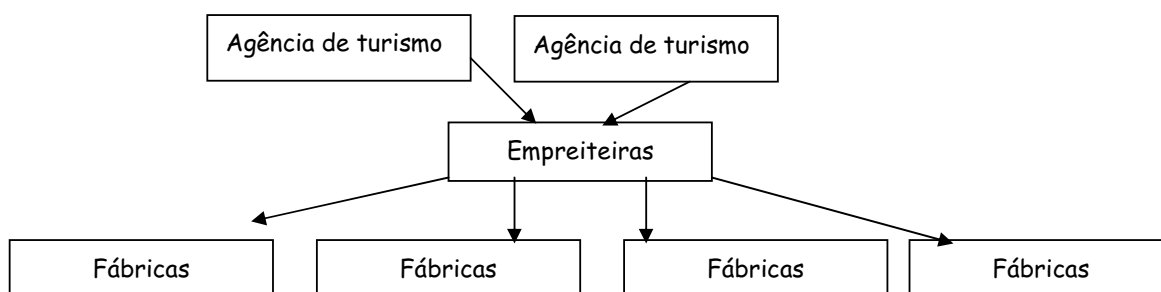
Fonte: Pesquisa de campo, Ourinhos, 2007.

No início do fluxo migratório para o Japão – finais dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 - os próprios representantes das empresas, carentes de mão-de-obra, vinham ao Brasil em busca de trabalhadores. Com o aumento da oferta e da procura por empregos no Japão, novos elementos foram aparecendo para intermediar as relações de trabalho, como as empreiteiras e as agências de turismo, especializadas neste ramo de viagem. As empreiteiras surgem como estabelecimentos terceirizados que realizam os contratos entre as empresas e os trabalhadores, ficando a cargo delas o recrutamento, a seleção, o treinamento, o controle do desempenho do trabalho, além da locação de moradias e o salário dos contratados. Desta maneira, a empresa fica isenta de qualquer relação trabalhista, pagando a firma terceirizada

por este trabalho. Tal fato justifica que muitos *dekasseguis* não se recordam dos nomes das empresas em que trabalharam, a não ser quando se tratam das grandes empresas que são conhecidas no Brasil.

Para auxiliar no processo de recrutamento, surgem as agências de turismo que auxiliam na organização da documentação do migrante e fazem o contato com as empreiteiras de acordo com o perfil de cada *nikkei* interessado na viagem (em anexo, encontra-se um cadastro que é preenchido pelos *dekasseguis* antes da viagem).

Figura 2: Esquema de agenciamento do trabalho para empresas Japonesas



Assim, esta estrutura de agenciamento de trabalho termina por organizar um território em rede, que orienta as ações de um grupo social e que possui gestão sobre atividades que remontam a grandes somas de dinheiro.

Em Ourinhos, conversamos com pessoas responsáveis por duas agências de turismo que realizam este tipo de agenciamento. A primeira, Nihon Tur, com sede em São Paulo (SP), possui filiais em Botucatu (SP), Londrina (PR) e Ourinhos (SP). Em Ourinhos, seu gerente nos contou que sua principal forma de propaganda é a indicação de pessoas que já se utilizaram de seu serviço, embarcam em torno de 50 passageiros por ano, principalmente para as regiões de Aichi Ken e Shizuoka Ken, sendo que as principais fábricas contratantes são Muratas, Nsk, Padaria Yamada e Sony.

A segunda, a Terra Viagens, existe há 17 anos, porém, em Ourinhos, ainda funciona sem uma sede fixa, sendo o escritório de seu representante em sua casa. Este realiza o recrutamento através de propagandas em jornais, ou indicações de conhecidos, realiza as visitas de casa em casa orientando sobre o tipo de trabalho e forma de vida no Japão. A agência conta ainda com o serviço de uma *telemarketing*, que busca descendentes através da

lista telefônica e oferece serviços no Japão, além de manter sempre contato com as famílias daqueles que já se utilizaram de seus serviços, oferecendo novas possibilidades de emprego. Depois é realizada a visita aos possíveis *dekasseguis*. Possuem, ainda, um escritório no Japão, em Shizuoka, para prestar orientações e assistência aos *dekasseguis* embarcados por eles. Esta existe no Japão há três anos e possui o nome de Amazon Gride Service. A agência também realizou parceria com Banco Real para financiar as passagens com taxa de 3% de juros. Na região de Ourinhos, recrutam em média cinco pessoas por mês, sendo que as áreas de destino mais comuns são Aichi, Shizuoka, Mie e Shiga, onde os trabalhadores se destinam às empresas de eletrônicas e autopeças e para Tóquio, Osaka e Hyogo, para empresas de alimentação.

As agências, portanto, são procuradas porque estas facilitam na organização da documentação, além de possuírem contatos com as empreiteiras no Japão, intermediando o contrato de trabalho e representando uma rede formal que facilita a organização do trabalho dos *dekasseguis* de Ourinhos, embora 50% deles tenham viajado com agências de São Paulo. Os *nikkeis* de Ourinhos justificam terem procurado outras agências – fora de Ourinhos – por estas ainda não serem consolidadas na época de suas viagens, mas, verificamos também, que as redes informais são muito significativas, uma vez que todos receberam informações de amigos para procurarem as agências no Bairro da Liberdade, em São Paulo.

Encontramos ainda relatos de pessoas que, através de contatos no Japão, não se utilizaram dos serviços de agências no Brasil. M.N., de 61 anos, nos contou que já realizou seis viagens para o Japão, sempre pagou suas passagens e tinha como estratégia ficar por um tempo na casa do irmão, que mora no Japão, comprava jornais e ligava para as empreiteiras que tinham feito anúncios até conseguir um emprego que a satisfizesse. S.H., de 50 anos, nos contou como foi seu recrutamento:

Arrumei emprego direto com a empresa que fazia peças para a Toyota, um senhor amigo de São Paulo me apresentou aos diretores da empresa [empreiteira]. Apresentei alguns amigos para os japoneses e fomos todos juntos para o Japão. Realizei um tipo de agenciamento, sem receber nada por isto. Quando decidi ir para o Japão passei três meses estudando a língua e isto me facilitou o contato. Falei para os amigos que era preciso aprender a língua, mas não se dedicaram. Então passei a intermediar as relações deles com os chefes no Japão. Eles passaram a achar que eu estava levando vantagem em cima deles, brigamos. Eles não souberam reconhecer meu empenho em levá-los para o Japão, sendo que faziam intrigas sobre mim para os chefes.

(S.H., *nissei*, 50 anos)

Assim, percebemos que as redes se interconectam, pois amigos indicam agências, que indicam empreiteiras que realizam o contrato com as empresas e, quando estão no Japão, os *nikkeis* fortalecem os vínculos com o Brasil, ajudando amigos e/ou parentes a arrumarem emprego naquele país, ou seja, passam eles a indicar agências, empreiteiras ou os chefes das fábricas (quando o contrato é feito direto). Todos os entrevistados disseram ter ajudado de alguma forma novos *dekasseguis* a irem para o Japão.

[...] Esse processo implica levas (sucessivas no tempo) de migrantes que vão e que retornam ao Brasil, que voltam novamente ao país de destino, formando assim uma cadeia que vai aos poucos se solidificando, assentada nas várias redes sociais que nada mais são do que os sustentáculos para a continuidade daquela cadeia migratória, resultada da formação de um novo grupo étnico.

(SALES, 1999, p. 176)

Sales (1999) salienta que um novo grupo étnico está sendo formado na migração, um grupo que se une, portanto, um deslocamento que passa a buscar uma identidade nas adversidades, um grupo onde as organizações sociais são reorganizadas e novas territorialidades se expressam (como comentaremos no item seguinte).

Esta massificação do fluxo migratório em direção ao Japão, levou a formação não somente das redes que facilitam o deslocamento, como as agências de turismo, empreiteiras e pessoas que, após passarem alguns anos no Japão, passam a exercer este tipo de intermediação entre os *dekasseguis* e as empreiteiras japonesas; como também centros de apoio e orientação aos trabalhadores brasileiros, como é o caso do CIATE (Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior) localizado no Bairro da Liberdade, em São Paulo. O objetivo deste centro é dar orientação sobre os mais variados aspectos da sociedade e cultura japonesa e é desenvolvida nas três fases que envolvem a migração de trabalhadores brasileiros ao Japão: antes de sua ida, no período de sua permanência e após o seu retorno. Suas atividades de informações são:

- Ofertas de emprego no Japão;
 - A cultura, os usos e costumes, e a vida cotidiana no Japão;
 - Legislação trabalhista japonesa;
 - Assessoria jurídica;
 - Sistema educacional no Japão;
 - Seguro-social (saúde, previdência, desemprego, acidentes de trabalho) japonês;
 - Restituição de aposentadoria e solicitação de pensão;
 - Imposto de renda (bitributação) e demais tributos do Japão;
- Além do fornecimento de informações e orientações, o CIATE desempenha as seguintes atividades:
- Realização de cursos preparatórios para quem pretende ir ao Japão;

- Promoção de seminários e palestras sobre temas atuais e de grande interesse;
- Realização do CIATE itinerante em cidades situadas fora de São Paulo;
- Apresentação de órgãos públicos e entidades assistenciais;
- Atendimento de consultas via internet;
- Realização de pesquisas de opinião pública;
- Outras informações e orientações.

(<http://www.ciate.org.br/institucional.php3>, obtido em 20/01/2008)

O CIATE-SP é um órgão que trabalha em estreito relacionamento com o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão, e possui 8 escritórios em todo o Japão. Além deste, existem outras organizações similares no Japão que, segundo SASAKI (1999), devem existir mais de 600 agências de informação, orientação e apoio aos trabalhadores migrantes estrangeiros no Japão.

3.8. A presença nipo-brasileira no Japão.

O fenômeno migratório dos *dekasseguis* assume uma característica muito peculiar, uma vez que não migram indistintamente brasileiros, mas apenas os descendentes de japoneses ou *nikkeis*, ou seja, acaba por ser uma migração de trabalhadores que assume um caráter étnico, fato que só se torna possível por existir um número tão significativo de pessoas com descendência japonesa fora do Japão. A partir dos anos de 1980, alguns agenciadores japoneses começam a visitar o Brasil em busca de mão-de-obra pouco qualificada, no entanto, é a partir dos anos de 1990, que a população *nikkei* começa a se interessar mais por este tipo de trabalho. Com a instabilidade econômica gerada pelos governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, os descendentes de japoneses que assumiam uma posição satisfatória na esfera social brasileira, começam a perder seu poder de consumo, dificultando a permanência do mesmo padrão de vida, fato então, que os leva a reavaliar a possibilidade de migrarem ao Japão para realizar trabalho temporário.

Com o desenvolvimento das indústrias japonesas, a contratação de trabalhadores para realizarem serviços pouco qualificados era notória, assim, uma grande parcela de trabalhadores ilegais vindos de todo Sudoeste da Ásia adentraram o mercado de trabalho japonês. Porém, para os japoneses, acostumados com rígidos padrões homogêneos esta mão-de-obra não era bem vista. Assim, a solução encontrada foi a busca por imigrantes japoneses que estivessem em outras partes do mundo, sobretudo, na América Latina, devido aos fatores

econômicos vivenciados nestes países. Assim, com a migração de seus descendentes seria mais fácil a adaptação ao país e a cultura e, com isto, também seria mantida a homogeneidade étnica do país (OLIVEIRA, 1999). Por isto, em junho de 1990 é promulgada a Lei de Controle de Imigração Japonesa, que favorecia a entrada de imigrantes japoneses de primeira e segunda geração naquele país. Yamanaka, citado por Sasaki, confirma que

Os documentos oficiais, que datam de antes da reforma de 1989/90 (da Lei de Imigração Japonesa), sugerem que a manutenção da homogeneidade cultural e ‘racial’ é a maior preocupação dos políticos e dos regimentos do Partido Democrata Liberal. Tais documentos sempre se referem à posse do Japão de um ‘grupo étnico, uma língua’ como um fator crucial que contribuiu para o milagre econômico pós-guerra. Os nikkeis são aceitáveis porque, como parentes de japoneses, eles seriam capazes de assimilar a sociedade japonesa sem considerar a nacionalidade.

(Yamanaka citado por SASAKI, 1999, p. 253)

Kawamura complementa afirmando:

A política imigratória restrita aos descendentes, adotada pelo governo japonês, condiz com a valorização da consangüinidade na definição do parentesco – nacionalidade e com a postura cultural de busca do consenso, homogeneidade e continuísmo; e afastamento do conflito, desarmonia e diferença, em uma ótica funcional e positiva da sociedade. Nessa abordagem, a sociedade deve ser preservada de elementos estranhos e nocivos, não funcionais em relação ao desenvolvimento harmônico da nação, concepção esta com forte teor nacionalista, historicamente construída.

(KAWAMURA, 1999, p. 205)

Esta exigência, no entanto, só é possível pelo fato de muitos japoneses terem deixado o Japão no início do Século XX - também vendendo a força de trabalho - para países que se demonstravam promissores e que, atualmente, como países subdesenvolvidos possuem grande parte de sua população desempregada ou subempregada, dentre os quais, muitos são descendentes de japoneses e possibilitam que este tipo de “determinação” do governo japonês possa ser cumprida.

Temos que considerar ainda que a ida de *dekasseguis* para o Japão, mostra-se uma exploração dupla, do trabalho e de pessoas da mesma origem. Porém, não devemos nos esquecer que em países de economia capitalista, este tipo de exploração sempre ocorreu e continua ocorrendo até nossos dias. Ademais, como já se referiu anteriormente, o capital não tem pátria, ele necessita de mão-de-obra, matéria-prima, enfim, dos meios de produção e, ele vai buscá-los onde é mais favorável para sua reprodução.

(ASARI, 1992, p. 131)

Assim, a migração de brasileiros se dá com uma falsa impressão de migração étnica, a qual seria favorecida em função da consanguinidade. No entanto, a semelhança entre os nipo-brasileiros e os japoneses se restringe a aparência física, sendo estes, vítimas de forte preconceito pela sociedade local.

Embora de ascendência japonesa, esses migrantes não são bem aceitos pela sociedade local, por não terem os mesmos hábitos e por não falarem a língua. São considerados estrangeiros no Brasil por serem de ascendência nipônica e, por não terem nascido no Japão, são entendidos como estrangeiros também naquele país. No fundo, são autênticos desenraizados.

(ROSSINI, 1995a, p. 106)

Os *dekasseguis* relatam situações em que se sentiam vigiados ou que ao entrar em lojas, anúncios sobre a presença de brasileiros eram ouvidos dos alto-falantes, além das muitas situações desagradáveis sofridas no ambiente de trabalho. Muitos atribuem este tipo de relação dos japoneses com os brasileiros, fruto de uma série de problemas de comportamento dos *nikkeis* no Japão, no entanto, justificam que este comportamento inadequado está relacionado aos jovens brasileiros que, sem poder trabalhar no Japão, acabam se ocupando de atos ilícitos.

Os filhos de brasileiros ficam sem fazer nada no Japão porque não podem trabalhar e não querem estudar e, ficam o tempo todo só gastando o dinheiro dos pais, que ganham bem, daí acabam roubando ou participando de rachas de automóveis.

(S.K., *sansei*, 20 anos)

Os maiores problemas estão relacionados ao comportamento dos mais jovens. Eles praticam rachas, falta de respeito, isto fruto de uma geração que está no Japão, sem trabalhar e gastando o dinheiro dos pais que passam o dia fora trabalhando.

(S.H., *nissei*, 50 anos)

Nakagawa (2007) apresenta argumentos que nos auxiliam nas análises das entrevistas, sendo que afirma que as crianças passam a trocar o SER pelo TER e busca adquirir bens materiais de qualquer forma, saqueando os pais ou estabelecimentos comerciais. Nesta ocasião, os pais passam a ser coniventes com tal situação em função de sua ausência devido ao rito intenso de trabalho.

Com os pais trabalhando em tempo integral, muitas vezes cumprindo horas-extras, a maioria das crianças está crescendo sem a figura de um adulto que possa ser interlocutor de suas ansiedades e modelos que

possibilitem uma identidade mais concreta. [...] Nessas condições, a carência da criança fica ainda mais acentuada, perdendo inclusive a “confiança” no adulto enquanto protetor, agregador, continente. Muitas vezes buscam em atividades ilícitas alguma escapatória numa tentativa de readquirir bem estar emocional, não sendo raro encontrar adolescentes cometendo infrações e fazendo uso de drogas.

(NAKAGAWA, 2007, p.23)

Se não bastassem os problemas de relacionamentos entre os brasileiros e os japoneses, os *dekasseguis* ainda relatam a dificuldade da convivência com outros brasileiros no ambiente de trabalho. Dizem que, no Japão, o brasileiro se torna muito competitivo e não hesita em tomar atitudes anti-éticas para conseguirem seus objetivos, buscando uma aproximação com os chefes em função de uma ascensão na empresa. Todos os *dekasseguis* entrevistados disseram enfrentar este tipo de realidade, o que possibilita afirmarmos que a solidariedade entre os nipo-brasileiros só se dá fora do ambiente de trabalho. Isto evidencia a crueldade imposta pelo sistema, onde, mesmo com tantas dificuldades no processo de adaptação a um país tão diferente do Brasil, os *dekasseguis* se distanciam no ambiente onde mais passam seu tempo, tornando muitas vezes, insuportável sua estadia no Japão.

O maior problema foram as intrigas entre os brasileiros que sentiam inveja de mim por eu sempre assumi posição de chefia nos empregos que arrumava, mesmo que estivesse há pouco tempo trabalhando. Mas eu aprendi a falar a língua japonesa para ir para o Japão, pois sabia que isto me ajudaria e eu sempre procurava a melhor forma de produção, tenho um posicionamento de liderança. Muitas vezes, eu facilitava o trabalho para os brasileiros, diminuindo a produção, mas garantindo a qualidade dos produtos.

(S.H., *nissei*, 50 anos)

No trabalho senti dificuldades com os brasileiros que são muito competitivos, possuem ciúmes uns dos outros e não ensinam o serviço. O pessoal não é muito unido.

(O.K., *nissei*, 38 anos)

No Japão as pessoas, mesmo os brasileiros, não são muitos confiáveis, são muito competitivos e não hesitam em puxar o tapete uns dos outros.

(S.K., *sansei*, 20 anos)

L. I., de 33 anos, nos conta que passou 13 anos no Japão, foi a primeira vez com a mãe, e depois se casou e teve filhos naquele país. Quando ficou grávida, sentiu algumas dificuldades quanto ao cotidiano da gravidez e acabou criando junto com uma amiga, a Associação de Mães de Hamamatsu

A gente se ajudava quanto à passeios, tínhamos uma van, que enchíamos de mães e levávamos para passear. Descobrimos a existência de escolinhas japonesas da prefeitura, onde a gente podia levar nossos filhos para brincar. E também dávamos assistência quanto à saúde das grávidas, levávamos à hospitais e buscávamos toda forma de ajuda necessária. Era muito gostoso! A gente se divertia muito.¹⁴

(L. I., *sansei*, 33 anos)

Assim, percebemos que a rede de ajuda mútua se estabelece nas dificuldades; no entanto, quando se refere ao trabalho há um distanciamento entre os brasileiros, o que se inverte nos momentos de lazer, pois se tratam dos únicos vínculos de afetividade que os *dekasseguis* têm no Japão – os brasileiros.

3.8.1. A formação de novas territorialidades no Japão.

Partindo das considerações sobre a intensa mobilidade de trabalhadores brasileiros ao Japão, iniciada em fins dos anos de 1980, refletimos sobre a influência dos brasileiros que os *dekasseguis* vêm sobre a sociedade japonesa com o passar dos anos. Ressaltamos que apesar do fluxo ter diminuído nos últimos anos, a emigração de brasileiros para o Japão ainda é bastante significativa (Tabela 12), sendo que, redes sociais foram criadas tanto no Brasil como no Japão, garantindo a plena realização do processo em terra estrangeira.

¹⁴ Vale ressaltar que nesta época a entrevistada parou de trabalhar e se dedicou totalmente a esta associação, tendo o marido assumido todas as despesas no Japão.

Tabela 12. Número de brasileiros no Japão. 1985-2006

Ano	N.º de Brasileiros	Taxa de Crescimento (%)
1985	1.955	
1986	2.135	9.20 %
1987	2.250	5.38 %
1988	4.159	84,80%
1989	14.528	249.31 %
1990	56.429	288.41 %
1991	119.333	111.47 %
1992	147.803	23.85 %
1993	154.650	4.63 %
1994	159.619	3.21 %
1995	176.440	10.53 %
1996	201.795	14.37 %
1997	233.254	15.58 %
1998	222.217	- 4.73 %
1999	224.299	0.93 %
2000	254.394	13.41 %
2001	265.962	4.54 %
2002	268.332	0.89 %
2003	274.700	2.37 %
2004	286.577	4.32 %
2005	302.080	5.41%
2006	312.979	3,60%

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2007 obtido em 30/10/2007 no site <http://www.abdnet.org.br>

Percebemos com a tabela 12 que o fluxo migratório para o Japão é bastante expressivo, sendo em 2006, mais de 312.979 brasileiros no Japão. Este fato começa a gerar novas organizações de redes sociais que visam dar perpetuação ao processo migratório, tanto quanto a infra-estrutura quanto ao conforto emocional do migrante, se realizando de diferentes maneiras. No que se refere aos costumes brasileiros no Japão, uma rede de comércios e prestações de serviços passa a se consolidar como negócios de brasileiros para brasileiros, possibilitando que os *nikkeis*, que se encontram no Japão, tenham acesso a produtos que consumiam no Brasil, variando de alimentação, vestuário, decoração, cosméticos etc. Assim,

Na periferia da economia japonesa surgiram ainda novos estabelecimentos, como casas comerciais de produtos alimentícios, confecções, produtos de perfumaria, calçados fabricados no Brasil; além disso, expandiram-se restaurantes com comida típica, locadoras de filmes em língua portuguesa, casas noturnas com música brasileira, cabeleireiros, serviços de reparação e até venda de carros usados para brasileiros – tudo isso sob controle de brasileiros ou japoneses retornados do Brasil e protegido por avalistas japoneses que são, na realidade, os investidores efetivos. A maioria desses locais tornou-se ponto de encontro de brasileiros para troca de informações sobre emprego, moradia etc., bem como recrutamento, seleção e encaminhamento de trabalhadores brasileiros, constituindo, assim, uma verdadeira rede de informações.

(KAWAMURA, 1999, p.89)

Além destes, ainda na tentativa de dirimir as saudades do Brasil, uma imprensa voltada para os nipo-brasileiros começa a surgir, são jornais e revistas escritos na língua portuguesa, além da TV via satélite, que traz toda a programação brasileira para os migrantes. Com isso, existe todo um aparato de infra-estrutura para dar subsídios a estes brasileiros que se encontram no Japão.

Em nossa pesquisa, todos os entrevistados afirmaram consumir produtos brasileiros no Japão, ainda que esses fossem mais caros. Os que disseram estar em lugares que não havia muita concentração de comércios destinados aos brasileiros, apelavam para o uso da internet¹⁵, para entregas das compras em suas residências, ou nas folgas, buscavam os lugares que tivessem mais brasileiros, onde então, podiam freqüentar restaurantes e supermercados com produtos do Brasil. Eles ainda relatam que tentavam se manter informados comprando os jornais e revistas ou assistindo os canais de TV por assinatura.



Foto 19 - Loja de carros - Gunma-ken, Oizumi-machi voltada à comunidade brasileira no Japão
Fonte: http://www.garageapollo.com/a_loja.htm



Foto 20 - Oficina mecânica - Gunma Ken
Fonte: <http://br.geocities.com/sakamotojidosh/>

¹⁵ É impressionante o número de *sites* disponíveis para compras de produtos brasileiros no Japão, nesta pesquisa tentamos fazer algumas buscas na internet, mas o número de *links* de acesso eram tantos que não seria possível levantar todos eles. As lojas virtuais representam todos os setores de atividades, suprindo todas as necessidades materiais dos *dekassegus*. Ressaltamos, ainda, que alguns dos *sites* distribuem os estabelecimentos por províncias e cada um destes disponibiliza mapas indicando a localização do estabelecimento e de suas filiais espalhadas pelo Japão.



Foto 21 - Moda Made in Brazil – Shizuoka-Ken - Hamamatsu
Fonte: <http://www.modamadeinbrasil.com.br/>



Foto 22 - Pizzaria Big Bel Aichi-Ken – Toyota
Fonte: <http://www.bigbelpizza.com/>



Foto 23 - Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Sistema Objetivo) para brasileiros em Aichi-ken
Fonte: <http://www.cantinhobrasileiro.com/>



Foto 24 - Escola de educação formal com currículo brasileiro. - Aichi-ken, Mie-ken e Shizuoka-ken
Fonte: <http://www.alegriadesaber.jp/>

Santa Brazil HAPPY HOUR!
18:00 - 22:00

Venha comer a VONTADE!
ACOMPANHA CHURRASCO INCLUIDO COUVERT ARTÍSTICO

Mulher **¥1,900 + FREE DRINK ¥1,500**
Homem **¥2,500 + FREE DRINK ¥1,500**
FREE DRINK por 90min (Sucos, Refrigerantes, Coquetéis, Vinho)

食べ放題
シャブとシエフ + フラジル料理

女性 **1,900円 + フリードリンク 1,500円**
男性 **2,500円 + フリードリンク 1,500円**
90分飲み放題 カクテル・ワイン・ソフトドリンク

Figura 3 - Bar Brasileiro no Japão

Fonte: <http://sambabrazil.jp/html/info.htm>

Compras de	Frete	Taxa
Compras de R\$ 100 até R\$ 999 até 1 caixa com peso aproximado de 25kg	R\$ 800	R\$ 800
Compras de R\$ 10.000 até R\$ 21.999 até 1 caixa com peso aproximado de 11kg	R\$ 800	R\$ 800
Compras acima de R\$ 22.000 até 1 caixa com peso aproximado de 11kg	R\$ 700	R\$ 800

Telefendas: 053-444-1530

Figura 4 - Folder de supermercado

Fonte: <http://www.atacaado-online.com/news>

Estes estabelecimentos, criados necessariamente para atender o público nipo-brasileiro que se encontra no Japão, demonstra a formação de novas territorialidades que resgatam os costumes que estas pessoas tinham no Brasil, impondo a sua marca em solo japonês. Apresentamos no quadro abaixo as províncias que possuem maiores concentrações de nipo-brasileiros no Japão, refletindo nestas, as marcas da cultura brasileira.

Quadro 8. Províncias japonesas com mais brasileiros.

	2000	2001	2002	2003	2004
Aichi	47.561	51.546	54.081	57.336	63.335
Shizuoka	35.959	39.409	41.039	41.489	44.248
Mie	15.358	16.737	17.012	17.898	18.157
Nagano	19.945	17.830	17.537	17.619	17.758
Gifu	14.809	14.925	15.138	15.756	17.596
Gunma	15.325	16.239	15.636	16.449	16.455
Saitama	12.831	14.088	13.794	13.932	14.030
Kanagawa	12.295	13.650	13.768	13.837	13.860
Shiga	10.125	10.182	10.794	10.940	12.128
Ibaraki	10.803	10.974	10.950	10.995	11.259

Fonte: Ministério da Justiça do Japão, 2007 obtido em 30/10/2007 no site <http://www.abdnet.org.br>

No Japão não importa a região de origem do território brasileiro, não importam a religião ou a qual associação nipônica pertenciam, ou os laços afetivos e culturais que tinham, o que importa é o encontro com pessoas que falam a mesma língua e possuem hábitos de lazer, de vestuário e de alimentação semelhantes. É nesta identificação que SALES (1999) aborda como um novo grupo étnico se forma, ou seja, nas adversidades encontradas no Japão, o *nikkei* se une enquanto brasileiro e não importa a semelhança física com os japoneses ou herança cultural japonesa, influência de seus ancestrais; no Japão, os *nikkeis* são brasileiros e resgatam o que há de mais típico do país.

Nos detalhes mais inusitados do cotidiano, permanece sempre a sensação de ser “um peixe fora d’água”, pois os comportamentos culturais destas pessoas divergem substancialmente dos padrões japoneses. Nos aspectos básicos do dia-a-dia, seus hábitos são essencialmente brasileiros, fato que é facilmente notificado em contraste com o padrão cultural japonês. Alimentação, vestuário, higiene do corpo, regras de disciplina, relacionamentos pessoais, hábitos cotidianos os mais variados. Em todos estes aspectos, o que se percebe é a marca da presença brasileira.

(OLIVEIRA, 1999, p. 294)

Assim, é muito comum que pessoas que não gostassem de samba no Brasil, no Japão, até arrisquem alguns passinhos; pessoas que não tinham o hábito de comer arroz, feijão, salada e bife, no Japão, este passe a ser seu prato predileto, pessoas que não freqüentavam igrejas, no Japão, passam a participar de missas e grupos religiosos (SASAKI, 1999, OLIVEIRA, 1999, SALES, 1999). Esta busca pela identidade, reforça as origens destes

migrantes, que mesmo tendo uma ascendência japonesa, são brasileiros e não teria outra razão de ser, já que nascidos e criados no Brasil. SASAKI (2002) quanto à questão da identidade apresentada no movimento migratório, afirma que

Vamos nos referir à 'roupa' como um valor ou bagagem cultural. Para a viagem, você escolhe algumas roupas, não levando todos os seus pertences. Lá, seu guarda-roupa terá as roupas do país de origem e também as que foram adquiridas no país hospedeiro. Ou seja, além de não levar todos os seus pertences, você também adquire novos elementos da experiência migratória. Daí vai escolher uma roupa para cada ocasião.

(SASAKI, 2002, p. 11)

Assim, passa a ser construído um território do *dekassegui* brasileiro sobre o território político-administrativo japonês, assumindo formas, características e usos tipicamente brasileiros, sendo estes nitidamente visíveis em bairros frequentados predominantemente por brasileiros, como na cidade de Hamamatsu e em algumas edificações externalizam na paisagem, as referências ao Brasil, como supermercados, bancos etc. Além disto, podemos verificar esta territorialidade no que se refere ao próprio corpo do migrante, onde por mais que haja o fenótipo semelhante, eles se reconhecem entre si e sabem diferenciar brasileiros de japoneses, sendo que o inverso também ocorre, ou seja, são facilmente identificados pelos japoneses como brasileiros.

Apesar de partilharem de um fenótipo semelhante ao dos japoneses, os *dekassegui*s afirmam que é possível se perceber um brasileiro a quilômetros de distância no Japão. Pelas vestimentas, pelo jeito de andar, pela forma de mexer as mãos quando fala, de longe, sem nem precisar ouvir a pessoa falar português, já se sabe que é brasileiro. [...] Tudo isso é percebido sem que nem ao menos se necessite chegar perto dessas pessoas para se reconhecer a diferença.

(OLIVEIRA, 1999, p. 295)

Esta marca deixada pelos *dekassegui*s brasileiros no Japão faz referência ao que HAESBAERT (1999, 2004, 2005, 2007) chama de territórios identitários onde o processo de (des)territorialização gerado em função de motivos já elencados anteriormente, leva a formação de novas territorialidades, sem portanto perder as suas origens, porém, as (re)constróem em novas áreas.

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...]. De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica do espaço pelos seus habitantes.

(HAESBAERT, 1999, p. 172)

Assim, entendemos que a bagagem cultural trazida pelos migrantes *nikkeis* é absorvida em território japonês, compondo uma área híbrida e que é utilizada por todos brasileiros residentes no Japão¹⁶.

Eu gostava de estar com brasileiros, isto fazia com que me sentisse em casa. Costumava freqüentar restaurantes e supermercados. É muito importante que haja este tipo de estrutura. Hoje você não sente falta de nenhum produto brasileiro no Japão. Eu comprava jornais, revistas, comidas, enlatados, tinha TV por assinatura. Tinha contato com muitos brasileiros no Japão, a gente costumava freqüentar pontos turísticos, *shoppings* e lojas de departamentos.

(O. K., *nissei*, 38 anos)

Quando fui pela primeira vez, havia poucos comércios. O que tinha mais eram supermercados. A gente costumava freqüentar os supermercados, principalmente para comprar carne. Eu sentia muita falta da família, a gente assistia TV a cabo e lia jornais para sabermos as coisas do Brasil. Acho que existirem comércios brasileiros no Japão ajuda muito, assim as pessoas não passam vontade de comer as coisas do Brasil. A gente comprava, principalmente, carne, feijão e chocolate.

(N. M. *sansei*, 34 anos)

Eu costumava comprar produtos brasileiros porque sentia falta. Sempre freqüentei restaurantes e supermercados brasileiros. Eu tinha meu irmão no Japão que ajudava muito. Mas eu sempre buscava estar entre brasileiros, o que facilitou muito minha adaptação. A gente sempre ia a lugares que houvesse maiores concentrações de brasileiros para passear, visitávamos pontos turísticos, sempre em grupos.. Acho muito importante existirem comércios, principalmente, com relação à alimentação. A gente sente falta da comida do Brasil.

(M. H., *sansei*, 41 anos)

¹⁶ Além disto, podemos perceber, através dos relatos dos entrevistados, que alguns japoneses já começam a assimilar o comportamento dos brasileiros, percebido em suas relações afetivas, além de passarem a apreciar o cardápio brasileiro, participando de churrascos e reuniões com comidas típicas brasileiras

Eu costumava freqüentar restaurantes e mercados. Eu sentia muita falta do Brasil. Depois que comprei um carro ficou mais fácil sair, ir para baladas, mercados, *shoppings*. Eu fui para um lugar que tinha bastante brasileiros, na empresa que trabalhava inclusive. Isto me ajudou muito a permanecer no Japão. O fato de existirem comércios brasileiros no Japão facilita bastante a adaptação ao país. Mas existem redes de mercados japoneses que vendem produtos brasileiros.

(H. K., *sansei*, 45 anos)

Percebemos, com estes depoimentos, que as áreas criadas pelos brasileiros e para os brasileiros, são de extrema importância para o *dekassegui*, afinal, este se encontra num momento de transição onde suas relações afetivas muitas vezes tiveram de ser interrompidas e, qualquer sinal de algo próximo ou familiar lhe será vital.

[...] mudar de espaço – deslocar-se no espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um “espaço nostálgico”, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. [...] Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um lugar de nostalgia, como se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto.

(SAYAD, 2000, p. 12)

Assim, os territórios que se formam na mobilidade e na busca pelo natural no sentido do reconhecimento, do pertencimento; é um território carregado de valores afetivos - ainda que sejam lugares de consumo, criados com objetivos estritamente capitalistas, as relações que ali se manifestam são relações que refletem as dificuldades vivenciadas pelo migrante, as quais *denunciam a exploração que inviabiliza a vida sedentária e lhe impõe a vida nômade que desmoraliza e empobrece sua vida social*. (MARTINS, 1988, p. 6).

Os entrevistados ressaltam que a saudade dos amigos e parentes deixados no Brasil é muito grande, sendo esta, uma das principais dificuldades em se adaptar naquele país, por isso, a busca por lugares que se encontrem brasileiros é tão significativa. Esta necessidade de interação entre os brasileiros é tão representativa que são muitos os casais que se formam no Japão, voltando ao Brasil casados e muitas vezes com filhos. Em nossa pesquisa 33% dos entrevistados vivenciaram esta situação.

Ao se passarem quase 20 anos da primeira leva de migrantes brasileiros para o Japão, a sociedade japonesa começa a relativizar um pouco seu preconceito quanto aos nipo-brasileiros, pois é comum os dekasseguis relatarem que fizeram amizades com alguns japoneses enquanto viviam naquele país. Alguns destes participavam de festas e ainda podiam ser vistos desfrutando da culinária brasileira em restaurantes típicos. Os dekasseguis relatam

ainda, que a influência dos brasileiros tornou os japoneses mais afetivos, sendo que hoje podem ser vistos casais japoneses trocando carinhos em público, o que era algo totalmente reprovado pela cultura japonesa algum tempo atrás.

Os japoneses estão ficando mais afetuosos, mais próximos, está mais fácil de se fazer amizades. A prefeitura agora tem intérpretes para auxiliar em todas as dúvidas e problemas dos brasileiros

(C. T., *sansei*, 45 anos)

Os japoneses achavam os brasileiros muito escandalosos, mas hoje já se vêem casais japoneses namorando em público. Achavam que o Brasil era só Amazônia. E hoje, apreciam muito a feijoada e coxinha que eu sempre tinha que fazer para os amigos japoneses.

(L. I., *sansei*, 33 anos)

Além disso, atualmente é possível encontrar brasileiros que resolveram fixar residência no Japão, sendo que alguns até conseguiram comprar imóveis e se estabelecer financeiramente naquele país. Estes são brasileiros que desiludidos pela instabilidade econômica do Brasil, tomaram a decisão de permanecer no Japão, ainda que a margem da sociedade, uma vez que nunca serão considerados japoneses e aceitos totalmente pela sociedade local; optaram por lá consolidarem suas vidas, suas famílias, exercendo sempre o papel de trabalhadores que para lá se destinaram para suprir a carência de uma mão-de-obra operária, desprezada pelos naturais.

Toda presença estrangeira, presença não-nacional dentro da nação, é pensada como presença necessariamente provisória, mesmo quando esse provisório possa ser indefinido, possa prolongar-se indefinidamente, criando, desta forma, uma presença estrangeira permanentemente provisória, ou em outros termos, uma presença durável, mas vivida por todos de maneira provisória, adequada aos olhos de todos por intenso sentimento do provisório.

(SAYAD, 2000, p. 21)

Em nossa pesquisa 70% dos entrevistados afirmaram que nunca pensaram em viver definitivamente no Japão, tomando aquele país apenas como um momento de passagem, temporário, com o objetivo certo do retorno após a aquisição de algum dinheiro. Desta forma, se entendem enquanto trabalhadores temporários brasileiros. Por mais que tenham realizado várias viagens ao Japão, estas só ocorreram pelo fato de não conseguirem manter um padrão de vida que considerassem satisfatório no Brasil.

Nunca pensei em ficar no Japão. Lá você se sente muito sozinho. A família faz muita falta. A ausência não é substituída de forma alguma. Não vi meus filhos crescerem e hoje tenho um neto que quero ver crescer. O Japão é a maneira mais rápida de ganhar dinheiro. Mas acho que hoje, com o real valorizado não vale a pena deixar o país. Dá para ter estabilidade aqui, realizando o seu trabalho de forma honesta.

(H. K., *sansei*, 45 anos)

Os entrevistados admitem que o poder de compra no Japão é muito grande, que pode-se ter tudo o que quiser, no entanto, consideram que viver no Brasil - e aí diga-se ter vida social, lazer, afeto - é muito melhor, acreditando que este país ainda é o melhor lugar para criarem seus filhos e, assim, constituírem suas famílias.

3.9. O retorno ao Brasil

O retorno ao Brasil é um momento muito esperado pelos migrantes, uma vez que esta volta vem cheia de expectativas e projetos futuros, sem contar a saudade dos entes aqui deixados, que seria superada com o regresso. No entanto, segundo Sayad (2000), nem sempre o retorno se dá de uma forma muito satisfatória, pois quando estes regressam, buscam no espaço deixado também o tempo deixado, ou seja, espera-se que tudo esteja da mesma forma quando da partida. Obviamente, tal fato não ocorre, já que o tempo, também se passou em seu local de origem, havendo não só uma mudança física, mas também, uma modificação das pessoas residentes e de seus hábitos. O próprio *dekassegui* quando retorna não é mais o mesmo, pois passou por uma experiência de vida nova, teve que, de certa maneira, se moldar aos padrões da sociedade japonesa para lá viveram, e esta bagagem sociocultural, acaba por lhe fazer ver e encarar a vida cotidiana de uma maneira diferente.

Em nossa pesquisa, as dificuldades quanto ao retorno, no entanto, se restringiram às questões financeiras, ou seja, tiveram que voltar a vivenciar os padrões de consumo da classe média brasileira. Além da preocupação sobre qual investimento deveriam fazer com o dinheiro poupado no Japão; 33% dos nossos entrevistados, afirmaram terem procurado a orientação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) sobre qual investimento deveriam fazer em Ourinhos, porém, não acharam conveniente acatar a sugestão do órgão.

Porém, pensando neste grupo de brasileiros que retornam ao Brasil sem nenhuma orientação sobre seus investimentos, o Sebrae, juntamente com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a ABD (Associação Brasileira de Dekasseguis), criaram o Programa

Dekassegui Empreendedor, o qual tem o objetivo de estimular capacidade empreendedora dos *dekasseguis* brasileiros, além de proporcionar apoio educacional, técnico e gerencial na implantação de negócios por este público no Brasil. Assim, o programa atua nos três momentos pelos quais passam os *dekasseguis*: na preparação para mudança ao Japão; na orientação aos que estão no Japão; e em orientações àqueles que se preparam para retornar ou já retornaram ao Brasil.

O Programa Dekassegui Empreendedor tem por objetivo oferecer a este público informações e conhecimento empresarial que possibilitem:

- o desenvolvimento da capacidade empreendedora nos participantes, por meio de cursos e material especialmente desenvolvidos pelo SEBRAE;
- a identificação e escolha de oportunidades de negócio no Brasil, a partir do acesso a informações precisas sobre várias oportunidades de negócio e do apoio dos consultores SEBRAE;
- a preparação gerencial necessária para a implantação e a gestão bem-sucedida de um negócio, após o retorno do *dekassegui* ao Brasil, por intermédio de cursos, material informativo e consultoria especificamente voltados para o público *dekassegui*.

(PROGRAMA DEKASSEGUI EMPREENDEDOR.
www.dekassegui.sebrae.com.br/oprojeto -
obtido em 20/01/2008)

Pensando neste programa, a Prefeitura Municipal de Ourinhos criou o Centro Dekassegui de Ourinhos, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que tem por objetivo atrair investimentos para Ourinhos por meio de orientação e qualificação profissional através da parceria firmada com o Sebrae, a AECO e a ACE (Associação Comercial e Empresarial). Segundo a responsável pelo centro, Lidiane Kaori Tanaka, cada um dos órgãos teria funções distintas:

- Prefeitura: orientação empresarial e leis de incentivo fiscal;
- ACE: apoio à pequena empresa. Assessoria jurídica, *marketing* empresarial e apresentação das vantagens do município;
- SEBRAE: consultoria constante para consolidação da empresa;
- AECO: inserção na vida comunitária através do estímulo a participação nas festividades.

Assim, a prefeitura procura estimular a vinda de *dekasseguis* brasileiros para Ourinhos e possibilitar que os mesmos possam investir no município, facilitando e orientando seus investimentos ao mesmo tempo em que visa o desenvolvimento econômico municipal através de novos investimentos. Segundo Tanaka, o mínimo que o *nikkei* traz para o Brasil é uma quantia de R\$ 90 mil, valor bastante grande para um município que se encontra, segundo

a mesma, em estagnação econômica; assim, o interesse por esta população está bem fundamentado na esperança de que o município cresça economicamente.

Entendemos que a poupança conseguida pelos *dekasseguis* no Japão é de extrema importância para o mercado brasileiro, uma vez que estas quantias são remetidas ao Brasil e acabam por dinamizar o mercado. Nenhum produto de exportação consegue trazer tanto dinheiro para o país (YOSHIOKA, 1995). Considerando que cada *dekassegui* brasileiro poupa em média U\$1.500,00 mensais e que são de 310 mil brasileiros no Japão, teríamos uma remessa de mais de 5 bilhões de dólares para Brasil (adaptado de SASAKI, 1999), tornando este público muito atrativo para qualquer município brasileiro.

O retorno, portanto, tão esperado pelos migrantes em função do resgate dos laços afetivos deixados, também é bastante esperado pelas instituições de interesse capitalista, que apresentam interesse nos recursos poupados pelos *dekasseguis* no Japão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Apresentamos, neste trabalho, a tese de que as redes sociais, formadas a partir da mobilidade do trabalho, possibilitam a constituição de uma identidade étnica que se transfigura para o espaço através da formação de diferentes territorialidades. Estas resgatam particulares nostálgicos do grupo social migrante e recriam territorialidades múltiplas ou híbridas no território de destino do migrante.

Assim, com a massificação dos fluxos migratórios, as redes sociais tornam-se elementos indispensáveis nos diferentes momentos do processo migratório, em ambos os territórios. Porém, com o aumento do tempo de permanência dos trabalhadores na nova terra, pelos motivos anteriormente elencados, há a formação de uma nova identidade étnica, a qual se expressa nas diferentes territorialidades apresentadas.

Os fluxos por mais que representem uma (des)territorialização, implicam numa (re)territorialização que se manifesta no movimento de idas e vindas de migrantes que se reconhecem nestes territórios identitários, marca de uma sociedade comum. Neste sentido, Haesbaert (2004), afirma que:

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal, onde controlar o espaço indispensável a nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas ou definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas de não apenas do enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade [...] assim territorializar-se significa também, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.

(HAESBAERT 2004, P. 279)

Assim, a territorialidade expressa um momento histórico vivenciado por um grupamento social, a partir da dificuldade de adaptação desta no novo país, sendo identificada através de monumentos, edificações, língua, comida, vestuário etc. Manifesta, então, um coletivo que, mesmo numa condição de temporalidade, não abandona seus valores, sua cultura, seu território, criando espaços híbridos, onde as pessoas desenvolvem vínculos identitários com ambos os países (HAESBAERT, 2007, SAQUET, 2007).

O aumento das migrações pode levar tanto a uma proliferação de micro-espaços de identidade, segregados/segregadores, quanto a um entrecruzamento de traços culturais que produzem espaços efetivamente híbridos, virtuais articuladores de novas e mais abertas

identificações territoriais – ou, o que talvez seja mais comum, produzir um amálgama em que convivem e se articulam estas duas formas de territorialidade.

(HAESBAERT, 2007, p. 49)

Assim, as redes vêm a contribuir com esta nova forma de organização social, ou seja, são territorialidades criadas a partir de conexões entre os sujeitos migrantes. A mobilidade pelo trabalho resulta de condições precárias de vivência ou anseios por maior poder de consumo no país de origem. Estas características, encontradas no decorrer do trabalho, puderam ser comprovadas a partir do contato com as famílias de imigrantes japoneses, bem como, com os *dekasseguis* retornados do Japão.

Com isso, identificamos quatro tipos de redes sociais importantes para a efetivação do processo migratório em questão, tanto na migração Japão-Brasil, quanto na migração Brasil-Japão, sendo:

- a. diplomacia internacional (consulados, leis etc) que buscam solucionar problemas de ordem jurídico-política, bem como, dar assistência em caso de problemas de saúde, no emprego ou problemas econômicos.
- b. econômica-empresarial, constituindo uma rede consolidada com diferentes nós localizados em áreas distintas dos territórios, que se realizam em agências de empregos e empreiteiras, que possibilitam as relações entre o trabalhador e o empregador. Investimentos em publicidades e *marketing*, tanto na busca por imigrantes japoneses na procura de mão-de-obra para o trabalho na lavoura cafeeira – início do Século XX; quanto na propaganda feita aos *dekasseguis* para o trabalho em empresas japonesas – Final do Século XX e início do Século XXI.
- c. Familiar e de amizades. Identificados no momento da imigração de japoneses através dos núcleos coloniais e, no caso dos *dekasseguis*, na indicação de agências ou de empreiteiras, ou mesmo na intermediação direta (no caso dos ex-migrantes) com a empreiteira ou a empresa para o trabalho diretamente no Japão.
- d. Sociedade civil organizada. Que se divide em duas: -1. associações de melhoria das condições de vida e apoio dos migrantes e -2. associações esportivas e culturais. Visualizamos que no Brasil de meados do Século XX, como os imigrantes japoneses perceberam que não poderiam mais retornar ao Japão, iniciaram a migração de suas festas, como chama MARTINS (1986).

Assim, a festa migrou com a formação de entidades esportivas e culturais que produzem festas de yakissoba, undokai, karaokês, entre outras e jogos de gateball, baseboll etc. No entanto, como são poucos os brasileiros que pensam em permanecer no Japão na condição de *dekasseguis*, este tipo de associação para brasileiros no Japão ainda é muito incipiente, o que mostra que a festa não migrou e, portanto, sofrem na condição de migrantes a solidão e a saudade de sua terra de origem. No Japão, a maneira de organização mais comum são as associações de ajuda mútua para resolver problemas enfrentados pelos *dekasseguis*, e as escolas com sistema de ensino brasileiro e as igrejas que reúnem grupos através da religiosidade do migrante.

Assim, essas redes encontradas no decorrer do trabalho, contribuíram para formação ou resgate da identidade de pessoas que, fruto das determinações capitalistas, tiveram de deixar seus lares em busca de melhores possibilidades, fomentando mercados em formação com venda de sua mão-de-obra. Porém, mesmo sendo um movimento imposto pela conjuntura econômica, que mutila laços sociais e afetivos, novos grupos se formam e passam a construir identidades a partir das novas vivências, somando esforços para que possam minimizar o sofrimento e a angústia sentida durante o tempo de permanência no outro país. Criam novas estruturas, vivenciam novas experiências e possibilitam não só amenizar as dificuldades entre os diversos grupos que transfiguram no tempo e no espaço migratório, mas também, mostram ao outro - sociedade do país receptor - qual é a sua identidade através de sua cultura e impõem o seu território.

Com os levantamentos de informações e com as análises implementadas, acreditamos ter alcançado os objetivos previamente traçados para o projeto de tese, sobretudo, a reflexão sobre as relações entre as migrações, os territórios e as redes, focando os aspectos geográficos do fenômeno abordado.

O objetivo inicial da tese foi o de comprovar a formação de novas territorialidades a partir da mobilidade do trabalho com o auxílio das redes sociais. Conseguimos obter dados satisfatórios na análise do primeiro fluxo tratado e discutido nesta tese, pois conversando com famílias de imigrantes, pudemos compreender que estas passaram a assumir o Brasil enquanto sua terra, seu lar. É neste momento, quando o migrante consegue vivenciar o novo país, reconhecendo-se nele e resgatando seus laços sociais e afetivos, é que podemos falar da migração definitiva. Martins (1986) comenta que

A migração será definitiva quando a festa também migrar. Quando o reencontro destes dois momentos [(des) territorialização e (re) territorialização], se der no mesmo espaço e a festa sair do seu ciclo cósmico e entrar no ciclo linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol.

(MARTINS, 1986, p. 61)

[observações nossas]

No tocante ao trabalho com os *dekasseguis*, identificamos a formação de novas territorialidades no Japão, mas não conseguimos obter dados sobre a migração definitiva, tema que fica como uma inquietação para um próximo trabalho. Ficamos com a pergunta de como se construirá o território dos *dekasseguis* radicados no Japão? Quais as relações com o território brasileiro? Surgirão associações culturais e esportivas de brasileiros no Japão? A conjuntura econômica internacional e japonesa permitirão que os brasileiros se fixem no Japão em definitivo? Qual será o papel da segunda geração de *dekasseguis* no Japão? Ascenderão na mobilidade social ou sempre serão operários? Entendemos, contudo, que a nova territorialidade somente se expressará em sua total essência quando os direitos trabalhistas regulamentados pelo Ministério do Trabalho Japonês sejam também aplicados aos *dekasseguis*, ou ainda que, as relações trabalhistas Brasil-Japão sejam regulamentadas de maneira a garantir equivalência entre os dois sistemas, garantindo ao trabalhador, um sistema previdenciário digno tanto no seu retorno, quanto da sua definitiva permanência no Japão. Assim, concordamos com YOSHIOKA (1995, p. 165) quando afirma que,

Nestes tempos em que as fronteiras são meras demarcações, desrespeitadas a todo momento, quando se fala na divisão internacional do trabalho, nada melhor que a universalização do sistema previdenciário, da contagem recíproca de tempo de serviço e de outras conquistas dos direitos humanos.

Assim, as redes sociais, formadas a partir das migrações laborais, implicam na formação de territórios identitários, os quais resultam de um hibridismo de informações, caracterizando múltiplas territorialidades com variações de espaço e tempo, que expressam e reforçam as dinâmicas do modo capitalista de produção.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Paulo e MASSEI, Roberto. *Ourinhos – Uma retrospectiva histórica*. (mimeo) s/d.
- ANDÔ, Zempati. Cooperativismo nascente. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ASARI, Alice Yatiyo. *E eu só queria voltar ao Japão (colonos japoneses em Assai)*. São Paulo. 1992. f. Tese (doutoramento em Geografia) Departamento de Geografia da FFLCH, USP, 1992.
- ASARI, A. Y.; YOSHIOKA, R. Migrações ultramarinas. Trabalhadores brasileiros no Japão. *Semina: Ci. Soc./Hum. Londrina*, v.17, n.º 4, set. 1996.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira e SASAKI, Elisa Massae. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. in *Migrações Internacionais. Contribuições para políticas, Brasil 2000/Coordenadora Mary Garcia Castro*.-Brasília:CNPQ, 2001
- Banco Central do Brasil, 2008. Cotações de fechamento do IENE. Disponível em <http://www5.bcb.gov.br/pec/taxas/port/PtaxRPesq.asp?idpai=TXCOTACAO> (Acesso em 02/02/2008).
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BAENINGER, Rosana. *Uma fonte para os estudos de população: os registros da hospedaria dos migrantes de São Paulo*. NEPO/UNICAMP, 1986.
- BATH, Sérgio. *Japão: ontem e hoje*. São Paulo: Ática, 1993.
- BAUMMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia da População*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1971.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. São Pulo: Perspectiva, 1972.
- BENJAMIN, César; ELIAS, Luiz Antônio (Orgs.) *Brasil: crise e destino*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.
- BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do Século XXI*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BEOZZO, José Oscar. *Brasil: 500 anos de migrações: povos indígenas, escravos, africanos e brasileiros, imigrantes europeus e asiáticos*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BÓGUS, Lucia Maria M. Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1979. 484p
- BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. . In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.
- CAMARA, Márcia Regina Gabardo. Migrações internas: evolução teórica e algumas evidências empíricas para o caso brasileiro. In: *Semina: Ci. Soc./Hum*. Londrina, 1988.
- CAMBIAGHI, Salette. O povoamento no norte do Paraná. In: *Anais da Associação dos Geógrafos do Brasil*, São Paulo. v. 6. nº 1. p. 1951
- CARLEIAL, Adelita. Redes sociais entre imigrantes. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em Caxambu – MG, 20 – 24 de Setembro de 2004.
- CARVALHO, Darcy. Estratégias econômicas e condicionantes geopolíticas do desenvolvimento japonês. In: MYAZAKI, Nobue (Org.). *A cultura japonesa pré-industrial. Aspectos socioeconômicos*. São Paulo: Edusp, s/d.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Vol 1. 3ª. Ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Fernando Moreira. *Cinqüenta anos da imigração japonesa na Amazônia*. Belém-PA, 1979
- CATANIO, Percy Antonio Galimbertti. *Dekassegui no Yumê-ji. (o caminho que o dekassegui sonhou). Cultura e subjetividade no movimento Dekassegui*. 2000. f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. *Uma Epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- COOPERATIVA AGRÍCOLA DE OURINHOS, Estatuto, 1980.
- COSTA, Benhur Pinós. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti. [et al.]. *Migração e identidade: olhares sobre o tema*. São Paulo: Centauro, 2007.
- DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1991.
- DELGADO, Guilherme C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1960. In: SZMERECSÁNYI, Tomas, SUZIGAN, Wilson (Org.). *História econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- DEL RIOS, Jefferson. *Ourinhos: memórias de uma cidade paulista*. Ourinhos,SP: Prefeitura Municipal, 1992.

- DORNELAS, Sidnei Marco. Redes Sociais na migração. Questionamentos a partir da Pastoral. In: *Revista Travessia*. Ano XIV, Número 40. Maio/Agosto, 2001.
- EGLER, Claudio. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (ORGs.). *Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 207-238
- FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. In: Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto (MG), 4 a 8 de novembro de 2002.
- FREITAS, Sonia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2006.
- FUSCO, Wilson. As redes sociais nas migrações internacionais: migrantes brasileiros para os Estados Unidos e o Japão. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1, jan./jun. 2002
- _____. Redes Sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares. In: II Encontro Nacional sobre Migração - GT/ABEP - CEDEPLAR, 1999, Ouro Preto-MG, 1999.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editora Stampa, 1977.
- GEORGE, P. *Geografia da População*. 5. ed. Rio de Janeiro, DIFEL, 1970.
- GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*. Formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- GUIBERNAU, Montserrat. Globalização, modernidade e identidade nacional. In: *O Estado e o nacionalismo no século XX*. Tradução: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GOETTERT, Jones Dari. O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. 467 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: _____. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acces, 2007.
- _____. Migração e desterritorialização. In: NETO, Hélión Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli. *Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- _____. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês*. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T. A Queiroz, 1987.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- HEIDEMANN, Heinz Dieter. O migrante da racionalização global. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES; et al. *O Fenômeno Migratório no limiar do terceiro milênio: Desafios Pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOBBSAWN, Eric. Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. Globalização e diversidade. In: PATARRA, Neide L. *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*. Campinas: FNUAP, São Paulo: Oficina Editorial, 1996, p.:02 - 15.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico de 2000.
- JANUZZI, Paulo de Martino. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- JOFFILY, José. *Londres – Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. 260 p.
- Jornal O Momento, junho de 1993, p. 6
- KAWAMURA, Lili Katsuco. *Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- KESTER, W. Carl. A invasão Japonesa. São Paulo: Makron Books, 1993
- KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Globalização da economia mundial e mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: PATARRA, Neide L. *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*. Campinas: FNUAP, São Paulo: Oficina Editorial, 1996, p.: 33-48.
- KUNIYOSHI, Celina. *Imagens do Japão: uma utopia de viajantes*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- KURZ, Robert. *Com todo o vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF; Rio de Janeiro: Pazulin, 2004.
- _____. *O colapso da modernização: da derrocada do capitalismo de caserna à crise da economia mundial*. 5ª. Ed. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LESBAUPIN, Ivo. Hegemonia neoliberal, democracia em declínio e reação da sociedade civil. In: LESBAUPIN, Ivo; STEIL, Carlos; BOFF, Clodovis. *Para entender a conjuntura atual*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- LIMA, Oliveira. *No Japão: impressões da terra e da gente*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto Lobato (Orgs.) *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- MALAGUTI, Reinaldo A.; CARCANHOLO, Marcelo D (orgs).. *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARKUSEN. Ann. Região e Regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e urbanos*. São Paulo, Ano 1, nº 2 . p. 61 a 99, maio de 1981.
- MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, 1994.

- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- _____. *O processo de imigração em São Paulo*. Mimeo, 1999.
- _____. Problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES; et al. *O Fenômeno Migratório no limiar do terceiro milênio: Desafios Pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Migrações temporárias. Problema para quem?. *Travessia* – mai-ago/1988.
- _____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARGOLIS, Maxine L. A minoria invisível: imigrantes brasileiros em Nova York. Tradução: Sidney da Silva. *Travessia*, jan./ abril 1995.
- _____. *Little Brazil. Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas (SP): Papyrus, 1994.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo; Martins Fontes, 1977.
- MELCHIOR, Lirian. *Migrantes japoneses: um ciclo migratório. O caso de Londrina-PR*. Dissertação de Mestrado. UNESP / FCT Presidente Prudente, 2003.
- _____. *Migrações e etnia: o caso de brasileiros de origem japonesa de Londrina-Pr*. Relatório de iniciação científica CNPq-UEL, 1998.
- MELIN, O enquadramento do Iene: A trajetória do câmbio japonês desde 1971. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luiz. (Orgs.) Poder e dinheiro. Uma economia política da Globalização. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998
- MELO, Astrogildo Rodrigues. Imigração e colonização. *Revista Geografia*. Ano I, nº. 4. AGB/São Paulo, 1935.
- MYAZAKI, Silvio. O comércio externo da seda japonesa: antecedentes da estratégia de crescimento dirigido pelas exportações In: MYAZAKI, Nobue (Org.). *A cultura japonesa pré-industrial. Aspectos socioeconômicos*. São Paulo: Edusp, s/d.
- MYAZAKI, Nobue (Org.). *A cultura japonesa pré-industrial. Aspectos socioeconômicos*. São Paulo: Edusp, s/d.
- MITA, Chiyoko. *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984
- MORAES, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NAKAGAWA, Kyoko Yanagida. Crianças e adolescentes envolvidos no movimento *dekassegui*. In: *Revista Travessia*. Ano XX, Número 59, Set-Dez, 2007. P.17-25
- NISHIKAWA, Daijiro. Aspectos sócio-econômicos da produção e circulação de produtos agrícolas de Mato Grosso. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Considerações gerais sobre a imigração japonesa para o Estado de São Paulo entre 1908 e 1922. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.
- OGUIDO, Homero. *De imigrantes a pioneiros. A saga dos japoneses no Paraná*. Curitiba: Ipê, 1988

- OLIVEIRA, Adriana Capuano. *Repensando a identidade dentro da emigração de kassegui*. In: SALES, Tereza; REIS, Rossana Rocha. Cenas (orgs.) *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Brasil na fase monopolista do Modo Capitalista de Produção. In: ROSS, Jurandir Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- _____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 4ª. Ed. São Paulo: 'Atica, 1995.
- OLIVEIRA, Jádriel Ferreira. Os trabalhadores Nipo-brasileiros no Japão – uma reflexão de origem política. *Dekassegui*. São Paulo: Estação da Liberdade: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; PIRES, Maria Conceição S. *A imigração italiana para o Brasil e as cidades*. NEPO/UNICAMP, 1992.
- PATARRA, Neide L. *Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI*. Campinas: FNUAP, São Paulo: Oficina Editorial, 1996
- _____. *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.
- PATARRA, Neide, BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.
- PERALTA, Osvaldo. *Um retrato do Japão*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1990.
- PEREIRA, João Batista Borges. O retorno do racismo. *Raça e Diversidade*. São Paulo, EDUSP, 1996.
- PIORI, Michael J. *Birds of passage. Migrant labor and industrial societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual – Novos desafios para a análise. In: *Experimental*, Número 2, 1997.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RENNER, Cecília H.; PATARRA, Neide L.. Migrações. In: SANTOS, J.L.F; LEVY, M.S.F.; SZMERECSANYI, T. (Org.). *Dinâmica da população: Teoria. Método e técnicas de análise*. São Paulo: Queroz, 1980.
- REZENDE, Tereza Hatue de. *Ryu Mizuno. Saga japonesa em terras brasileiras*. Curitiba: SEEC- Brasília, 1991.
- ROMERO, Fernanda Saraiva e MORAES, Rosemary, Reginato. *Um espaço para lembranças de Ourinhos*. Prefeitura Municipal de Ourinhos, 2004.
- ROSS, Jurandir Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ROSSINI, Rosa Ester. O retorno às origens ou o sonho do encontro com o Eldorado japonês: o exemplo dos *dekasseguis* do Brasil em direção ao Japão. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995a.
- _____. O retorno às origens ou a luta pela cidadania. *Revista USP –Dossiê Brasil- Japão*, Nº27, São Paulo. EDUSP, set./out./nov. 1995b.

- RUA, João. Repensando a Geografia da População. *Revista de Geografia – UERJ*. n.1. jan. 1997.p. 57-71.
- SAITO, Hiroshi (Org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp: 1980.
- SAITO, Hiroshi. Comunidade rural. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.
- SAITO, Hiroshi e MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- SAKURAI, Célia. Mais estrangeiros que os outros? Os japoneses no Brasil. In: *Revista Travessia*. Ano XV, Número 44, Set-Dez, 2002. P. 5-10.
- _____. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993.
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. O Brasil no contexto das novas migrações internacionais. *Travessia*, jan/abril 1995 a.
- _____. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995 b.
- SALGADO, Fernando Carlos Fonseca. *As colônias Bastos e Pedrinhas*. Presidente Prudente, FFCL, 1971.
- SAM, Silvio. *Sonhos que De Cá Segui*. São Paulo: Ysayama, 1997.
- SANTOS, Milton et all. *O papel ativo da Geografia: um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: editora da USP, 2005 [1979].
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004 [1996].
- _____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2003 [1979].
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ: Ed. Garamond. Ano VI, nº 6, jan/jun 1999.
- _____. *A Urbanização Brasileira*. 2ª. Ed., São Paulo: Hucitec, 1998 [1994].
- _____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. *Economia política da cidade. O caso de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. *Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- _____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979 a.
- _____. *Pobreza urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1979 b.
- _____. *O espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 c.

- _____. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Tradução de Sandra Lencioni. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e Teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.
- SASAKI, Elisa Massae. Um olhar sobre os migrantes brasileiros no Japão. In: *Revista Travessia*. Ano XIX Número 55, Maio-agosto, 2006. P. 5-10.
- _____. A imigração para o Japão. In: *Estudos Avançados* 20 (57), 2006.
- _____. A questão da identidade dos brasileiros na migração entre o Brasil e o Japão. In: NETO, Hélio Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli. *Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. *Parece, mas não é*. Entrevista ao Jornal da Unicamp, 24 a 30 de junho de 2002.
- _____. Movimento “*dekassegui*”. A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: SALES, Tereza; REIS, Rossana Rocha. (orgs.) *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. *O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento dekassegui*. 1998. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas – Campinas.
- _____. *Dekasseguis: Migrantes Brasileiros no Japão*. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, 1995. p. 577 - 603
- _____. *Dekasseguis: trabalhadores nipo-brasileiros no Japão*. *Travessia*, jan/abril 1995. p. 20 – 22
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Revista Travessia* – edição especial / jan-2000.
- _____. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SATO, Cláudio. Pequenas empresas e eficiência econômica: uma breve discussão sobre o caso japonês. In: MYAZAKI, Nobue (Org.). *A cultura japonesa pré-industrial. Aspectos socioeconômicos*. São Paulo: Edusp, s/d.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). *Travessias na desordem global*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: NETO, Hélio Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli. *Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (Orgs.) *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SCHWALBACH, Luis. O problema da emigração humana no quadro contemporâneo. *Boletim Paulista de Geografia*. nº 18, out/1954.
- SHIBATA, Hiromi. *As escolas japonesas paulistas 1915-1945: a afirmação de uma identidade étnica*. Dissertação de Mestrado. USP, 1997.

- SHIMA, Kazuharu. *Kan'Ichi Ota, a chama do Norte: um homem que acreditou na utopia rural*. Pompéia: Bless, 1999.
- SHINDO, Tsuguo. *Brasil e Japão. Os 100 anos de Tratado de Amizade*. Tradução: Júlia Hoçoya Sasaki e Olívia Tamiko Ozaki Makibara. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil, s/d.
- SILVA, Sidney Antonio. *Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego. Diagnóstico e Alternativas*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- SOARES, Weber. Para Além da Concepção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: *Anais XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, MG, 4 a 8 de novembro de 2002.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo Lopes de . Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001
- _____. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995
- SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
- STANIFORD, Philip. Nihon ni itemo sho ga nai. O Background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1973.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução de Denise Battmann e João Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis(RJ):Vozes, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis(RJ):Vozes, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1977: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis(RJ):Vozes, 1998.
- TOMA, Cristiane Yuri. A experiência feminina de kassegui. Um olhar sobre a subjetividade no processo migratório. Londrina: Editora da UEL, 2000.
- TOMAZZI, Nelson Dacio. *"Norte do Paraná" Histórias e Fantasmagorias*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. A crise da economia japonesa nos anos 90 e a retomada de hegemonia americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luiz. (Orgs.) *Poder e dinheiro. Uma economia política da Globalização*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do migrante. Algumas considerações sobre o processo migratório. In: SAITO, H. ; MAEYAMA, Takashi.(orgs.) *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Vozes, 1973

URANO, Edson Ioshiaqui. *Um olhar sobre o trabalhador de kassegui. Processo migratório e trabalho através da mídia étnica*. *Travessia*, maio/ agosto 2002.

VAINER, Carlos B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: NETO, Hélon Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli. *Cruzando Fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *Migração e mobilidade na crise contemporânea da modernização*. Mimeo, 1999.

_____. *A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas*. *Revista Travessia / mai-ago / 1996*. p. 05 – 14.

_____. Estado e imigração internacional: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

VELTZ, P. *Des lieux et des liens. Politiques du territoire à l'heure de la mondialisation*. Paris: Editions de l'Áube, 2002

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: une économie d'archipel*, PUF, 1996.

YAMAMOTO, Lucia. Mulheres imigrantes no Japão. In: *Revista Travessia*. Ano XIV, Número 41, Set-Dez, 2001. P. 29-33.

YOSHIOKA, Reimei. *Por que migramos do e para o Japão*. São Paulo, Massao Ohno Editor, 1995.

Sites consultados:

<http://www.web-town.org/>

<http://www.modamadeinbrasil.com.br/>

<http://www.atacado-online.com/news/>

http://www.garageapollo.com/a_loja.htm

<http://www.bigbelpizza.com/fotos.asp?lojaID=1>

<http://www.brasilianapizzaria.com/>

<http://sambabrazil.jp/html/info.htm>

<http://www.garys.jp/latina/live/>

<http://www.goldendream.com.br/localizacao.php>

<http://www.amazonmotors.net/>

<http://www.bb.com.br/portalbb/page22,8020,8020,20,0,1,8.bb?codigoNoticia=5794&codigoMenu=4665>

<http://tudobem.uol.com.br/>

<http://www.parada.jp/>

<http://www.cantinhobrasileiro.com/>

<http://www.dekasegui.sebrae.com.br/oprojeto>

<http://www.abdnet.org.br>

<http://www.nihontour.com.br/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Nikkei>

<http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?>,

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Taiko>

<http://www.culturajaponesa.com.br/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sashimi>

[ttp://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=3&n=388434&p=2](http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=3&n=388434&p=2)

ANEXOS

REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES LABORAIS. A CONSTITUIÇÃO DA REDE NIPO-BRASILEIRA EM OURINHOS (SP)**HISTÓRICO DA FAMÍLIA**

1. Qual o nome da família? Local de Residência? Província?
2. Em que trabalhava antes de vir para o Brasil? Quantas pessoas da família ou conhecidos vieram juntos?
3. Qual o motivo que os trouxeram para o Brasil? Quem foram as pessoas que organizaram a viagem?
4. Já conheciam alguém no Brasil? Estes influenciaram na decisão de migrar?
5. Como foi a viagem? Quanto tempo durou? Estabeleceu relações de amizade neste período?

6. A CHEGADA NO BRASIL

7. Com quantos anos veio para o Brasil? Em que ano e em que cidade chegou?
8. Para onde foi quando chegou no Brasil? (cidade, estado, nome da fazenda, do fazendeiro, da estação ferroviária, ou da cidade/região). Já conheciam alguém neste lugar?
9. Como se estabeleceu o processo de adaptação nesta cidade: contato com outras famílias japonesas, formação de núcleos, facilitavam a chegada de outros migrantes japoneses?
10. No que foi trabalhar? Aprendeu fácil o trabalho? Quanto tempo exerceu esta atividade?

11. Como era feita a comunicação com os brasileiros?
12. Quanto tempo permaneceu neste lugar?

13. A CHEGADA EM OURINHOS

14. Depois deste veio direto para Ourinhos ou passou por outras cidades antes? Quais?
15. Por que veio morar em Ourinhos? Como se estabeleceu o processo de adaptação nesta cidade: contato com outras famílias japonesas, formação de núcleos, facilitavam a chegada de outros migrantes japoneses?
16. Qual era a relação que se estabelecia ao chegar numa nova cidade, encontrar pessoas de mesma origem, havia uma sensação de retorno ao lar?
17. Qual a importância de formação de centros como AECO? Existem outros símbolos de igual importância em Ourinhos?
18. Em Ourinhos quando chegou e onde foi trabalhar? Durante quanto tempo exerceu esta função? E o que fez depois? Nesta nova função, o trabalho era desenvolvido por toda família? Quantos filhos possui?
19. Onde mora atualmente (zona rural ou urbana)? Qual profissão possui? Ainda possui a propriedade rural?
20. Você já voltou ao Japão ou tem vontade de voltar? Por que? Possui membros da família que voltaram ao Japão para passeio e/ou para trabalhar? Contatos.
21. Depois de um século de migrações de japoneses para o Brasil, como vê agora, o sentido inverso da migração?

AECO-ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL DE OURINHOS
Rua Maranhão nº 425 – Vila Perino – Ourinhos (SP)
Fone: (14) 3322-1309

Ourinhos 29 de Janeiro de 2.007

Prezado(a)
Sr(a) Associado(a)

Venho por meio deste, apresentar-lhe a Profª Lirian Melchior, coordenadora da pesquisa desenvolvida, intitulada *REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES LABORAIS*, sobre a constituição da rede **nipo-brasileira** em Ourinhos(SP), sendo que essa mesma pesquisa resultará em Tese de doutoramento da referida professora junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente.

Como esse trabalho será desenvolvido junto à comunidade nipo-brasileira em Ourinhos, peço-lhe a gentileza para atendê-la pois assim estará também colaborando com esse magnífico trabalho.

Sem mais para o momento, agradeço a colaboração, reiterando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Natal Hiroshi Nishikawa
Presidente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
MEMORIAL DO IMIGRANTE

CERTIDÃO DE DESEMBARQUE

AUTOS - Nº 31476

Protocolo :9.534/06

CERTIFICO constar da LISTA GERAL de PASSAGEIROS

do nosso acervo documental, os seguintes dados de UMETARO NISHIKAWA

Nacionalidade: japonesa

Filiação: nada consta

Data de Nascimento ou Idade: 41 anos

Sexo: masculino

Estado Civil: casado

Profissão: agricultor

Navio: "AFERICA MARU", procedente do porto de Kobe.

Origem: JAPÃO

Destino: Sta. CRUZ do RIO PARDO

Passaporte Nº: nada consta

DATA DE DESEMBARQUE: 27 de MAIO de 1933, em SANTOS.

Chefe ou Responsável: O próprio.

Composição da Família: SEI, esposa (33 anos) filhos: Mio (10 anos) Sumio (07 anos).
Imigrantes de religião budista.

São Paulo, 14 de agosto de 2006

Responsável pelo levantamento da informação

WALDIR ROBBI
RG: 2.928.682-7

Diretora do Memorial do Imigrante
ANA MARIA DA C. L. VIEIRA
RG 3.883.295-1

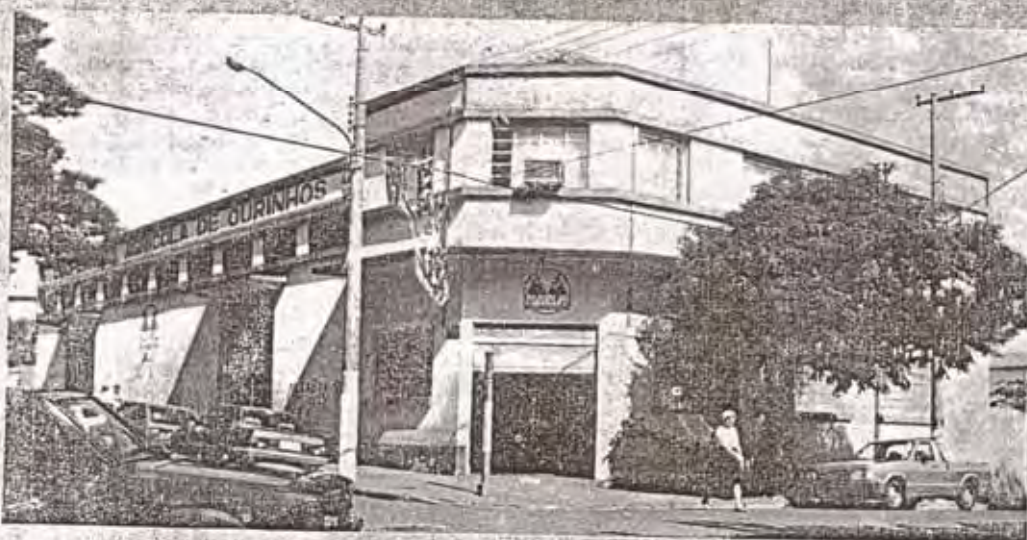
O MOMENTO

Diretor Responsável: Benedito Pimentel - Ourinhos, 30 de junho de 1993 - Ano 01 - Nº 02

COPAOURO: UMA COOPERATIVA PRESTANDO SERVIÇO HÁ 53 ANOS



Neste ranchinho, em junho de 1940, começou a campanha pela Cooperativa.



Somente em 1949 foi construída esta sua sede definitiva.

QUESTIONÁRIO PARA OS DEKASSEGUI

Data

____/____/____

PESQUISA: Redes Sociais e migrações laborais. A constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP)**CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO.**

1. Nome _____

Idade _____

Escolaridade _____

2. Você é:

- issei* *nissei* *sansei*
 yonsei mestiço não *nikkei*.

3. Quais as condições financeiras anteriores`a migração?

 Empregado Onde? _____

Faixa salarial: _____

 Desempregado À Quanto tempo? _____

4. Qual o motivo de ir para o Japão?

- econômico
 novas experiências
 outro _____

5. Quais bens possuía antes da migração?

- casa carro empresa

6. Possuía domínio da língua japonesa?

- falava pouco falava bem não falava
 lia pouco lia bem não lia

A VIAGEM PARA O JAPÃO

1. Quando foi para o Japão?

(mês/ ano) _____

e quando voltou?

(mês/ano) _____

2. Quantas viagens já realizou para o Japão? Relatar quais as datas e cidades/províncias onde se estabeleceu.

3. Qual foi seu objetivo ao ir trabalhar no Japão?

() adquirir propriedades

() montar seu próprio negócio

() conhecer um novo país

() Outro _____

4. Quantas pessoas (da família) viajaram com você? _____

Todos trabalhavam? _____

5. Você já conhecia alguém que estava no Japão? O fato de ter amigos ou parentes no Japão o influenciou na decisão de viajar? Eles o ajudaram a conseguir emprego ou se adaptar no Japão? Você acabou auxiliando a ida de alguém ao Japão (quando estava lá)? Como?

O EMPREGO

1. Já partiu com emprego certo? Como arrumou este emprego? Utilizou-se dos serviços de agências de viagens? Qual?

2. Se arrumou emprego através de agências, você teve a possibilidade de escolher qual o emprego ou lugar que gostaria? E quanto as passagens? Quem pagou? Foi parcelado? (em quantas vezes)?

3. Se arrumou emprego por empreiteira, este era realmente igual ao prometido? No que trabalhava no Japão? (detalhar o tipo de trabalho que realizou)

3 a Teve problemas no emprego? Quais as dificuldades?

4. Qual a carga horária? Quanto ganhava? (caso a esposa (o) e/ou filhos tenham ido também, verificar qual a renda familiar)

5. Fazia hora-extra? sim não

Quantas? 1 hora 2 Horas 3 Horas Mais de 3 Horas

Quanto ganhava? _____

6. Teve alguma necessidade de mudar de emprego? Por que? (Detalhar)

A QUESTÃO ECONÔMICA

1. O que fazia com o dinheiro que poupava (em que poupança? Banco brasileiro ou japonês)? Mandava para o Brasil (pelo banco? Que banco?)? Quem administrava seu dinheiro? _____

2. Quanto conseguia poupar do salário que ganhava?

- 80% do salário 60% do salário 40% do salário
 20% do salário não poupava

3. Fez algum investimento antes mesmo de voltar ao Brasil?

3a. Chegando ao Brasil, em que investiu? Está conseguindo ter lucros com ele?

CONDIÇÕES DE VIDA NO JAPÃO

1. Quando chegou ao Japão o país era: (hábitos, costumes, pessoas)

- igual ao que imaginava (conforme os pais e avós relataram)
 diferente do que imaginava

2. Como eram as condições de moradia? (valor do aluguel, próximo ou não do local de trabalho, tamanho do apartamento, se era dividido com mais pessoas, condições do prédio)

3. Onde realizava as refeições?

- Na empresa Em casa

Conseguiu se acostumar com a comida?

- Sim Não Já era acostumado

4. Você adquiriu bens no Japão? Quais

4.a. Isto fazia você se sentir melhor? Por quê?

5. Quando foi para o Japão, o país já possuía comércios brasileiros? Quais?

5.a. Costumava freqüentar estes lugares? Por quê

6. O que fazia para se divertir? Buscava lugares que houvesse maiores concentrações de brasileiros? Por quê?

7. Como foi o processo de adaptação ao Japão? Já conhecia alguém que lá residia? Isto facilitou sua estadia no Japão?

8. Qual a importância de hoje, existirem comércios brasileiros no Japão? Acha que isto facilita o processo de adaptação naquele país?

9. Viu muitos problemas, ligados ao comportamento dos *dekasseguis*, acontecerem? Isto reverteu em algum problema para você?

9. Como foi o seu relacionamento com os japoneses (teve problemas devido a língua, preconceito por ser estrangeiro, por estar trabalhando em funções pouco qualificadas)? Você já esperava este tipo de comportamento por parte deles?

10. Acredita que o país está diferente após a entrada dos *dekasseguis*.

11. Qual era a frequência de contato com os familiares e amigos residentes no Brasil?

12. Qual a maior diferença que percebeu entre o Brasil e Japão?

O RETORNO AO BRASIL

1. No que trabalha atualmente?

2. Teve problemas para arrumar emprego novamente no Brasil?

() Sim () Não

Se sim quanto tempo ficou desempregado? _____

3. Conseguiu alcançar os objetivos traçados para viagem? Quais?

() Sim _____

() Não _____

4. Acha que valeu ter ido para o Japão? Por quê?

() Sim _____

() Não _____

5. Você aplicou os conhecimentos/experiências de trabalho adquiridas no Japão no Brasil?

6. Pretende retornar ao Japão? Por quê?

() Sim _____

() Não _____

6.a. Em algum momento pensou em permanecer no Japão e retornar ao Brasil somente à passeio? Por quê? O que o fez mudar de idéia?

7. Quando retornou teve problemas para se readaptar ao Brasil?

8. Por ter ido ao Japão para melhorar sua renda, acredita não ser possível realizar o mesmo no Brasil? Acha que o Brasil é economicamente inviável?



Terra
Viagens

**EMPREGOS NO
JAPÃO**

Prezado(a) Senhor(a)

É uma grande satisfação contarmos com a atenção do Sr.(a) e desde já agradecemos por disponibilizar parte de seu tempo para nos atender.

Somos da TERRA VIAGENS, uma empresa com Matriz no Brasil e Japão e uma ampla experiência no ramo de Empregos no Japão, possuímos uma equipe qualificada e experiente para auxiliar na preparação dos documentos para visto, orientar sobre o emprego e o tipo de serviço mais adequado para cada perfil de pessoa.

O cliente já sai do Brasil com emprego garantido, sabendo o tipo de trabalho que irá realizar e para onde será encaminhado no Japão, onde terá total apoio e assessoria e com garantia de recolocação em caso de perda de emprego.

Entre em contato, que iremos até você e apresentaremos nossa empresa, sem compromisso e sem custo nenhum.

TERRA VIAGENS! Mais de 15 anos de experiência e mais de 10.000 clientes atendidos! Aqui você encontra o emprego ideal!

Para quem possui reentry e passagem, temos condições especiais de financiamento ou para aqueles que desejam somente passagem ou visto, consulte-nos.

Estamos a sua disposição!

Terra Viagens e Assessoria Ltda.

Ourinhos - SP

Rua Eurico Amaral dos Santos, 650 CEP 19914-140

Jd. São Domingos – Ourinhos - SP

Tel/Fax: 14-3322-6245

takanashi.amazon@terra.com.br

São Paulo - SP (Matriz)

Praça da Liberdade, 272-3º And-Conj.B CEP 01503-010

Liberdade – São Paulo - SP

CNPJ 05.567.266/0001-34 Tel/Fax: 11-3341-3753

terrajapan@terrajapan.com.br

www.terrajapan.com.br

